



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

APARECIDO BORGES DA SILVA

**MATO GROSSO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA (1889-1930)
imaginários e representações**

Cuiabá-MT
2013

APARECIDO BORGES DA SILVA

**MATO GROSSO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA (1889-1930)
imaginários e representações**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação na Área de Concentração “Educação, Cultura e Sociedade”, na Linha de Pesquisa “História da Educação”.

Orientador: Prof. Dr. Nicanor Palhares Sá

Cuiabá-MT
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

S586m Silva, Aparecido Borges da.
Mato Grosso nos Livros Didáticos de História (1889-1930): imaginários
e representações / Aparecido Borges da Silva. – 2013
142 f.: il. color.; 30 cm.

Orientador: Nicanor Palhares Sá.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto
de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2013.
Inclui bibliografia.

1. História da Educação. 2. Livros Didáticos. 3. Mato Grosso. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo autor.

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 – Boa Esperança – CEP: 78.060-900 – CUIABÁ/MT.
Tel.: (65) 3615-8431 / (65) 3615-8429 – E-mail: secppge@ufmt.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: “Mato Grosso nos livros didáticos de História (1889-1930): imaginários e representações”

AUTOR: Mestrando Aparecido Borges da Silva

Dissertação defendida e aprovada em 25/03/2013.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientador	Doutor	Nicanor Palhares Sá
Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinadora Interna	Doutora	Elizabeth Figueiredo de Sá
Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinadora Externa	Doutora	Kênia Hilda Moreira
Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	
Examinadora Suplente	Doutora	Elizabeth Madureira Siqueira
Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	

CUIABÁ, 25/03/2013.

Aos meus pais, Flávio e Maria, pelo amor e ensinamentos.
Às minhas irmãs, Daniela e Juliana, pelo carinho e incentivo.
À minha esposa, Jizéli, pela paciência, dedicação e apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

No decorrer do Curso de Mestrado muitas pessoas contribuíram de modo significativo, especialmente durante a construção da dissertação. A elas minha sincera gratidão:

Ao professor Nicanor Palhares Sá, pela confiança depositada desde o início desta pesquisa, pelas orientações precisas e, sobretudo, pela segurança transmitida no difícil momento de finalização do trabalho.

À professora Elizabeth Figueiredo de Sá, por seus direcionamentos valiosos no decorrer do percurso da pesquisa.

À professora Elizabeth Madureira Siqueira, pelas excelentes reflexões propiciadas sobre a História da Educação.

À professora Kênia Hilda Moreira, pelas valiosas críticas e contribuições apresentadas ao estudo no exame de qualificação.

À professora Márcia dos Santos Ferreira, pelos seus preciosos comentários.

Aos amigos e companheiros do Grupo de Pesquisa História de Educação e Memória (GEM), especialmente Marineide de Oliveira, Elton Castro, Rômulo Amorim e Marijâne Silveira, pela paciência de ouvir minhas inquietações e pelas sugestões de encaminhamento da pesquisa.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso, pela contribuição em meu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

À equipe da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso, Luísa Teixeira, Marisa Costa e Delma Pereira, pela disposição em ajudar.

À Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, pelo apoio financeiro.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais.

(NORA, 1993, p. 9).

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo investigar as representações sobre Mato Grosso presentes na literatura escolar produzida durante a Primeira República Brasileira (1889-1930), em especial nas edições da disciplina escolar História. A delimitação cronológica foi estabelecida em função de que, entre os anos de 1889 e 1930, teve início a produção das primeiras grandes obras destinadas à construção de um imaginário coletivo mato-grossense e, com isso, fortalecer o sentimento de pertencimento regional, com ênfase na importância histórica de Cuiabá e Mato Grosso, produzida pelos intelectuais da época. O estudo baseia-se em teóricos da História Cultural, tomando-se como categorias de análise o conceito de *imaginário* desenvolvido por Bronislaw Baczko, assim como as noções de *representação* e *apropriação* propostas por Roger Chartier. Além de livros escolares, procedeu-se ao levantamento e análise crítica de fontes disponíveis nos acervos do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e do Grupo de Pesquisa História de Educação e Memória do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (GEM/IE/UFMT), tais como: a legislação educacional, os programas, regulamentos e relatórios da Instrução Pública e também as revistas e jornais da época. A pesquisa permitiu constatar que, nos livros didáticos produzidos nos grandes centros brasileiros, Mato Grosso foi frequentemente apresentado como uma terra distante e desconhecida, de gente incivilizada e violenta. Ou, então, como um deserto, quase sem habitantes, de terras imensas à espera de pessoas com espírito empreendedor para explorar suas riquezas naturais. O resultado foi a construção de uma imagem negativa do estado e dos costumes e tradições das populações que habitavam seu território, principalmente no entorno de Cuiabá. Estas representações partem do imaginário coletivo das elites litorâneas, afrontantes às elites cuiabanas que, como consequência, passaram a construir representações locais que contestassem aquelas vindas do litoral.

Palavras-chave: História da Educação. Livros Didáticos. Mato Grosso.

ABSTRACT

This dissertation have the goal to investigate the representations about Mato Grosso present in the school literature produced during the first Brazilian Republic (1889-1930), especially on the issues of school discipline History. The chronological demarcation was established on the basis of, between 1889 and 1930, the start of production of the first major works for the construction of a collective imagination of Mato Grosso and thus strengthens the feeling of belonging, with emphasis on the historical importance of Cuiaba and Mato Grosso by intellectuals of the time. The study is based on theorists of Cultural History, taking as categories of analysis the concept of *imaginary* developed by Bronisław Baczko, as well as the notions of *representation* and *appropriation* proposed by Roger Chartier. In addition to textbooks, lifting and critical analysis of sources available in the Public Archive Collections of Mato Grosso (APMT), Historic e Geographic Institute of Mato Grosso (IHGMT) and of the research group “History and Memory” of the Institute of Education of the Federal University of Mato Grosso (GEM/IE/UFMT), such as: educational legislation, programs, regulations and reports of public instruction and, also, the magazines and newspapers of the time. Research has found that, in the textbooks produced in large Brazilian centers, Mato Grosso was often presented as a distant and unknown land, of people violent and uncivil manner. Or as a desert with almost no inhabitants, immense land waiting for people with entrepreneurial spirit to explore its natural riches. This condition resulted in a negative image of the state and of the customs and traditions of the peoples that inhabited its territory, mostly in the vicinity of Cuiaba. These representations, part of the collective imagination of the coastal elites, Cuiaba braved that, as a consequence, began to build local representations disputing those coming from the coast.

Key-words: History of Education. Textbooks. Mato Grosso.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Capa do livro <i>Porque me Ufano do meu País</i> (1901), de Affonso Celso	35
Figura 2	Capa do livro <i>Lições de História do Brasil</i> (19--), de Joaquim Manuel de Macedo	36
Figura 3	Capa do livro <i>História do Brasil</i> (1900), de João Ribeiro	37
Figura 4	Capa do livro <i>Compêndio Elementar de Teologia Dogmática</i> (1864), de Ernesto Camilo Barreto	42
Figura 5	Alunos e professores em frente ao antigo edifício do Liceu Salesiano de Artes e Ofícios	43
Figura 6	Capa do livro <i>Elementos de Gramática e Dicionário da Língua dos Bororos-Coroados de Mato Grosso</i> , (1908) da Missão Salesiana	45
Figura 7	Capa do livro <i>Quadro Chorographico de Matto-Grosso</i> (1906), de Estevão de Mendonça	46
Figura 8	Capa do livro <i>Lições de História do Brasil</i> (1907), de Joaquim Manuel de Macedo	75
Figura 9	Capa do livro <i>Nossa Pátria</i> [19--], de Rocha Pombo	80
Figura 10	Guaicurus em guerra	81
Figura 11	Bororos guerreando	82
Figura 12	Uma Bandeira, a caminho do sertão	83
Figura 13	Partida da Monção – Quadro de Almeida Júnior	83
Figura 14	Capa do livro <i>História do Brasil para o ensino secundário</i> (1919), de Rocha Pombo	85
Figura 15	Capa do livro <i>Compêndio de Corografia do Brasil</i> (1911), de Feliciano Pinheiro Bittencourt	88
Figura 16	Mato Grosso (Cuiabá)	93
Figura 17	Trecho do Passeio Público de Cuiabá	94
Figura 18	Mato Grosso (Trecho de Cuiabá)	95
Figura 19	Mato Grosso (Trecho de Corumbá)	96
Figura 20	Estado de Mato Grosso.	97
Figura 21	Ponte da Alfândega de Corumbá	98
Figura 22	Retrato de Estevão de Mendonça	101
Figura 23	Fotografia tirada após a fundação do IHGMT	103

Figura 24 Sumário do *Quadro Chorographico de Matto-Grosso* (1906), de Estevão 106
de Mendonça

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Seleção de conteúdos do programa de ensino de Geografia e História para as Escolas Isoladas do estado de Mato Grosso, ano letivo de 1916	54
Quadro 2	Seleção de conteúdos do programa de ensino de História e Geografia para a Escola Modelo anexa à Escola Normal, ano letivo de 1924	55/6
Quadro 3	Compêndios aprovados pelo Conselho Literário para os cursos secundário e primário, ano letivo de 1880	61
Quadro 4	Livros de História utilizados nas escolas mato-grossenses na Primeira República.	64
Quadro 5	Livros didáticos utilizados nas escolas mato-grossenses na Primeira República	65
Quadro 6	Mapa do almoxarifado: entrada e saída de livros escolares	107
Quadro 7	População indígena de Mato Grosso	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AML	Academia Mato-Grossense de Letras
APMT	Arquivo Público de Mato Grosso
FEUSP	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGMT	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
MEC	Ministério da Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLEM	Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	18
1ª Parte – LIVROS ESCOLARES EM MATO GROSSO	25
Capítulo 1 – Livro escolar como objeto de pesquisa	26
1.1 Livro didático: algumas definições	26
1.2 História do livro didático no Brasil	31
1.3 História do livro didático em Mato Grosso	39
Capítulo 2 – Programas de ensino e fiscalização de livros escolares em Mato Grosso	49
2.1 Ensino de História	49
2.2 Conselho Superior da Instrução Pública	57
2ª Parte – MATO GROSSO NOS LIVROS ESCOLARES	66
Capítulo 3 – Representações que vêm de fora	67
3.1 Mato Grosso sob o estigma da barbárie	67
3.2 Joaquim Manuel de Macedo	73
3.3 Rocha Pombo	78
3.4 Feliciano Pinheiro Bittencourt	87
Capítulo 4 – Representações que vêm de dentro	101
4.1 Estevão de Mendonça	101
4.2 Quadro Chorographico de Matto-Grosso	104
4.3 Análise dos conteúdos	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	134
APÊNDICE A	140

APRESENTAÇÃO

A escolha de um objeto de pesquisa está vinculada diretamente à formação intelectual do pesquisador. Porém, o caminho que leva, de um vago interesse, a um tema bem formulado e delimitado, pode ser longo. A escolha do objeto muitas vezes é motivada pela vontade de inserir-se a um programa de pós-graduação de uma universidade ou, então, pela observação do cotidiano ou vivência pessoal do próprio pesquisador. No presente caso, a confluência de ambas as motivações possibilitaram o surgimento do objeto de estudo.

Graduado em História e professor desde 2004 na Educação Básica, participando da seleção de livros didáticos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para o uso em sala de aula, este pesquisador sempre se indagou sobre a finalidade daqueles materiais didáticos. Quando lecionava no Ensino Médio, diante da necessidade de preparar os alunos para o vestibular e outras formas de seleção para o ingresso na Universidade, as leituras sobre os livros didáticos de História de Mato Grosso permitiu compreendê-los como um “instrumento privilegiado de construção de identidade”. (CHOPPIN, 2004, p. 553). Tal perspectiva com relação ao livro didático deu-se após perceber que o próprio governo do estado de Mato Grosso, através de leis que regulamentavam o trabalho pedagógico escolar, buscou viabilizar a construção de uma identidade regional mato-grossense em sala de aula.

Este, com relação aos concursos de provimento de cargos públicos ou de seleção de vagas para Universidade, criou a Lei Estadual n. 4.667, de 6 de abril de 1984 que, em seu artigo 1º, dispõe:

Fica estabelecida a obrigatoriedade de que 1/3 (um terço) das questões de Conhecimentos Gerais e/ou Estudos Sociais nos concursos organizados por órgãos governamentais e de economia mista, deve versar sobre Geografia e História Política e Econômica de Mato Grosso. (MATO GROSSO, Lei..., 1984).

E, com relação à prática pedagógica escolar, promulgou a Lei Estadual n. 5.573, de 6 de fevereiro de 1990, que estabelece:

Art. 1º Passa a ser obrigatório o ensino da História, da Geografia e da Literatura de Mato Grosso nas Escolas Públicas ou Particulares, de 1º e 2º Graus, que funcionem no Estado; **Art. 2º** Nos cursos de 1º Grau o ensino se restringirá a noções de História e Geografia de Mato Grosso, como complemento das noções gerais de História e Geografia do Brasil; **Art. 3º** No 2º Grau a História, a Geografia e a Literatura de Mato Grosso constituirão objeto de uma cadeira autônoma, com programas específicos;

Art. 4º Compete à Secretaria de Educação e Cultura baixar as normas e programas básicos para a inclusão dessas disciplinas nos currículos escolares, nos termos desta lei. (MATO GROSSO, Lei..., 1990, grifos do original).

Importante dizer que tais procedimentos legais não tiveram a eficiência almejada, pois a existência de normas não garantiu sua aplicabilidade, porém, não cabe aqui discutir a efetivação, ou não, de tais dispositivos legais. O que interessa é perceber que, na legislação, houve a intenção de transportar para os currículos escolares e, certamente, para os livros didáticos, os fatos mais importantes da história, geografia e literatura do estado de Mato Grosso. No entanto, no que tange à história, a legislação não versa que “histórias” seriam registradas em tal literatura, mas acredita-se que, certamente, seria pouco crítica e de enaltecimento aos vultos e personagens considerados heroicos, ao arremedo do modelo que se vinha sendo produzido desde o século XIX.

Diante dessa perspectiva, ainda na época em que o pesquisador atuava como docente na Educação Básica, algumas inquietações se colocaram no tocante à produção de livros didáticos em Mato Grosso. As principais dúvidas que surgiram foram: Existe uma história oficial de Mato Grosso, contada nas escolas? Desde quando existem livros didáticos tratando, exclusivamente, da História de Mato Grosso? Quais foram os “caminhos da história ensinada”¹ no contexto regional?

Mas, as inquietações não pararam por aí. Se aquelas leis acima citadas não disseram que “histórias” seriam registradas e contadas em sala de aula, disseram menos ainda sobre os interessados em tais enredos históricos. A partir disso, outros questionamentos surgiram: Quais agentes estavam envolvidos na produção dos livros didáticos em Mato Grosso? Quais intencionalidades se faziam presentes nos livros didáticos e a quem elas interessavam? Qual identidade pretendia-se construir através do uso dos livros didáticos? A qual grupo social pertencia as “histórias” registradas nos livros didáticos de História de Mato Grosso?

Foi esse conjunto de questões que norteou a elaboração do projeto de pesquisa proposto e apresentado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Foi com o intuito de responder a tais indagações e preencher algumas lacunas acerca da produção de livros didáticos em Mato Grosso que se deu a gênese do presente trabalho.

O ingresso no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, em 2011, permitiu a organização da pesquisa com uma

¹ Sobre a trajetória do ensino de História no Brasil, entre os anos 1960 e 1980, ver Fonseca (1993).

delimitação temática e temporal mais clara e objetiva, orientativa da escolha do referencial teórico-metodológico para a análise do objeto de estudos proposto ao programa: o livro didático. A admissão ao Grupo de Pesquisa História de Educação e Memória (GEM) permitiu a aproximação de antigos conhecimentos da prática docente em História do pesquisador com novos conhecimentos teóricos elaborados pelos principais expoentes da História da Educação brasileira.

Motivado pelo novo recorte temático (as representações sobre Mato Grosso presentes nos livros escolares) e temporal (a Primeira República – 1889-1930), buscou-se encontrar os principais títulos de livros escolares de História que circularam em Mato Grosso e o que eles diziam sobre ele. A surpresa foi localizar, além dos livros produzidos em Rio de Janeiro e São Paulo, um livro escrito e editado em Cuiabá, de autoria do cuiabano Estevão de Mendonça e intitulado como *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*, publicado no ano de 1906 e localizado no acervo bibliográfico do Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso.

O termo *chorographia* (ou corografia), instituído por Cláudio Ptolomeu (90-168 d.C.), figura como uma descrição particular de uma região, de um país, de uma nova povoação ou de outra porção considerável do país.

Conforme Bluteau (1712, p. 556), *Chorographia* tem a seguinte definição:

Chorographia, ou Topographia, que no primeiro vocábulo, *Cora*, em *Grego* quer dizer *Região*, e no segundo, *Topos*, quer dizer *Lugar*, e em ambos *Graphi* significa *Descrição*. É pois *Chorographia* descrição de qualquer lugar, país ou Região particular. [...] *Chorographia* trata somente de alguma terra em particular, sem ordem, nem respeito às outras, empregando-se mais nos acidentes, e qualidades da terra, como são portos, quintas, edifícios, muros [...]. (grifos do original).

De posse dos dados documentais (legislação educacional, relatórios dos governadores do Estado, programas e relatórios da Instrução Pública, revistas e jornais da época, tudo somado aos livros escolares selecionados) e do referencial teórico-metodológico (fundamentado em teóricos da História Cultural), tão necessário ao desenvolvimento de qualquer pesquisa acadêmica, é que começa efetivamente a construção desta dissertação. Assim, em resumo, as reflexões deste pesquisador, produzidas ao longo do curso de mestrado alicerçam-se na análise das representações sobre o estado de Mato Grosso presentes em livros escolares produzidos no período da Primeira República (1889-1930), que circularam nas principais escolas mato-grossenses.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho configurou-se como um estudo sobre a história dos livros didáticos, tendo por objeto de pesquisa as representações de Mato Grosso presentes nos livros escolares que circularam nas instituições públicas estaduais durante o período da Primeira República (1889-1930).

O objetivo central foi investigar como tais representações de Mato Grosso, produzidas em especial nas edições da disciplina escolar História, eram apresentadas à sociedade e que intenções estavam por trás do ensino de tais conteúdos.

Como referencial documental, a pesquisa se apropriou dos principais títulos de livros escolares de História que circularam nas escolas mato-grossenses no período da Primeira República brasileira (1889-1930), ou seja, aqueles que tiveram maior recorrência. Para sua seleção, foram compulsados os registros de entrada e saída de material no almoxarifado da Diretoria Geral da Instrução Pública, bem como nos registros das atas do Conselho Superior da Instrução Pública, órgão responsável pela autorização ou veto dos livros adotados nas escolas públicas de Mato Grosso.

Além de livros escolares, procedeu-se ao levantamento e análise crítica de fontes disponíveis nos acervos do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e do banco de dados acumulado pelo Grupo de Pesquisa História de Educação e Memória – GEM, do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (GEM/IE/UFMT), tais como: a legislação educacional, os relatórios dos governadores do Estado, os programas e relatórios da Instrução Pública e também as revistas e jornais da época. A escolha destes espaços de preservação documental como locus da investigação justifica-se pela quantidade e variedade de documentos pertinentes à pesquisa em História da Educação e, também, à história dos livros didáticos. Não seria inocência dizer que estes são os arquivos mais completos de Mato Grosso para amparar o tema abordado.

Em diversos momentos da pesquisa seguiram-se os passos de Farias (2009), que estudou as representações dos negros nos livros escolares utilizados em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930). Alguns dos livros localizados pela autora encontram-se na Biblioteca Municipal de Cuiabá (*Nossa Pátria, de Rocha Pombo*), no acervo bibliográfico do Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso (*História do Brasil para o ensino secundário, de Rocha Pombo*) e na seção de obras raras da Universidade Federal de Mato Grosso (*Lições de História do Brasil, de Joaquim Manuel de Macedo*).

A delimitação cronológica foi estabelecida em função de, entre os anos de 1889 e 1930, ser o início da edição das primeiras grandes obras destinadas à produção de um imaginário coletivo mato-grossense e, com isso, fortalecer o sentimento de pertencimento regional, com ênfase na importância histórica de Cuiabá e Mato Grosso veiculada pelos intelectuais da época, culminando na inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (1919) e do Centro Matogrossense de Letras (1921), importantes difusores das representações de Mato Grosso construídas pela elite local do período estudado.

A pesquisa insere-se num contexto histórico singular do país, pois, os primeiros anos do regime republicano foram marcados por profundas transformações na instrução pública. O modelo federalista de gestão forçou a descentralização política nacional e, com isso, coube aos estados e municípios a responsabilidade de criar e desenvolver uma rede de ensino primário e secundário que não excluísse os populares do acesso à escola. Esta, por sua vez, assumiu a centralidade do processo educativo, substituindo as aulas ministradas na casa do professor por aquelas realizadas no prédio escolar (GOMES, 2002). Neste contexto, a escola tornou-se um polo irradiador das luzes da civilização e os livros escolares ocuparam papel de destaque na dissipação da penumbra da ignorância.

Escolheu-se estudar os livros escolares por se constituírem em objetos culturais ricos em significados, instrumentos privilegiados de disputas políticas e de constituição de identidades. Neles estão estampadas diferentes personagens e modelos de interpretações em jogo: “o jogo das identidades” (RIBEIRO, 2004, p. 11). Assentado na realidade material, os livros escolares participam do universo cultural sobressaindo-se da mesma forma que “a bandeira ou a moeda, na esfera do simbólico”. (CHOPPIN, 2002, p. 14). E sendo, por vezes, usado para veicular,

[...] de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanção: participa, assim, estreitamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinação) da juventude. (CHOPPIN, 2002, p. 14).

Os livros escolares podem ser entendidos como testemunhos do passado, porém, testemunhos parcializados. Espaço político de disputa onde se escreve, não a História do Brasil, mas onde “são esboçadas as histórias desta comunidade imaginada, de múltiplas definições e leituras, batizada de Brasil”. (RIBEIRO, 2004, p. 11).

Segundo Choppin (2004, p. 557),

[...] a imagem da sociedade apresentada pelos livros didáticos corresponde a uma reconstrução que obedece a motivações diversas, segundo época e local, e possui como característica comum apresentar a sociedade mais do modo como aqueles que, em seu sentido amplo, conceberam o livro didático gostariam de que ela fosse, do que como ela realmente é. Os autores de livros didáticos não são simples espectadores de seu tempo: eles reivindicam um outro status, o de agente.

Desse modo, ao estudar as imagens da sociedade apresentadas nos livros escolares, deve-se atentar aos interesses a quem ela representa. Pensando sobre isso e no intuito de compreender as imagens (representações) sobre Mato Grosso, construídas na literatura escolar de História, a pesquisa aproximou-se das perspectivas teórico-metodológicas lançadas pela História Cultural, preocupada em “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. (CHARTIER, 1990, p. 16-17). Em outras palavras, essa vertente historiográfica propõe-se a “decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e ao mundo”. (PESAVENTO, 2005, p. 42). Pressupostos, afinal, que nortearam toda a pesquisa.

Os subsídios teóricos trabalhados foram os de noções de *representação* e *apropriação*, propostas por Roger Chartier, e o conceito de *imaginário*, desenvolvido por Bronislaw Baczko, a partir dos quais foi possível dialogar com o *corpus* documental.

Representação, para Chartier (1990, p. 20), apresenta-se como um discurso que permite “ver uma coisa ausente” ou, também, manifesta-se como a “exibição de uma presença [...] de algo ou de alguém”; processo de articulações simbólicas através do qual se estabelece uma aceção do real, uma significação da realidade. Para este pesquisador, as representações produzem esquemas intelectuais que criam imagens mentais “graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”. (CHARTIER, 1990, p. 17).

A noção de representação apresenta-se como uma categoria fundamental da História Cultural. Para Pesavento (2005, p. 39),

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coerciva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.

Pedra angular da História Cultural, as representações manifestam padrões, normas, instituições, imagens, cerimônias; construção que abriga ordenamento, identificação, legitimação e exclusão. Embora pareça construir uma apreciação universal do real, as representações “são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Para o mesmo autor, “a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade” através das suas distintas apropriações dos símbolos ou das suas práticas culturais comuns. São as práticas comuns que fazem “reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição”. Porém, como não há uma prática cultural universal e, sendo as apropriações do simbólico diferenciadas, as disputas pelo domínio da representação tornam-se institucionalizadas e objetivadas, produzindo uma verdadeira “luta de representações”, marcando de “modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe”. (2002, p. 73).

Por *luta de representações* entende-se que são disputas que centram a atenção sobre as “estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ‘ser-percebido’ constitutivo de sua identidade”. (CHARTIER, 2002, p. 73). Nesse contexto, concebe-se que as representações construídas estão “sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Adotado semelhante modelo de análise, o livro didático pode ser percebido como um espaço de luta de representações onde se propõe constituir uma identidade comum aos grupos sociais que se apropriam de seus discursos, por vezes divergentes. Tal proposta tornou-se possível na investigação das representações sobre Mato Grosso elaboradas para os livros escolares no período da Primeira República brasileira (1889-1930).

Sobre a noção de *apropriação*, Chartier define como sendo o “consumo” cultural ou intelectual das representações produzidas. Assim, a cultura estaria na articulação entre a produção (representação) e o consumo (apropriação) dos bens simbólicos, gerando usos e significações diferenciadas (práticas). As apropriações seriam social, institucional e culturalmente determinadas, produzindo maneiras diferenciadas de interpretação da realidade. Nessa medida, as apropriações suscitariam práticas que “nunca são idênticas as que o produtor, o autor ou o artista, investiram na sua obra”. (1990, p. 59).

A apropriação, segundo o mesmo autor, aponta para uma “liberdade criadora” que possibilita uma negação, mesmo que regulada, dos sentidos impostos pelo polo produtor, visando a uma “história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem”. (CHARTIER, 1990, p. 26). Ou seja, ao receptor confere-se uma intencionalidade de produção de sentidos, ainda que restrita, retirando-o da passividade e reconhecendo a apropriação como sendo a possibilidade de formas variadas de interpretação, auferindo-lhe autonomia nas significações por ele construídas.

Em resumo, a apropriação permite aos sujeitos apreender e entender a realidade social em que estão inseridos. E foi neste sentido que as análises dos textos da literatura didática foram encaminhadas, “dialogando” com os temas estampados nos livros de história do Brasil e seus respectivos olhares sobre Mato Grosso. Para isso, as formulações de Chartier foram de fundamental importância para se compreender como, nos livros escolares que circularam nas escolas públicas do Estado durante o período da Primeira República (1889-1930), as representações sobre Mato Grosso foram significativas para a construção de uma identidade social formulada pelas elites de Cuiabá, para as quais a literatura didática tornara-se ferramenta de inculcação de um imaginário coletivo em sala de aula.

Segundo Barros (2010, p. 81),

Um sistema educativo inscreve-se em uma prática cultural, e ao mesmo tempo inculca naqueles que a ele se submetem determinadas representações destinadas a moldar certos padrões de caráter e a viabilizar um determinado repertório linguístico e comunicativo que será vital para a vida social, pelo menos tal como a concebem os poderes dominantes.

O conceito de *imaginário* foi também instrumento fundamental para o desenvolvimento da análise sobre as imagens construídas sobre Mato Grosso nos livros escolares de História. O referencial teórico, nesse caso, aproximou-se das proposições lançadas pelos estudos de Bronislaw Baczko que, ao pensar o imaginário, sugere que este constitui referência no sistema simbólico pelo qual uma dada sociedade se percebe, divide e elabora seus próprios objetivos.

Para Baczko (1985, p. 309), é

[...] através dos seus imaginários sociais, [que] uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças

comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores.

Uma definição mais sintética, mas não menos objetiva, considerara o imaginário como “um sistema de ideias e imagens de representações coletivas que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo”. (PESAVENTO, 2005, p. 43).

O imaginário, segundo Baczko, é parte constitutiva e de legitimação de poder, principalmente do poder político, que sempre se cercou de representações coletivas – isso explica por que, para a manutenção do poder político, “o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico”. (BACZKO, 1985, p. 297). Desse modo, em qualquer conflito social, o imaginário sempre terá papel determinante, pois, por meio dele os agentes sociais produzem as representações de si próprios e dos outros (seus inimigos, que poderão ser de classe, religião, raça, nacionalidade etc.), que definirão suas práticas coletivas.

Segundo o mesmo autor, o imaginário social tornou-se lugar e objeto dos conflitos sociais, porque é “uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder”. (BACZKO, 1985, p. 310). O controle do imaginário pelos grupos sociais dominantes tem a função de preservar, por meio de um sistema simbólico, o lugar privilegiado que estes atribuem a si próprios. Com isso, tais grupos produzem seu sistema de representações, traduzindo e legitimando sua ordenação, manejando os símbolos e definindo sua direção e orientação política.

Portanto, na constituição das representações do outro por meio do imaginário, elabora-se uma imagem desvalorizada do adversário, invalidando sua legitimidade política. Mas, nas representações de si próprio exalta-se a memória, história, origens e tradições perante os poderes instituídos. Desse modo, o campo do imaginário constitui-se em um espaço de luta pelo controle do poder.

Para a análise das representações sobre Mato Grosso nos livros escolares que circularam nas escolas mato-grossenses no período da Primeira República brasileira (1889-1930), as formulações de Baczko foram de fundamental importância, pois permitiram desvelar as intencionalidades dos discursos construídos pelas elites naquele momento. A compreensão do imaginário social como algo construído historicamente permitiu percebê-lo como um sistema simbólico de ideias e representações coletivas que visaram constituir uma identidade cultural mato-grossense, onde os grupos sociais dominantes deram sentido e significado às suas práticas sociais.

Sendo assim, com base nas proposições teóricas acima apresentadas e na análise dos principais títulos de livros escolares de História, a pesquisa buscou compreender como eram apresentadas as imagens (representações) sobre Mato Grosso em tal literatura, analisando também as intenções políticas que estavam por trás do ensino dos conteúdos nas escolas mato-grossenses. Para isso, o trabalho foi dividido em duas partes, as quais foram distribuídas em quatro capítulos.

A primeira parte, intitulada *Livros Escolares em Mato Grosso*, é composta de dois capítulos que tratam da produção, difusão e circulação de livros escolares em Mato Grosso no final do século XIX e início do XX.

O primeiro capítulo apresenta uma breve discussão acerca do conceito de livro didático, assim como alguns apontamentos relativos aos recentes estudos sobre a “história dos livros didáticos” no Brasil e em Mato Grosso, os quais elegeram os livros escolares como “fonte privilegiada de pesquisa”. (GALVÃO; BATISTA, 2003, p. 171).

No segundo capítulo procedeu-se à análise da organização do ensino de História na instrução pública mato-grossense durante a Primeira República brasileira (1889-1930), bem como as medidas adotadas pelo Conselho Superior da Instrução Pública para a seleção dos livros escolares usados nas salas de aulas das escolas públicas de Mato Grosso.

A segunda parte, intitulada *Mato Grosso nos Livros Escolares*, também composta por dois capítulos, é o fulcro da presente dissertação, e nela são apresentadas análises das representações, por vezes concorrentes, sobre Mato Grosso nos livros escolares de História, ou seja, a “luta de representações”. (CHARTIER, 2002, p. 73).

O terceiro capítulo apresenta uma análise das representações sobre Mato Grosso presentes nos livros escolares de História do Brasil, produzidos nos grandes centros urbanos brasileiros e que circularam nas escolas públicas do Estado.

Por fim, no quarto e último capítulo, são apresentadas as representações presentes no livro *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*, de autoria de Estevão de Mendonça, que é considerado, por Zorzato (apud FRANCO, 2009, p. 38), como a primeira publicação destinada a moldar a memória histórica mato-grossense.

1ª Parte

LIVROS ESCOLARES EM MATO GROSSO

1 LIVRO ESCOLAR COMO OBJETO DE PESQUISA

Os livros didáticos constituíram ferramentas importantes na arte de ensinar. Neles, são estampados conteúdos que, conforme a construção do autor, indicam métodos de ensino e, assim, marcam a produção do conhecimento em um determinado período. Além disso, ao longo da história da trajetória educacional, os livros escolares assumiram papel de extrema relevância, pois provocaram a transformação do saber do professor, que deixou de ter aquela conotação do sábio, própria do Iluminismo², passando a mero reprodutor e transmissor de conhecimento.

Apesar das críticas formuladas a esse produto cultural, o livro didático buscou tornar acessível um conhecimento que, não fosse a predisposição de seus produtores (autores, editores, impressores, expedidores, entre outros), ficaria circunscrito à academia, ao mundo dos pesquisadores. Assim sendo, ao simplificar esse conhecimento, transformando-o em textos menos complexos, redigidos numa linguagem simples e inteligível, tanto para professores quanto para alunos, os produtores de livros didáticos (autores/editores/indústria) tornaram possível a vulgarização dos saberes científicos, antes restritos a poucos.

Neste capítulo, será apresentada uma breve discussão acerca do conceito de livro didático, assim como alguns apontamentos referentes aos recentes estudos sobre a “história dos livros didáticos” no Brasil e em Mato Grosso; estudos que elegeram os livros escolares como uma “fonte privilegiada de pesquisa”. (GALVÃO; BATISTA, 2003, p. 171).

1.1 Livro Didático: algumas definições

Diversas nomenclaturas são utilizadas para se referir aos livros escolares: livro de leitura, livros de texto, livro-texto, compêndio escolar, livro escolar, livro de classe, manual escolar ou, simplesmente, livro didático³. Antes de qualquer discussão conceitual, é importante ter em mente que o livro didático é um “material impresso, empregado para o desenvolvimento de processos de ensino e de formação” (BATISTA, 2009, p. 43) e, por isso,

² Professor “sábio” é aquele detentor de um conhecimento inseparável do seu fazer pedagógico. É diferente do professor moderno que, frente à nova divisão de trabalho, passa a ser mero reprodutor e veiculador de um saber que lhe era exógeno (SÁ, SIQUEIRA, 2006, p. 129).

³ A primeira tentativa de definição do conceito de livro didático se deu no interior do Decreto Lei n. 1.006, de 30 de dezembro de 1938, considerando-o em duas categorias, a saber: os compêndios e os livros de leitura de classe. “Art. 2º, § 1º – Compêndios são livros que exponham total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares; § 2º – Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula: tais livros também são chamados de livros de texto, livro-texto, compêndio escolar, livro escolar, livro de classe, manual, livro didático”. (OLIVEIRA apud FREITAG, 1987, p. 06).

tem a finalidade de ser um objeto para a instrução de pessoas, principalmente no que tange à ação escolar. Outro ponto importante a destacar é que, segundo Christopher Stray (apud CHOPPIN, 2004, p. 563), “o livro didático é um produto cultural complexo... [que] se situa no cruzamento da cultura, da pedagogia, da produção editorial e da sociedade”. Assim sendo, cabe ao pesquisador que se interessar pelo livro didático como objeto de estudos não perder de vista suas particularidades.

Na atualidade, ao lado de veículos de comunicação, como a televisão, a Internet, os jornais e o cinema, o livro didático pode ser considerado importante ferramenta na transmissão de conhecimento e cultura. Além da função instrutiva, os livros didáticos são revestidos de interesses pedagógicos e culturais incorporados aos textos, aspectos que recebem atenção nas pesquisas científicas no Brasil e no exterior.

Abordado sob diversas perspectivas, esse material escolar despertou discussões na comunidade acadêmica e nos mais variados grupos políticos e sociais. Segundo Bittencourt (2008, p. 13),

O livro didático é assunto polêmico, pois gera posições radicais entre professores, alunos e pesquisadores dos problemas educacionais. Os principais consumidores de livros didáticos, professores e alunos, divergem na avaliação do papel exercido por ele na vida escolar. Para uma parcela de professores, o livro didático é considerado um obstáculo ao aprendizado, instrumento de trabalho a ser descartado em sala de aula. Para outros, ele é material fundamental ao qual o curso é totalmente subordinado. Na prática, o livro didático tem sido utilizado pelo professor, independentemente de seu uso em sala de aula, para preparação de “suas aulas” em todos os níveis da escolarização, quer para fazer o planejamento do ano letivo, quer para sistematizar os conteúdos escolares, ou simplesmente como referencial na elaboração de exercícios ou questionários. A escolha do livro a ser adquirido pelo governo para as escolas tem sido, nos últimos anos, outro aspecto polêmico e controverso, assim como todo o processo de avaliação que o MEC tem realizado por intermédio do PNLD e, mais recentemente, do PNLEM.

Atribui-se esse caráter polêmico ao livro didático por ser ele considerado um objeto de “múltiplas facetas” (BITTENCOURT, 2004b, p. 71), ou seja, ora é visto como uma *mercadoria*, por isso sujeito à lógica do capitalismo, ou como um *depositário dos conteúdos escolares* que sistematiza os diversos conhecimentos elencados pelas propostas curriculares. Visto, também, como um *instrumento pedagógico*, no qual é incorporada uma série de técnicas de aprendizagem (exercícios, questionários, sugestões de trabalho), ou enquanto *veículo portador de um sistema de valores*, ideologia, cultura, transmissores de estereótipos e valores dos grupos dominantes.

Para Choppin (2004, p. 553), além das múltiplas facetas, o livro didático assume “múltiplas funções”: a *referencial* (o livro didático torna-se uma referência para elaboração de currículos ou programas); a *instrumental* (o livro didático propõe métodos de aprendizagem, exercícios e atividades); a *ideológica e cultural* (o livro didático é transmissor de valores e, em certos casos, de doutrinação das jovens gerações); e a *função documental* (o livro didático é documento e, também, objeto de pesquisa).

Com relação ao livro didático assumir proporções ideológicas e culturais, Ribeiro (2010, p. 112), avigora:

O livro didático como fonte de investimento e de preocupações tem suscitado debates dentro e fora das instituições educacionais sobre a sua relevância na construção de identidades e ideologias. É um objeto rico de pesquisa por ser um espaço privilegiado de disputas políticas, uma vez que este é sempre questionado por omissões, produção de caricaturas de personagens históricos e grupos sociais e étnicos, simplificações dos fatos históricos. Nele, existem diferentes personagens e modelos de interpretações em jogo.

Segundo Fonseca (2006, p. 17), “cada sociedade teria [...] seus próprios referenciais para determinar que conhecimentos poderiam ou não, deveriam ou não ser eleitos para fazer parte do conjunto dos saberes a serem transmitidos pela escola”. Por esse motivo, os grupos sociais envolvidos na seleção desses saberes usam a própria escola e uma série de outros artifícios – e o livro didático é parte dessa série – como forma de perpetuar suas ideologias. Dessa forma, “os livros didáticos não são apenas instrumentos pedagógicos: são também produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas”. (CHOPPIN apud BITTENCOURT, 2004b, p. 69).

É neste argumento que se enquadra a presente pesquisa. Aqui, o livro didático é entendido como sendo um objeto cultural estrategicamente usado, durante muitos anos, principalmente no início da República brasileira (1889-1930), como um “instrumento privilegiado de construção de identidade” (CHOPPIN, 2004, p. 553), de forma ampla – quando por meio dele se propôs uma identidade nacional – e de forma restrita – quando se propôs a construir uma identidade regional.

Segundo Chartier (2002, p. 73), a construção de uma identidade, nacional ou regional, resulta de “uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e de nomear e a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma”. No caso brasileiro, a Primeira República (1889-1930) marcou um período em que novos referenciais identitários de nação e região estavam sendo

construídos. Porém, eram eles motivo de disputa entre os diversos setores sociais: os interesses político-econômicos transmutavam-se em disputas ideológico-culturais entre os representantes do governo central *versus* os representantes das elites locais, inclusive em Mato Grosso.

Mantendo acesa a discussão sobre o conceito de livro didático, antes de dar sequência à análise dos conteúdos presentes na literatura escolar produzida no período da Primeira República brasileira (1889-1930), faz-se necessário dizer que caracterizá-los não é tarefa fácil. Alain Choppin (2002) afirma que nos livros didáticos existem múltiplas funções presentes⁴, sendo que, com relação ao trabalho pedagógico, pode-se resumi-las em duas categorias: a dos manuais escolares e a dos paraescolares.

Por manuais escolares compreendem-se, de acordo com Alain Choppin (apud BATISTA; GALVÃO; KLINKE, 2002, p. 33),

[...] os *utilitários da sala de aula*: eles são concebidos na intenção, mais ou menos explícita ou manifesta segundo as épocas, de servir de suporte escrito ao ensino de uma disciplina no seio de uma instituição escolar. Se, até os meados do século XIX, esse papel não está sempre claramente formulado, principalmente no ensino primário, ele se torna em seguida mais passível de ser determinado com a criação progressiva de estruturas educativas estáveis, uniformes e cada vez mais diversificadas: o manual e as publicações que gravitam em torno dele (livros ou guias para o professor, antologias de documentos, cadernos ou fichários de exercícios, léxicos, antologias de atividades) se destinam sempre a uma disciplina, a um nível, a uma série ou a um grau e se referem a um programa preciso. O manual apresenta, então, ao aluno, o conteúdo desse programa, segundo uma progressão claramente definida, e sob a forma de lições ou unidades. Essas obras são sempre concebidas para um uso tanto coletivo (em sala de aula, sob a direção do professor) e individual (em casa).

Por livros *paraescolar* Choppin compreende aquele que

[...] reúne obras bastante diferentes que têm por função resumir, intensificar ou aprofundar o conteúdo educativo transmitido pela instituição escolar. Auxiliares facultativos da aprendizagem, essas publicações [...] apresentam quase sempre uma indicação precisa do nível ao qual são destinadas. Elas são concebidas para uma utilização individual, essencialmente em casa [...], cuja aquisição é deixada à iniciativa dos alunos ou de suas famílias”. (apud BATISTA; GALVÃO; KLINKE, 2002, p. 33),

⁴ Segundo Choppin (2002), é possível isolar mais de vinte funções nos manuais escolares franceses contemporâneos.

Necessário dizer que essas duas categorias não são estanques. Os livros didáticos, assim como qualquer produto cultural, também têm sua historicidade; as técnicas de produção e a metodologia pedagógica neles presentes nem sempre foram as mesmas. Ao longo dos séculos, estes adotaram denominações, objetivos e estrutura física diversos, permitindo que, na medida em que se transformavam as condições objetivas da educação brasileira, em resposta aos avanços propostos pela pedagogia moderna, novos tipos de livros ganhassem espaço no mercado editorial e nas escolas do país – destacam-se, atualmente, o livro do professor e o livro do aluno, bem como os cadernos de atividades e exercícios.

Segundo Sá (2006), as mudanças ocorridas no cenário educacional brasileiro entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX são marcadas por uma gradativa modernização pedagógica e racionalização do ensino que, dentre outras coisas, acarretaram a desqualificação do trabalho docente. A progressiva divisão de trabalho e a introdução de novas tecnologias na relação pedagógica (o livro didático) diminuíram a autonomia do professor no interior do processo de escolarização. A produção de livros didáticos, principalmente os da disciplina escolar História, tiveram como objetivo, além de instruir e educar, manter a ordem política e social no Brasil. O professor, nesse contexto, tornou-se um instrumento de tal estrutura, pois, separado da produção de seu próprio material didático, passou à condição de “mero transmissor de saber, o que foi sendo assegurado através da criação de novos métodos de ensino e da introdução dos livros didáticos”. (SÁ, 2006, p. 103).

Os livros didáticos aqui analisados eram classificados como compêndios⁵, porém, para tornar o texto mais inteligível, eles foram denominados, por vezes, de *livro(s) escolar(es)*, por se acreditar que tal definição seja mais plástica e menos passível de incompreensão.

De acordo com o Guia Livres (apud FARIAS, 2009, p. 14), livros escolares são

[...] todas as obras cuja intenção original é explicitamente voltada para o uso pedagógico e esta intenção é manifestada pelo autor ou editor. Nesta concepção se inserem, além dos livros didáticos mais comuns, também denominados compêndios ou manuais escolares, as obras conhecidas como paradidáticas, coletâneas de literatura produzidas para as escolas e ainda Atlas, dicionários especialmente editados para uso pedagógico. Considerando a intenção do autor ou editor na publicação da obra, inclui-se como livro didático, obras que, embora inicialmente não tenha sido concebidas tendo em vista o público escolar, adquiriram o status pedagógico, com uso constante em sala de aula.

⁵ No século XIX, o termo mais utilizado para o livro produzido com a finalidade de ensino era *compêndio*, que, conforme Pinto (1832, p. 261), é caracterizado por ser *um resumo do mais essencial de uma ciência*.

Definição semelhante é a elaborada por Lajolo (1996, p. 4), que considera livro escolar todo aquele “que vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar e sistemática”.

Com base nas informações apresentadas no desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados os principais títulos de livros escolares de História que circularam nas escolas mato-grossenses no período da Primeira República brasileira (1889-1930), ou seja, aqueles que tiveram maior recorrência nas fontes pesquisadas (Ver Apêndice A). Para sua seleção recorreu-se aos registros de entrada e saída de material no almoxarifado da Diretoria Geral da Instrução Pública, bem como às atas do Conselho Superior da Instrução Pública, órgão responsável pela autorização ou veto dos livros adotados nas escolas públicas de Mato Grosso.

Foram estes livros escolares, juntamente com a legislação educacional, os relatórios dos governadores do estado, programas e relatórios da Instrução Pública e, também, as revistas e jornais da época, que permitiram compreender como as representações sobre Mato Grosso se apresentaram na literatura didática que circulou nas principais escolas públicas estaduais, e quais intenções políticas estavam por trás do ensino destes conteúdos nas escolas mato-grossenses.

1.2 História do Livro Didático no Brasil

Ao se estudar um texto impresso (no caso o livro didático), recomenda Darnton (1990), o circuito de criação/produção/difusão não pode ser isolado em suas diferentes fases, pois as partes só adquirem sentido quando relacionadas com o todo. Assim, ele propõe, para a análise desse processo, a adoção de um modelo interconectado em seis etapas: 1. autores; 2. editores; 3. impressores; 4. expedidores; 5. livreiros; 6. leitores. No entanto, o presente capítulo contemplará as duas primeiras etapas desse processo.

Para Bittencourt (2008, p. 64), com relação à produção de livros escolares no Brasil, as primeiras iniciativas surgiram com a instalação da Imprensa Régia, em 1808, “que possuía como um dos seus objetivos à expansão e melhorias de materiais para educação pública”. Nela, foram produzidos os primeiros manuais para os cursos criados por D. João VI, principalmente da Real Academia Militar e das Academias Médico-Cirúrgicas do Rio de Janeiro e Salvador⁶.

⁶ Conforme Moraes (apud FERNANDES; DIETZSCH, 2006, p. 148-149), “em 18 de fevereiro de 1808, quando da escala da Corte na Bahia, é fundada a Escola de Cirurgia de Salvador; em 4 de dezembro de 1810, por uma

Com base no trabalho de Laurence Hallewell (2005) sobre a história do livro no Brasil, foram elencados alguns dos primeiros manuais produzidos pela Imprensa Régia:

1809 – *Elementos de Álgebra*, de Leonhard Euler, e *Elementos de Geometria*, de Adrien-Marie Legendre, ambos traduzidos por Manuel Ferreira de Araujo Guimarães.

1810 – *Syllabus ou Compêndio das lições de Química*, de Daniel Gardner; *Tratado Elementar de Física*, de René-Just Haüy; e *Tratado Elementar de Aritmética*, de Sylvestre-François Lacroix, traduzido por Francisco Cordeiro da Silva Torres e Alvim.

1812 – *Tratado Elementar de Mecânica*, de Louis-Benjamin Francoeur, traduzido por José Saturnino da Costa Pereira; *Elementos Álgebra*, de Sylvestre-François Lacroix, traduzido por Francisco Cordeiro da Silva Torres e Alvim; e *Elementos de Geometria Descritiva com aplicações às Artes, Extraído das obras de [Gaspard] Monge*, de José Vitorino dos Santos e Souza.

1813 – *Tratado de Óptica*, de Nicolas de Lacaille, traduzido por André Pinto; *Preleções filosóficas sobre a teoria do discurso e da linguagem, a estética, a diceósina e a cosmologia*, de Silvestre Pinheiro Ferreira; *Aforismos sobre as hemorragias uterinas e convulsões puerperais*, de Thomas Denman, traduzido por Manoel Álvares da Costa Barreto; e *Tratado Elementar da Arte Militar e da Fortificação*, de Simon François Gay de Vernon, traduzido por João de Souza Pacheco Leitão.

1814 – *Elementos de Astronomia*, de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães; *Compêndio de Matéria Médica*, de José Maria Bomtempo; e *Discurso fundamental sobre a população: economia política moderna*, de Jean Herrenschwand, traduzido por Luís Prates de Almeida Albuquerque.

Carta Lei, cria-se a Academia Real Militar, *hum Curso de Sciencias exactas, e de Observação para formar não somente oficiais, mas homens que possam também ter o útil emprego de dirigir objetos administrativos de minas, caminhos, pontes, fortes e calçadas*, segundo o texto da carta régia. Em 25 de janeiro de 1812, no Rio de Janeiro, por um decreto, um laboratório ‘Chimico-Pratico’ é iniciado e, pelo Decreto de 1 de abril de 1813, um Curso de Cirurgia no Hospital da Santa da Misericórdia. Seguindo essa linha de multiplicação das escolas superiores que se iniciou com a chegada da Coroa portuguesa, foi fundado na Bahia um curso de Agricultura em 1812, de Química em 1817 e de Desenho Técnico em 1818. Em 12 de agosto de 1816 é criada, no Rio de Janeiro, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, que se transforma em 1820 na Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil. Um curso de Matemática Superior é formado em Pernambuco (1809), de Desenho e História em Vila Rica (1817) e de Retórica e Filosofia em Paracatu (Minas Gerais-1821)”.

1815 – *Primeiras Linhas Sobre o Processo Orfanológico*, de José Pereira de Carvalho, e *Elementos de Geodésia*, de Manuel Ferreira de Araujo Guimarães.

1816 – *Filosofia Química*, de Antoine François de Fourcroy, traduzido por Manuel Joaquim Henriques de Paiva.

1817 – *Corografia Brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*, de Manuel Aires de Casal.

Dos dezenove manuais produzidos pela Imprensa Régia elencados por Hallewell (2005), dezessete são de autores estrangeiros, sendo nove franceses, quatro portugueses, dois suíços e dois ingleses. Somente dois manuais foram elaborados por brasileiros, ambos de Manuel Ferreira de Araujo Guimarães. Importante destacar, ainda, a presença de um livro com a descrição histórico-geográfica do Brasil (*Corografia Brasílica*, de Aires de Casal) que, apesar de não ter sido produzido com finalidade especificamente didática, foi utilizado na formação intelectual dos primeiros estudantes brasileiros⁷.

Percebe-se que a maior parte destes manuais foi produzida por autores franceses. Segundo Bittencourt (2008), Brasil e França possuíam interesses comuns na implantação de uma cultura francesa em terras brasileiras. Do lado francês, o interesse era a quebra do monopólio comercial inglês em terras brasileiras. Do lado brasileiro, a educação “à francesa”, com forte influência católica, era considerada mais adequada aos interesses da elite nacional (católica e conservadora) desconfiada dos valores protestantes do mundo inglês. Acreditava-se que o modelo educacional francês, com seus métodos e livros didáticos, era um capital cultural a ser apropriado e consumido pelos filhos das elites brasileiras.

Desse modo, a produção do livro didático constitui-se em mais um dos elementos do quadro de relações culturais entre os dois países, o que também colaborou para o ingresso, no Brasil, de significativa quantidade de livros traduzidos ou baseados em obras francesas do século XIX.

Até 1822, a Imprensa Régia manteve o monopólio da produção de impressos no Brasil. Os livros acima mencionados contemplavam somente o Ensino Superior, pois, naquela época o interesse governamental, quanto à Educação, estava voltado principalmente para a preparação de oficiais e cirurgiões, através das Academias Militares e das instituições médico-

⁷ Gasparello (2004) considera que os dois primeiros livros didáticos de história do Brasil foram: *Resumo da História do Brasil até 1828*, de Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde, publicado no Rio de Janeiro, em 1831, pela tipografia de Pierre Gueffier, e *Compêndio de História do Brasil*, de José Inácio de Abreu e Lima, publicado pela primeira vez em 1843, em dois volumes, pela tipografia de E. & H. Laemmert, sendo reeditado em volume único de 352 páginas naquele mesmo ano. Ambos os autores não reivindicaram originalidade em suas obras, pois elas resultaram de traduções e adaptações da literatura histórica estrangeira existente à época.

cirúrgicas. A mudança efetiva do quadro educacional brasileiro só aconteceu em 1837, com a criação do Colégio Pedro II, que instituiu programas curriculares para organização do ensino primário e secundário. Antes disso, por não haver um modelo organizado de escola desses dois níveis de ensino, com a predominância de um sistema fragmentado de “aulas isoladas”.⁸.

Com o fim do monopólio da Imprensa Régia, seguiu-se um descompromisso estatal com a produção de livros escolares no Brasil. Para Bittencourt (2008, p. 65), a partir de 1822 “marcou a transferência da produção didática para as editoras particulares que começaram a surgir no Brasil, além das que produziam material escolar em Portugal e França”.

Das editoras particulares que começaram a surgir no Brasil, três mereceram maior destaque na produção de livros escolares: E. & H. Laemmert, B. L. Garnier e Nicolau Alves & Cia, todas fundadas ainda no período imperial.

A editora Laemmert, fundada em 1838, como Tipografia Universal, pelos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert, foi a mais antiga delas e a sucessora da Tipografia Nacional (denominação da Imprensa Régia após a Independência do Brasil, em 1822). Das suas edições escolares, a obra *Porque me Ufano do Meu País*, de Affonso Celso, escrita e publicada em 1900 em homenagem ao quatrocentésimo aniversário de descobrimento do Brasil, foi a mais importante e, por isso, de leitura obrigatória nas escolas secundárias brasileiras, por muitos anos. Para Hallewell (2005, p. 241), *Porque me Ufano do Meu País*, de Afonso Celso, “o livro escolar mais conhecido da Laemmert” era uma “incrível expressão do chauvinismo brasileiro”.

⁸ Segundo Fonseca (apud LOMBARDI et al., 2006), as aulas régias compreendiam o estudo das humanidades, sendo pertencentes ao Estado e não mais restritas à Igreja – foi a primeira forma do sistema de ensino público no Brasil. Apesar da novidade imposta pela Reforma de Estudos instituída pelo Marquês de Pombal, em 1759, o primeiro concurso para professor somente foi realizado em 1760 e as primeiras aulas efetivamente implantadas de Filosofia Racional e Moral, em 1774. Em 1772 foi criado o Subsídio Literário, imposto que incidia sobre a produção do vinho e da carne, destinado à manutenção dessas aulas isoladas. Na prática, o sistema das Aulas Régias pouco alterou a realidade educacional no Brasil, tampouco se constituiu numa oferta de educação popular, ficando restrita às elites locais. Ao rei cabia a criação delas e a nomeação dos professores, que levavam quase um ano para a percepção de seus ordenados, arcando eles próprios com a sua manutenção.

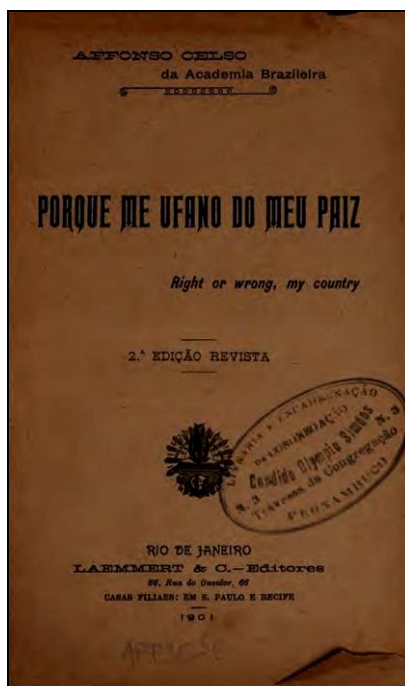


Figura 1 – *Porque me Ufano do meu País* (1901), de Affonso Celso.
Fonte: Acervo da Biblioteca Digital do Livro Didático da FEUSP.

A editora Garnier também teve grande destaque na produção de livro escolar no Brasil. Foi criada em 1844, por Baptiste Louis Garnier, que “se tornou o primeiro editor a envidar um verdadeiro esforço para atender às necessidades de livros escolares brasileiros e assumir um risco comercial por sua própria iniciativa”. (HALLEWELL, 2005. p. 216). Em 1857, Garnier iniciou sua produção de livros destinados à instrução secundária de História, Gramática e Literatura, expandindo sua produção no transcorrer da década de 1860, com livros também para a escola elementar. Dos escolares editados por ele, o que alcançou maior sucesso foi o *Lições de História do Brasil para uso das escolas de Instrução Primária*, de Joaquim Manuel de Macedo, inicialmente publicado em 1865⁹ e que teve vida longa, pois nascido no Império, ainda, na República teve largo uso nas escolas públicas brasileiras.

⁹ O título original do livro de Joaquim Manuel de Macedo chamava-se *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II*, publicado em duas edições, em 1861 e 1863. Após adquirir os direitos autorais da obra, B. L. Garnier substituiu o título por *Lições de História do Brasil para uso das escolas de Instrução Primária*, que se manteve nas edições posteriores.



Figura 2 – *Lições de História do Brasil* (19--), de Joaquim Manuel de Macedo.
 Fonte: Acervo da Biblioteca Digital do Livro Didático da FEUSP.

Outra grande editora de livros didáticos no Brasil, entre o final do século XIX e o início do século XX, foi, sem dúvida, a editora de Francisco Alves, criada em 1854 por Nicolau Alves, iniciador do comércio de livros através da Livraria Clássica. Em 1880, Francisco Alves, a convite de seu tio, Nicolau Alves, tornou-se sócio-proprietário do empreendimento editorial. Em 1897, adquiriu a parte de seu tio na sociedade e tornou-se o único dono do negócio. A partir daí, investiu decididamente na literatura didática, enfrentando numerosos concorrentes que, aos poucos, por meio de compra ou anexação, foram sendo integrados à empresa, reforçando, assim, seu monopólio no setor do livro didático no país.

Dos diversos sucessos de venda da Livraria Francisco Alves, um, em especial, se destacou: o livro *História do Brasil*, de João Ribeiro. Esse livro foi inovador para sua época, pois inseriu estampas e imagens ao longo de suas páginas para facilitar o aprendizado dos estudantes das escolas primárias brasileiras.

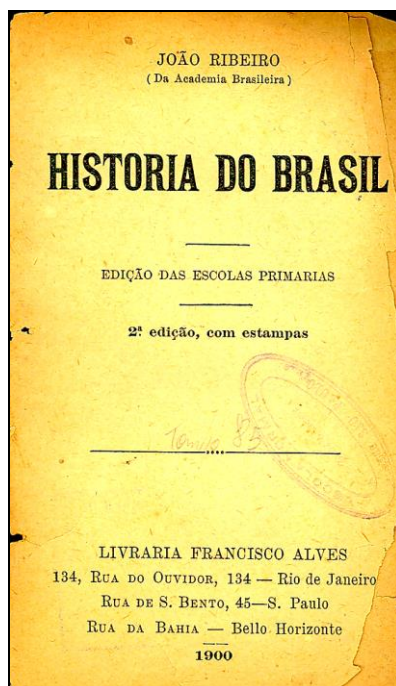


Figura 3 – *História do Brasil* (1900), de João Ribeiro.
 Fonte: Acervo da Biblioteca Digital do Livro Didático da FEUSP.

A importância de Laemmert, Garnier e Francisco Alves para o mercado editorial didático brasileiro, entre o final do XIX e início do XX, foi fundamental, pois, juntos, eram responsáveis pela produção de 44,2% de todos os livros escolares que circularam no país (BITTENCOURT, 2008, p. 66). Mesmo considerando-o um impresso de menor importância, os editores não descuidavam dos lucros que os livros escolares poderiam proporcionar. Sobre o assunto, B. L. Garnier afirmava que o livro didático era “a carne” da produção editorial, em contraposição às obras de literatura ou “científicas” que corresponderiam aos “ossos”. (BITTENCOURT, 2004a, p. 490).

A implantação da República proporcionou maiores lucros aos negócios dos editores de livros didáticos no Brasil, pois, diferentemente do Império, onde a educação era voltada exclusivamente para as elites, o novo sistema político, abriu as portas das escolas públicas para as camadas menos privilegiadas da sociedade. A par disso, o Estado republicano tornou-se um grande comprador de livros escolares destinados aos “alunos pobres” e que não tinham como adquiri-los. Porém, tais livros não eram doados, pois seu uso funcionava na modalidade de empréstimo, sendo os alunos obrigados a devolvê-los no final do ano letivo (BITTENCOURT, 2008, p. 89).

Com relação ao autor de obras didáticas, afirma Bittencourt (2004a, p. 479), cabia a ele “ser, em princípio, um seguidor dos programas oficiais propostos pela política educacional”, porque era necessária a submissão dos seus conteúdos aos programas

curriculares estabelecidos para a aprovação da obra e, conseqüentemente, sua comercialização e circulação nas escolas públicas e também particulares do Brasil.

Segundo Bittencourt (2004a, p. 480), na história do livro didático nacional, o perfil dos autores de livros escolares ficou assim organizado:

- **1ª Geração** – a partir de 1827, autores preocupados com a organização dos cursos secundários e superiores, apenas esboçando algumas contribuições para o ensino de “primeiras letras”.
- **2ª Geração** – a partir dos anos 1880, quando as transformações da política liberal e o tema do nacionalismo se impuseram, gerando discussões sobre a necessidade da disseminação do saber escolar para outros setores da sociedade, ampliando e reformulando o conceito de “cidadão brasileiro” com a criação de uma literatura que, sem abandonar o secundário, foi dedicada à constituição do saber da escola elementar. (BITTENCOURT, 2004a, p. 480)

O perfil dos autores da “primeira geração” (o sábio) é o de homens pertencentes à elite intelectual e política da recente nação. O “lugar” de sua produção situava-se junto ao poder e realizava-se para consolidar o poder instituído por intermédio dos colégios destinados à formação das elites, dialogando com intelectuais e políticos responsáveis pela organização e condução do setor educacional.

Já os autores da “segunda geração” possuíam, na maioria das vezes, experiências pedagógicas provenientes de cursos primários, secundários ou de escolas normais voltadas para a formação de professores. A prática pedagógica desses autores refletiu, parcialmente, uma preocupação menos limitada quanto às opções educacionais, saindo da esfera do ensino puramente destinado à formação das elites.

Conforme Bittencourt (2004a, p. 483), “os autores dessa geração possuíam, na maioria das vezes, experiências pedagógicas provenientes de cursos primários, secundários ou de escolas normais voltadas para a formação de professores”. Nesse caso, tais experiências passaram a ser valorizadas e tornaram-se critério de escolha dos autores pelas editoras que publicavam livros escolares a partir das aulas destes e/ou das preferências de outros professores.

A segunda metade do século XIX marcou o início do crescimento escolar e o surgimento de autores provenientes de outras esferas sociais. Também, nessa época, surgiram as primeiras preocupações com a elaboração de livros escolares destinados especialmente às

crianças, atentando às especificidades do público infantil. Assim, passou a se tornar mais claro que o livro didático não era um material de uso exclusivo do professor, que transcrevia ou ditava partes do livro nas aulas, mas que ele precisava ir diretamente para as mãos dos alunos.

1.3 História do Livro Didático em Mato Grosso

A produção de livros didáticos em Mato Grosso está diretamente relacionada ao surgimento da imprensa em Cuiabá. Foi em 1837, na administração de José Antônio Pimenta Bueno, quarto presidente da província, que ocorreram as primeiras discussões acerca da proposta de implantação de uma tipografia em território mato-grossense. A necessidade de publicar atos normativos e administrativos oficiais colaborou para acelerar o processo de instalação da imprensa em Cuiabá. A primeira máquina tipográfica foi adquirida em 1838, pouco mais de três anos após a instalação da Assembleia Legislativa Provincial e 36 anos antes da implantação do Tribunal de Relação da Província de Mato Grosso, atual Tribunal de Justiça do Estado, no dia 1º de maio de 1874.

Ao longo do século XIX, diversas tipografias particulares foram criadas em Mato Grosso com a finalidade de impressão de jornais privados, mas isso não impediu que anos depois alguns livros fossem impressos em Cuiabá, inclusive obras didáticas, pelas mesmas tipografias. Ou seja, os primeiros livros didáticos mato-grossenses foram impressos por tipografias particulares que tinham originalmente o objetivo de imprimir jornais.

Segundo Bittencourt (2008, p. 74), “houve um número significativo de livros impressos em tipografia de jornais e por editora de vida efêmera, caracterizando com uma prestação de serviço esporádico e eventual”, situação reproduzida também, em Mato Grosso, pois, no período imperial e início da República, seus primeiros livros foram impressos em tipografias de jornais:

Fora da sede governamental [Rio de Janeiro] surgiram tipografias de pequeno porte, nascidas, principalmente, para a publicação de periódicos, mas que contribuíram para uma produção ocasional de livros escolares para consumo local, também dependiam do poder oficial, sendo obrigadas a enfrentar ou a servir os chefes locais em suas lutas políticas internas e regionais. (BITTENCOURT, 2008, p. 75).

Os primeiros livros didáticos produzidos em Mato Grosso datam da segunda metade do século XIX e tiveram como autor o padre baiano Ernesto Camilo Barreto, que transferiu

residência para Mato Grosso no ano de 1854, a convite do então bispo de Cuiabá, Dom José Antônio dos Reis, para auxiliar na implantação do Seminário Episcopal da Conceição, onde viria a ministrar aulas de Teologia e Filosofia, tendo sido também, seu primeiro reitor.

Fundado em 1858, o Seminário Episcopal da Conceição foi, durante muito tempo, o único estabelecimento de ensino secundário de Mato Grosso. Na ausência de uma escola pública desse nível de ensino, o Seminário, estabelecimento particular subvencionado pelo governo imperial e com a função de formação eclesiástica aos jovens da região com interesse na vida sacerdotal, também desempenhou a função de preparar os filhos das elites locais, em seu ingresso nos cursos superiores dos principais centros urbanos do Império (SÁ; SIQUEIRA, 2006, p. 134).

Ernesto Camilo Barreto foi um homem de múltiplas facetas. Além de padre, professor e reitor do Seminário Episcopal da Conceição, ele ocupou cargos políticos, elegendo-se deputado provincial e geral (hoje federal), foi Inspetor Geral dos Estudos (equivalente ao atual Secretário de Estado da Educação), autor de diversos livros e artigos em jornais. Foi por meio dos periódicos que Barreto pôde confeccionar seus livros didáticos. O primeiro deles, o *Compêndio de Teologia Exegética, Religião e Lugares Teológicos*, de 1856, possivelmente publicado na *Typographia do Echo Cuyabano*, pois no período esta era a única a editar jornais em Mato Grosso. Outro livro importante elaborado por Barreto para o uso nas suas aulas no Seminário Episcopal da Conceição foi o *Compêndio Elementar de Filosofia Racional e Moral*, publicado na tipografia do jornal *Noticiador Cuiabano*, em 1859¹⁰.

É importante destacar que os primeiros jornais que circularam em Mato Grosso não o foram concomitantes, ou seja, só quando um jornal encerrava suas atividades é que outro era inaugurado em seu lugar, o que faz crer que durante décadas só existiu uma prensa na província. Pode-se supor ainda que a tipografia do *Noticiador Cuiabano*, outrora pertencente a José Delfino de Almeida, tenha sido adquirida por João de Souza Neves, encerrando seus trabalhos dia 3 de abril de 1859, dois meses antes da inauguração da *Tipografia de Souza Neves e Cia*, que abriu suas portas aos 23 de julho de 1859, não havendo relato de outra imprensa no período. Somente a partir da década de 1860 é que passaria a coexistir jornais em Mato Grosso, o que faz crer que novas prensas tenham sido adquiridas.

A difusão da imprensa em Mato Grosso está diretamente ligada à modernização da dessa unidade administrativa, processo que teve início na segunda metade do século XIX,

¹⁰ Ver: Paim, Antônio Ferreira (Org.). *Bibliografia Filosófica Brasileira (1808/1930)*. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 1983.

principalmente a partir de 1870¹¹, e avançou, ganhando força, durante o período da Primeira República (1889-1930). As elites políticas mato-grossenses concebiam a imprensa, assim como a legislação educacional e os modelos de ensino e livros didáticos partes importantes no processo de modernização, alçando Mato Grosso, da barbárie, à civilização (SIQUEIRA, 2000).

Em 23 de julho de 1859, o Pe. Ernesto Camilo Barreto e João de Souza Neves, após a instalação da *Tipografia de Souza Neves e Cia*, fundaram um novo jornal em Mato Grosso: *A Imprensa de Cuyabá*, empreendimento que permitiu a Barreto imprimir suas obras. Em 1864, o *Compêndio Elementar de Teologia Dogmática* foi publicado para o uso dos alunos do Seminário Episcopal da Conceição, em Cuiabá, e Barreto, às próprias custas, publicou alguns exemplares para serem distribuídos entre os alunos pobres daquele estabelecimento de ensino, como estampado no prefácio:

Há oito anos que intento escrever, e publicar um Compêndio Elementar de Teologia Dogmática para poupar aos meus alunos o trabalho de apostilas nas horas escolares, e melhor aproveitar o tempo consagrado às lições diárias; há oito anos, porém tenho hesitado na execução desta ideia, desconfiado de minhas forças intelectuais para objeto de tanta magnitude, e por ventura não teria saído ainda hoje dessa irresolução, se contra ela não forcejassem a necessidade de um Compêndio dessa matéria, algumas súplicas, e a conveniência do ensino público no Seminário Episcopal da Conceição desta Diocese, unidas ao desejo de ser útil aos vindouros Levitas, que nesse Estabelecimento se preparam para oportunamente doutrinar o povo de Deus na Fé dos nossos maiores, e para os quais já confeccionei e publiquei em 1856 os Elementos de Teologia Exegética, Religião e Lugares Teológicos, e em 1859 os de Filosofia Racional e Moral à que neste algumas vezes me refiro. [...] Se V. Ex.^a se Dignar adotá-lo também para o ensino no Seminário, nada mais me restará, senão merecer que V. Ex.^a a graça de aceitar também para o mesmo Estabelecimento em favor dos alunos pobres todos os exemplares, que mandei imprimir, com exceção de dez, que para mim reservo. (BARRETO, 1864, prefácio).

Pe. Ernesto ainda publicou o livro intitulado *Compêndio de Gramática e Língua Latina*, no ano de 1865, também pela *Tipografia de Souza Neves e Cia*. Aliás, foi no jornal *A Imprensa de Cuyabá*, publicado por essa tipografia, que Barreto escreveu várias críticas e insinuações de corrupção relacionadas ao presidente provincial da época, Antônio Pedro de Alencastro. Tal posicionamento político de oposição ao governo levou a sua prisão e

¹¹ Em 1870, dá-se o fim da Guerra do Paraguai, conflito iniciado no ano de 1864. Com o fim da guerra, Mato Grosso passou a receber investimentos financeiros de diversas regiões do mundo (tão necessário à modernização da Província/Estado), consequência direta da reabertura da navegação aos brasileiros na Bacia do Rio da Prata. A partir de então, o melhor acesso, e também o mais fácil e rápido, à cidade da Corte (Rio de Janeiro) passou a ser o roteiro Rio Cuiabá / Rio Paraguai / Rio Paraná / Rio da Prata / Oceano Atlântico.

banimento de Mato Grosso, pois o mesmo presidente alegava que Barreto não era só um contribuinte esporádico da tipografia, mas, na verdade, seu proprietário. Porém, o governo central ao tomar conhecimento da prisão e expulsão do padre, providenciou logo a exoneração de Alencastro (SENA, 2006).

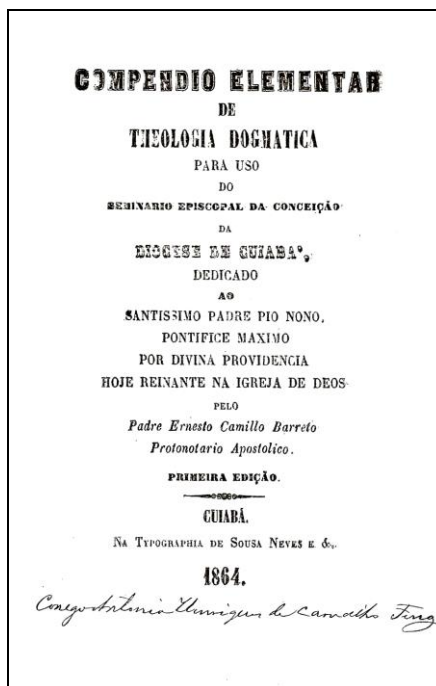


Figura 4 – *Compêndio Elementar de Teologia Dogmática* (1864), de Ernesto Camilo Barreto.
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa História de Educação e Memória do IE/UFMT.

Com o advento da República e o aprofundamento da modernização do estado de Mato Grosso, houve um enorme esforço, por parte das elites locais, na expansão e racionalização da educação mato-grossense. Ao lado do governo estadual, a Igreja Católica também se fez presente na educação da juventude mato-grossense, fundando instituições de ensino particular em várias cidades do Estado. Novas escolas, novas formas de organização do ensino e inovadores materiais didáticos marcaram o processo de modernização da instrução público-privada de Mato Grosso (SÁ; SIQUEIRA, 2006). E, no contexto da produção de livros didáticos, destaca-se o surgimento de uma oficina tipográfica em Cuiabá, a do *Liceu de Artes e Ofícios São Gonçalo*, que, para além de produzir seu material didático, tinha a função de preparar os jovens pobres de Cuiabá para o mundo “civilizado” através do Liceu Salesiano de Artes e Ofícios, onde esses jovens eram capacitados nas técnicas de carpinteiros, ferreiros, sapateiros, alfaiates etc.



Figura 5 – Alunos e professores em frente ao antigo edifício do Liceu Salesiano de Artes e Ofícios São Gonçalo.

Fonte: Arquivo da Casa Barão de Melgaço/Família Rodrigues.

Os salesianos chegaram em Mato Grosso no final do século XIX e, em Cuiabá, fundaram duas escolas, a saber: Liceu Salesiano de Artes e Ofícios São Gonçalo (1894) e a Escola Agrícola de Santo Antônio, em 1897. O trabalho dos Salesianos era voltado para juventude pobre cuiabana, mas, também direcionado para a evangelização¹² e catequização dos indígenas. As escolas particulares tinham maior liberdade para a escolha de seus livros didáticos, como atesta Bittencourt (2008, p. 52):

No nível do projeto educacional, quanto aos métodos de adoção de obras didáticas, houve, portanto, um consenso entre as autoridades políticas. As escolas confessionais dependiam única e exclusivamente do aval das autoridades eclesiásticas e as demais escolas particulares ficavam subordinadas ao diretor ou proprietário do estabelecimento.

Deste modo, tanto o Seminário Episcopal da Conceição, durante o Império, quanto o Liceu de Artes e Ofício São Gonçalo, na República, não precisavam passar pelo crivo dos órgãos fiscalizadores dos livros didáticos (Conselho Literário ou Conselho Superior da Instrução Pública, respectivamente). Assim, no início do século XX, os salesianos, além de confeccionar seus próprios materiais didáticos, também, passaram a confeccionar livros para terceiros, por intermédio de suas escolas profissionalizantes, que dispunham de oficina tipográfica.

¹² O processo de evangelização dos indígenas insere-se na proposta de trazer estas comunidades à luz da civilização. Sobre tal processo ver: FRANCISCO, Adilson José. *Educação & Modernidade: os salesianos em Mato Grosso (1894-1919)*. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

Em artigo intitulado *Gramática Bororo*, um jornal de Cuiabá elogiou o Padre Manuel Gomes de Oliveira, diretor do Liceu Salesiano da Capital, pelo presente que recebera: um livro didático impresso pela Missão Salesiana de Cuiabá. Segundo o citado periódico, o religioso

[...] teve a gentileza de oferecer à nossa redação um exemplar da Gramática da Língua Bororo, obra compilada habilmente por um missionário salesiano, esmeradamente trabalhada e impressa com nitidez e perfeição na oficina tipográfica do citado Liceu. Vem a gramática acompanhada de um dicionário que contém um grande cabedal de língua dos nossos silvícolas, dando a obra um grande valor. (O CRUZEIRO, 4 de junho de 1908, p. 3).

O livro didático referido no jornal era *Elementos de Gramática e Dicionário da Língua dos Bororos-Coroados de Mato Grosso*¹³, publicado em 1908 pelas Escolas Profissionais Salesianas de Cuiabá, em formato de bolso, composto por uma parte dedicada à alfabetização dos Bororos em língua materna e outra como um dicionário dos significados correlatos das palavras em língua portuguesa. Foi ele impresso especialmente para o uso nas missões de catequização e alfabetização de povos indígenas em Mato Grosso. Mais tarde, em 1919, o citado livro didático seria publicado pela *Tipografia Calháo & Filho*, do jornal *O Matto-Grosso*, em Cuiabá, mas em edição ampliada com o dobro de páginas¹⁴. Apesar de ambos não revelarem o nome do autor, apresentando-se enquanto publicação da Missão Salesiana, tudo indica que a autoria tenha sido do missionário Padre José Pessina.¹⁵

¹³ MISSÃO SALESIANA. *Elementos de Gramática e Dicionário da Língua dos Bororos-Coroados de Mato Grosso*. Cuiabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1908, 65p.

¹⁴ MISSÃO SALESIANA. *Noções de Catecismo em Língua Bororo*. Cuiabá: Calháo & filho, 1919, 135p.

¹⁵ MISSÃO Salesiana. Disponível em: < <http://www.missaosalesiana.org.br/falecidos.php?id=69> >. Acesso em: 15 mar. 2013.



Figura 6 – *Elementos de Gramática e Dicionário da Língua dos Bororos-Coroados de Mato Grosso* (1908), da Missão Salesiana

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa História de Educação e Memória do IE/UFMT.

Para Siqueira (2000), a escola foi um forte componente no processo de modernização de Mato Grosso, tendo sido a alfabetização uma bandeira de ordem de quase todos os políticos que assumiram o poder nos anos finais do Império e, principalmente, do início da República. No entanto, o ensino não era o mesmo para todos. Aos pobres cabia o ensino profissional, voltado para os afazeres manuais; enquanto que o secundário e o superior eram voltados para a formação das elites mato-grossenses e seu preparo no comando político-administrativo das unidades brasileiras.

Eram comuns discursos que pretendiam justificar tal segregação instrucional:

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência: que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação. (BRASIL, Decreto..., 1909, p. 445).

Barreto foi o primeiro autor de livros didáticos de Mato Grosso e é possível que, durante o século XIX, tenha sido o único nesse período. Produziu compêndios voltados, principalmente, à formação nas matérias secundárias e à formação religiosa dos estudantes do

Seminário Episcopal da Conceição. Somente com o advento da República e o ajustamento das escolas brasileiras aos novos modelos de ensino e disciplinas escolares que se verificou o surgimento de autores que se propuseram a escrever especificamente sobre uma área de conhecimento, especialmente da História, Geografia, Literatura e a formação moral e cívica da juventude mato-grossense.

Um nome de destaque nesse contexto foi o de Estevão de Mendonça, que escreveu o *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*, lançado em 1906 e livro didático que serviu de ferramenta tanto no tradicional Liceu Cuiabano, como em toda rede pública de ensino, avaliado, por Osvaldo Zorzato (apud FRANCO, 2009, p. 38), como “a primeira publicação destinada a moldar a memória histórica mato-grossense”.¹⁶

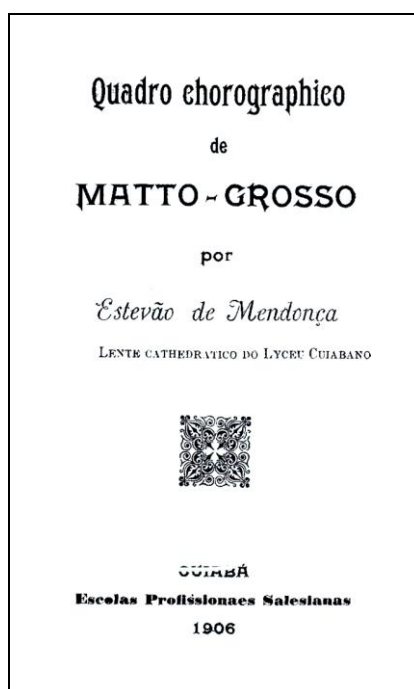


Figura 7 – *Quadro Chorographico de Matto-Grosso* (1906), de Estevão de Mendonça.
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Historia de Educação e Memória do IE/UFMT.

Outro livro escrito por mato-grossense e publicado pelas *Escolas Profissionais Salesianas* foi o *Esboço de História da Literatura Brasileira*, de autoria do Professor Nilo

¹⁶ Apesar da afirmação de Osvaldo Zorzato, não há como deixar de citar os esforços que Estevão de Mendonça e Antônio Fernandes de Souza empreenderam, entre os anos de 1904 e 1906, para a publicação da revista *O Archivo*, que alegava, em seu primeiro volume, tratar de uma “revista destinada à vulgarização de documentos geográficos e históricos do Estado de Mato Grosso”. Há que destacar, ainda, a existência da *Revista Matto-Grosso*: publicação mensal de ciências, letras, artes e variedades”, de iniciativa dos padres salesianos, que circulou de 1904 até 1914 e contou com apoio dos já citados Estevão de Mendonça, Antônio Fernandes de Souza e, também, de Firmo José Rodrigues (CORRÊA, 1994, p. 276-277).

Póvoas, em 1928. Naquele mesmo ano, em sessão extraordinária do Conselho Superior da Instrução Pública, o livro foi, assim, descrito:

O livro do professor Nilo Póvoas [...] se caracteriza com rara habilidade, pela clareza de exposição, pela bem acondicionada dosagem das noções, pela apropriada largueza dada a cada lição e pelo metódico do seu desenvolvimento, logrando conciliar esses dotes genuinamente didáticos com certa originalidade dos conceitos, sem nada prejudicar a segurança e o critério dos juízos e apontando completo do assunto que é castíssimo. (MATO GROSSO, Ata..., 1928, p. 143).

Por fim, ao período que interessa à presente pesquisa, a Primeira República brasileira (1889-1930), um último livro escolar foi escrito por Amélia de Arruda Alves, em 1930, o *Compendio de Chorographia de Matto-Grosso*, prefaciado por um antigo professor de Geografia do Liceu Cuiabano, Fábio Monteiro de Lima:

Quando Estevão de Mendonça, em 1906, interrompeu lamentavelmente sua carreira no magistério secundário, coube-me a grande honra de substituí-lo na cadeira de Geografia, que com tanto brilho ocupava no Liceu Cuiabano. Seu discípulo predileto, foram principalmente suas lições que me nortearam o desempenho da nobre tarefa de professor naquele conceituado estabelecimento de educação e, mais tarde, na Escola Normal. Adotamos nós ambos a mesma orientação pedagógica, ampliando de preferência o programa na parte relativa ao Brasil e ao Estado de Mato Grosso. Que essa orientação se fez proveitosa, este trabalho de D. Amélia de Arruda Alves está cumpridamente provando, ao mesmo tempo que põe a descoberto sua dedicação à causa do ensino. Minha ex-aluna na Escola Normal, onde fez um curso brilhante e agora professora pública em Cuiabá; quanto sei – esposa afetiva e mãe carinhosa, o “*Compendio de Chorographia de Matto-Grosso*” representa sem dúvida um notável esforço digno dos maiores encômios e traduz de modo inequívoco a competência dos educadores da infância, na minha terra longínqua. Obrigado, há onze anos, a conservar-me arredado do magistério, por motivo de saúde, acompanho, entretanto, com o mais vivo interesse, o imenso surto de Mato Grosso no tocante à instrução popular, tão à vista, que constitui, pelo menos em Cuiabá, motivo de orgulho local. Mais do que a estatística do movimento escolar, a observação *in loco* o afirma com decidida eloquência. Para o ensino particularizado de Geografia e História, escasseiam, porém, elementos. O “*Compendio de Chorographia de Matto-Grosso*” torna-se por isso oportuno e certamente prestará inestimável auxílio na difusão de conhecimentos daquelas matérias. Destinado às escolas primárias, as noções que ministra são vazadas em linguagem de fácil compreensão infantil. Todavia, seria de desejar que tivesse maior desenvolvimento o capítulo em que trata das primeiras *entradas* em território mato-grossense, com os subsídios recentemente vulgarizados por Affonso de Taunay e que até certo ponto modificaram as noções correntes nesse particular. Verdade é que D. Amélia de Arruda Alves menciona lealmente as fontes de seu trabalho, todas anteriores àquelas pesquisas. Mas existem compensações. Na parte física, por exemplo, o capítulo *Orografia* constitui, a meu ver, um modelo de precisão já assim

delineado por Augusto de Leverger, no parecer que o *Archivo* de 1905, edição comemorativa, reproduziu com proveito. Não me furto ao desejo de transcrever estas linhas: “Em regra não há orografia do Estado de Mato Grosso o que caracterizadamente se pode chamar – Serra. O único acidente desta natureza, que pelas suas linhas nos dá a impressão de uma serra propriamente, é a Serra Azul – em a qual somente em uns dois ou três pontos ela denuncia a característica dos planaltos no perfil de linhas retas horizontais ou ligeiramente inclinadas”. São noções desse gênero, rigorosamente exata, que devem ser divulgadas. O “*Compendio de Chorographia de Matto-Grosso*” é, além de tudo, uma obra de propaganda sadia de coisas atuais. Apraz-me, portanto, enviar à autora, cuja inteligência vivaz admiro, as mais calorosas felicitações. (O MATTO-GROSSO, Cuiabá, 2 abr. 1933, p. 3).

Porém, em 1932, Amélia de Arruda Alves encaminhou ofício ao Conselho Superior da Instrução Pública mencionando as correções no seu livro que, em 30 de junho de 1933, recebeu parecer com várias restrições e escreveu, ainda nesse ano, um ofício à Diretoria da Instrução notificando alterações feitas e mudando o título para *Noções de Corografia de Mato Grosso*¹⁷. Sendo aprovado para uso nas escolas, somente, em 1938 (AMÂNCIO; CARDOSO, 2006). No entanto, não foi possível localizar esse livro nos arquivos consultados.

O livro didático, como um material impresso empregado no desenvolvimento de processos de ensino e de formação, tem sua produção historicamente associada à instalação da Imprensa Régia no Brasil, em 1808. Com o fim do monopólio estatal, a partir de 1822, e a transferência da produção didática aos particulares, vultosos lucros foram proporcionados aos negócios dos editores de livros didáticos no Brasil, tais como: E. & H. Laemmert, B. L. Garnier e Nicolau Alves & Cia.

Em Mato Grosso, a produção de livros didáticos está associada ao surgimento da imprensa em Cuiabá, em 1838. Sendo que, ao longo do século XIX, diversas tipografias particulares, dedicadas à impressão de jornais, passaram a imprimir livros, inclusive obras didáticas. Neste contexto, destacaram-se os primeiros autores didáticos mato-grossenses: Ernesto Camilo Barreto, no Império, que produziu diversos livros para uso dos alunos do Seminário Episcopal da Conceição; Estevão de Mendonça, no início da República, autor do primeiro livro didático sobre a História de Mato Grosso; e, Amélia de Arruda Alves, a primeira mulher mato-grossense autora de livros escolares. A partir dos dois últimos, foi possível a organização de programas de ensino para os estudos sobre a História de Mato Grosso nas principais escolas do estado.

¹⁷ Além deste livro, Amélia de Arruda Alves, que foi professora de História da Educação e Geografia na Escola Normal “Pedro Celestino”, em Cuiabá, ainda “publicou [...] no início do século [XX] no Rio de Janeiro: *Minha Cartilha* (1938); *Tesouros de Minha Terra* (s.d.) e *O Município de Cuiabá - Terceiro Livro de Leitura* (s.d.)”. (ALMEIDA, 2003, p. 30-31).

2 PROGRAMAS DE ENSINO E FISCALIZAÇÃO DE LIVROS ESCOLARES

No período republicano, os compêndios adotados em Mato Grosso passaram a ser objeto de análise pelo Conselho Superior da Instrução Pública e eram portadores de conteúdos de caráter científico e também moral, revelando o duplo papel atribuído à escola moderna: instruir e educar. Deste modo, ao lado dos métodos de ensino e das modernas práticas punitivas, os livros escolares constituíram poderoso auxiliar na garantia da veiculação e difusão dos pressupostos essenciais para a formação da sociedade republicana brasileira que nascia.

Neste capítulo, será apresentada uma análise acerca da organização do ensino de História na instrução pública mato-grossense durante a Primeira República brasileira (1889-1930), bem como das medidas adotadas pelo Conselho Superior da Instrução Pública para o controle e avaliação dos livros escolares utilizados nas salas de aulas de Mato Grosso.

2.1 Ensino de História

A História como disciplina escolar no Brasil – com objetivos específicos e métodos pedagógicos próprios – surgiu a partir da Independência, no processo de estruturação de um sistema de ensino imperial e inserida nos movimentos de constituição do Estado-Nação. Neste contexto, quem desempenhou importante papel foi o Colégio Pedro II, que, criado em 1837, instituiu programas curriculares que serviram de base para todas as outras escolas, públicas ou privadas, do país. Porém, nessa época, o ensino de História carecia de material e metodologia que o orientasse. Isso motivou diversos historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e/ou professores de História do Colégio Pedro II a elaborar os primeiros livros didáticos de História do Brasil, tais como Joaquim Manuel de Macedo¹⁸ e, após o advento da República, João Ribeiro¹⁹, Rocha Pombo²⁰ e Jonathas Serrano²¹.

O IHGB, criado em 1838 para elaborar uma história nacional e difundi-la por meio da educação, mais precisamente por meio do ensino de História, tinha a questão da identidade como centro de suas reflexões no processo de construção da nação, o que o levou a considerar o “problema da mestiçagem” visto na sua perspectiva mais preocupante, isto é, aquela que

¹⁸ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Lições de História do Brasil: para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro Segundo*. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de J. M. N. Garcia, 1861.

¹⁹ RIBEIRO, João. *História do Brasil: curso superior*. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1900.

²⁰ POMBO, José Francisco da Rocha. *História do Brasil para o ensino secundário*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1918.

²¹ SERRANO, Jonathas. *Epítome de História do Brasil*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1933.

envolvia as populações indígena e afro-brasileira. Para isso, promoveu um concurso para resolver tal problema. Essa preocupação explica a vitória da tese do alemão Karl Friedrich Philipp von Martius²², que propunha uma História que partisse da mistura de três raças para explicar a formação da nacionalidade brasileira, ressaltando o elemento branco e sugerindo um progressivo processo de branqueamento como caminho seguro para civilização. Essa concepção passaria do IHGB diretamente para as salas de aulas, por meio dos programas curriculares e dos manuais didáticos, em geral escritos pelos próprios sócios do IHGB. Os objetivos do ensino de História estavam em seu papel ordenador e civilizador.

A Geografia insere-se no mesmo contexto, pois, assim como a História, o conhecimento geográfico, sua sistematização e institucionalização estiveram sempre relacionados aos interesses do Estado-Nação. Assim, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, representando o primeiro esforço no sentido da acumulação e sistematização de dados e informações sobre o território brasileiro, teve como objetivo consolidar e estabilizar seu controle para melhor administrá-lo. E, a criação do Colégio Pedro II, em 1837, instituiu a geografia enquanto uma disciplina escolar, tornando-a referência e parâmetro curricular para o ensino em todo o país.

Em Mato Grosso, as escolas públicas também tiveram programas curriculares baseados naqueles elaborados pelo Colégio Pedro II, sendo ora ampliados ou reduzidos os conteúdos, ora adotados integralmente. Conforme o Decreto n. 139, de 2 de janeiro de 1903, que regulamentou o Liceu Cuiabano, instituía-se que seu ensino seria regulado por programas organizados trienalmente pela sua congregação de professores sob os moldes do Ginásio Nacional²³ e sujeitos às suas modificações. Deste modo, o programa de Geografia e História do citado ano ficou assim organizado:

Art. 8º – No ensino da geografia o intuito fundamental será a descrição metódica e racional da superfície da terra, por meio de desenhos, na pedra e no papel, copiados mas nunca trasfalcados [sic], e de memória, das cinco partes do mundo, dos da Europa, com acentuada preocupação de se evitar minúcias, nomenclaturas extensas, dados estatísticos exagerados, e tudo quanto possa sobrecarregar a memória do aluno ou exercitá-lo com real proveito, quer no estudo física, que no estudo da geografia do ramo econômico. No 1º ano far-se-á o estudo da geografia física particularmente do Brasil, no 2º da geografia política em geral e em particular do Brasil; no 3º da corografia do Brasil propriamente dita. [...] Na história mencionar-se-

²² MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Como se deve escrever a História do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1991.

²³ Com a proclamação da República, pelo Decreto n. 1.075, de 22 de novembro de 1890, o Imperial Colégio de Pedro II passou a chamar-se Ginásio Nacional, retomando a denominação original, Colégio Pedro II, sem o “de”, através do Decreto n. 8.660, de 5 de abril de 1911.

ão, com rigoroso cuidado de jamais entrar em minudências, os acontecimentos políticos, científicos, literários e artísticos de cada época memorável, serão expostas as causas que determinaram o progresso ou estacionamento da civilização nos grandes períodos históricos, apreciados ou perniciosos da humanidade, mormente os da América e sobre tudo os do Brasil, agrupando-se em torno desses vultos os fatos característicos das fases em que dominaram o espírito público, devendo-se principal preocupação do programa de ensino, na história pátria particularmente, instituir-se a história verdadeiramente educativa e verificadora do sentimento nacional. (MATO GROSSO, Regulamento..., 1903, p. 4).

O fragmento de programa não faz menção ao ensino de História e Geografia de Mato Grosso, mas isso não quer dizer que, até então, este conteúdo nunca tivesse sido prescrito em algum documento oficial. Na verdade, em outros momentos, a referência à História e Geografia de Mato Grosso como um conteúdo escolar, já se fez presente no Império, uma vez que pelo Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Província de Mato Grosso, de 4 de março de 1880:

Art. 61 – O ensino de 2º grau desenvolverá, aperfeiçoará e completará o ensino das matérias do 1º, adicionando a eles: § 1º – Catecismo; § 2º – Aritmética teórica e prática até proporções; § 3º – Gramática da língua nacional e análise dos clássicos portugueses; § 4º – **Generalidades de Geografia e de História, especialmente da província de Mato Grosso**; § 5º – Desenho linear. (apud SÁ; SIQUEIRA, 2000, p. 164, grifo do autor)

Até aquele momento, não havia livros escolares específicos sobre a História ou Geografia de Mato Grosso, por isso, com relação ao conteúdo, acredita-se que os professores eram os responsáveis pela elaboração do seu próprio material escolar. A falta de livros escolares, possivelmente, teria inviabilizado a inclusão desses conteúdos em programas curriculares posteriores – o que justificaria sua ausência nos regulamentos de 1889, 1903 e 1905. Outro documento que evidenciou a existência da história de Mato Grosso nos programas escolares foi o Decreto n. 68, de 20 de junho de 1896, que, em seu capítulo II, da estruturação das Escolas Complementares, artigo 14, sobre as disciplinas de História e Geografia estabeleceu:

§ 4º Geografia – Estudo do globo precedido de noções gerais de cosmografia; terras e mares; continentes e ilhas; explicação das cartas geográficas; descrição sumária de cada uma das partes do mundo; raça, língua, religião, governo, população; capitais, cidades principais e acidentes físicos mais importantes de cada país; **estudo mais desenvolvido sobre os mapas da América do Sul e mais particularmente do Brasil e do Estado de Mato Grosso**. § 5º História – Ideias gerais sobre as grandes divisões da história; principais noções e povos da antiguidade, da idade média e dos

tempos modernos; datas essenciais da cronologia; **história pátria, especialmente de Mato Grosso**; devendo em ambos o professor ocupar a atenção dos seus discípulos com um resumo dos acontecimentos memoráveis da história da humanidade, e da biografia dos grandes homens; limitando o ensino aos fatos que mais concorreram para o progresso moral e social do gênero humano. (MATO GROSSO, Regulamento..., 1896, p. 67, grifo do autor).

Um acontecimento mudará esta situação, a publicação, em 1906, do primeiro compêndio didático de História e Geografia de Mato Grosso, o *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*, de autoria de Estevão de Mendonça. Esse livro escolar permitiu que, a partir de então, não faltassem nos programas curriculares conteúdos sobre História de Mato Grosso para o trabalho em sala de aula, garantindo que nos próximos documentos oficiais o assunto se fizesse presente.

Um documento que evidencia este processo é o Decreto n. 463, de 17 de dezembro de 1906, que aprovou lei que regulamentou o Ensino Primário das Escolas Mistas das freguesias e povoações mato-grossenses. Em seu Artigo 1º, ficou estabelecido que as mesmas seriam organizadas a partir das seguintes matérias: literatura e escrita correntes; aritmética elementar: teoria e prática; geografia física; corografia do estado de Mato Grosso; noções da língua vernácula; e trabalho de agulha para o sexo feminino.

Anos mais tarde, o programa de ensino para as Escolas Isoladas do Estado, de 22 de julho de 1916, estabelecia que o Primeiro Grau tivesse as seguintes matérias: leitura, escrita, cálculo aritmético sobre números inteiros e frações, língua materna, geografia do Brasil, deveres cívicos e morais, trabalhos manuais. Sendo que, para o ensino de Geografia do Brasil, ficou estabelecido que nas 2ª e 3ª seções fosse aplicado os seguintes conteúdos:

1. O MUNICÍPIO: Sede e localidades mais importantes; produções e indústrias; curiosidades naturais; lembranças históricas; homens notáveis do passado; importação e exportação; vias de comunicação; os municípios limítrofes; o governo municipal;
2. **O ESTADO DE MATO GROSSO: a capital; cidades mais importantes; seu comercio, indústrias e história; rios e montanhas principais; vias de comunicação: produtos de importação e de exportação; Os Estados limítrofes; o governo estadual;**
3. O PAÍS: Os Estados e suas capitais; produtos de exportação e particularidades mais importantes de cada Estado. O Governo Federal;
4. A TERRA: Estudo feito no globo e depois no planisfério, dos continentes e oceanos. Países e capitais; em especial que mais relações mantêm com o Brasil;
5. **Esboço do mapa de Mato Grosso e do Brasil.** (MATO GROSSO, Programa..., 1916, p. 161-162, grifo do autor).

Já o Segundo Grau²⁴ era composto das seguintes matérias: gramática elementar da língua portuguesa, leitura de prosa e verso; escrita sob ditado; caligrafia; aritmética até regra de três, inclusive sistema legal de pesos e medidas; morfologia geométrica; desenho a mão livre; moral prática e educação cívica; geografia geral e história do Brasil; cosmografia; noções de ciências físicas, química, naturais e leitura de música e canto. Ficou as disciplinas de História e Geografia assim divididas:

²⁴ O Decreto n. 68, de 20 de junho de 1896, do Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso, em seu título I, da estruturação do Ensino Primário, artigo 2º, estabelece que “a instrução primária será dada em escolas denominadas elementares, ou do primeiro grau, e complementares, ou do segundo grau”. (MATO GROSSO, Regulamento..., 1896, p. 66). Acrescenta o Decreto n. 265, de 22 de outubro de 1910, do Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso, em seu capítulo III, do regime e disciplina das escolas, artigo 37, que “os alunos aprovados em exame das disciplinas que constituem o 2º grau da Instrução primária, são aptos para serem matriculados nas aulas do Liceu Cuiabano e no curso preparatório da Escola Normal”. (MATO GROSSO, Regulamento..., 1910, p. 124).

Geografia	História
1. Revisão e ampliação do programa do 1º grau. 2. Mato Grosso: Rios da bacia platina e seu traçado. 3. Mato Grosso: Rios da bacia amazônica e seu traçado. 4. Mato Grosso: Orografia e sua representação. 5. Mato Grosso: Vias de comunicação. 6. Mato Grosso: Produções, agricultura, indústria e comércio. 7. Mato Grosso: Limites, superfícies, população, governo cidades e vilas. 8. Brasil: Estados, capitais e cidades principais. 9. Brasil: Limites, superfícies, população e governo. 10. Brasil: Baías, portos e ilhas principais. 11. Brasil: Rios principais e Estados por eles banhados. 12. Brasil: Montanhas principais e sua localização. 13. Brasil: Agricultura, indústria, comércio e viação. 14. América: Países e capitais. 15. Europa: Países e capitais. 16. Ásia, África e Oceania: Suas principais terras e capitais.	1. Cristóvão Colombo, Vasco da Gama. 2. Descobrimento do Brasil. 3. Povos que habitam o Brasil por ocasião do descobrimento. Os colonos. As capitanias hereditárias. Martim Afonso e João Ramalho. 4. Estudo detalhado do governo colonial. 5. A catequese dos indígenas. Anchieta. 6. As invasões francesas. 7. O domínio espanhol e a guerra holandesa. 8. O Bequimão. Guerra dos mascates. 9. Bandeirantes e emboabas. Descobrimento de Mato Grosso e fundação de Cuiabá. Resenha histórica de Mato Grosso. 10. Tiradentes. 11. Mudança da família real para o Brasil 12. O Brasil – reino. 13. A Independência. 14. Fatos principais do Império, guerras externas. 15. Propaganda e proclamação. 16. O Governo provisório e os governos constitucionais.

Quadro 1 – Seleção de conteúdos do programa de ensino de Geografia e História para as Escolas Isoladas do estado de Mato Grosso para o ano letivo de 1916.

Fonte: MATO GROSSO, Programa..., 1916, p. 169, grifo do autor.

A Escola Modelo, anexa à Escola Normal de Cuiabá, também registrou a existência de conteúdos de História e Geografia de Mato Grosso em seus documentos oficiais. Seu programa de ensino para o ano letivo de 1924 estabelecia, para o ensino de História e Geografia, a aplicação dos seguintes conteúdos:

	História	Geografia
1º Ano	Os homens mais notáveis da política, da guerra, das ciências, das artes brasileiras, através de fotografias e narrações biográficas; As datas nacionais, como dias de anos de acontecimentos importantes; Os trechos mais interessantes e mais ricos do território brasileiro, através de fotografias, gravuras e descrições.	A carteira, sua parte superior, inferior, direita, esquerda; posição das carteiras próximas, frente, atrás, direita e esquerda. A sala de aula: os mesmos exercícios. O quarteirão em que esta situada a escola; esboço aproximado do mesmo. Nomes das ruas. Descrição do caminho que cada criança percorre ao dirigir-se à escola. Pontos cardeais, sua aplicação ao estudo feito. Medida de tempo: o dia, a semana, o mês, o ano. Explicação das denominações dadas às terras e às águas com o auxílio de tabuleiros de areia. Explicação das representações dos acidentes geográficos nas cartas.
2º Ano	Recordação das noções adquiridas no 1º ano; Ideia de Governo: os administradores, os legisladores, os magistrados; Ideia de tempo e ideia de espaço pela recordação dos lugares e homens estudados no 1º ano. As datas nacionais e os principais nomes a elas vinculados; Fundação de Cuiabá.	Recordação do estudo feito no 1º ano. A cidade e seus moradores, posição relativa dos mesmos. Ampliação do estudo com a [ilegível] estudo elementar do mapa do estado; Estudo, à vista do mapa, dos principais rios, montanhas, cidades do estado. Explicação de viagens que os alunos tenham feito. O ano e as estações; Cartografia: - mapa do estado.
3º Ano	Recordações das noções recebidas no 2º ano; Estudo sistematizado da história da civilização brasileira, tendo como eixo a história política, seguindo a ordem progressiva, com os seguintes pontos de referência: - Atualidade; - os governos presidenciais; - a proclamação da República; - o governo de D. Pedro II; - os governos regências; - o governo de D. Pedro I; - a proclamação da independência; - o Brasil sob o governo de D. João VI; - O período colonial.	Recordação do estudo feito no 2º ano. Estado de Mato Grosso: estudo elementar completo da sua geografia física, política e econômica. O Brasil: Estado suas capitais e cidades principais. Noções de escala. Cartografia: - Mapa do estado do Brasil.
4º Ano	Desenvolvimento do estudo feito no 3º ano, seguindo a mesma ordem e os mesmos métodos, porém, aumentando o número de pontos de referências com o desdobramento do período do governo de D. Pedro II em: campanha republicana, campanha abolicionista, campanha do Paraguai, e do desdobramento do governo regência nas suas diversas regências.	Recordação do estudo feito no 3º ano. O Brasil, estudo elementar completo, com especialidade do estado de Mato Grosso. Complemento do estudo das escalas. Países e Capitais da América, da Europa, da Ásia, da África e da Oceania. Comercio de exportação e de importação do Brasil.
	Estudo da história da civilização brasileira, em ordem cronológica, por períodos, de acordo com o quadro da nossa evolução política, acompanhado os quadros sistemáticos, resumos cronológicos e croquis:	Recordação do estudo feito no 4º ano, relativamente ao Brasil, acompanhada dos estudos cartográficos correspondentes. Forma, movimentos, linhas, círculos e zonas da superfície terrestre. Latitude e longitudes.

5º Ano	1) descobrimento; 2) período das expedições; 3) capitanias; 4) lutas com os holandeses, franceses e espanhóis, pela posse da terra; 5) período dos governadores; 6) campanha separatista; 7) período do governo de D. João VI; 8) regência de D. Pedro I, abdicação; 9) os períodos regências; 10) período de agitação no início do governo de D. Pedro II; 11) período de administração calma; início de construção das estradas de ferros; 12) campanha do Paraguai; 13) período intensivo da campanha abolicionista e a lei de 13 de maio (encarada principalmente sob o ponto de vista econômico); 14) vitória do regime republicano; 15) estudo circunstanciado, sob o ponto de vista do progresso do país, dos diversos período do governo republicano [...].	Os dias e as estações como consequência do movimento terrestre. Ideia geral do sistema planetário. As fases da lua. Aos eclipses lunares e solares. Generalidades sobre os fenômenos atmosféricos. Finalização do estudo do programa do 1º semestre. Países, Colônias, Terras e Capitais da América, da Europa, Ásia, África e Oceania.
--------------------------	--	--

Quadro 2 – Seleção de conteúdos do programa de ensino de História e Geografia para a Escola Modelo anexa à Escola Normal para o ano letivo de 1924.

Fonte: MATO GROSSO, Programa..., 1924, grifo do autor.

Segundo Sá (2007, p. 165), os conteúdos considerados importantes nesse período eram aqueles que relacionavam o aluno, futuro cidadão, como a pátria e seus heróis – elementos indispensáveis para a estabilidade do regime republicano. Desse modo, a Geografia, a História e a Educação Moral e Cívica tiveram papel fundamental na legitimação do novo regime político:

O projeto de implementação da educação cívica no currículo escolar visava contribuir para assegurar a consolidação do novo regime político e para a formação de cidadãos preparados para viver em democracia, sendo o homem concebido como cidadão. Com isso, reconhecia a sua legitimidade e a necessidade no funcionamento da sociedade. (SÁ, 2007, p. 165)

Um dos últimos documentos a evidenciar a existência a História de Mato Grosso nos programas curriculares foi o Decreto n. 759, de 22 de abril de 1927, do Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso, das escolas isoladas rurais²⁵:

Art. 6 – A escola rural tem por fim ministrar a instrução primária rudimentar; seu curso é de dois anos e o programa constará de leitura,

²⁵ Naquele período, por escolas rurais entendia-se que eram as escolas isoladas localizadas a mais de 3 quilômetros da sede do município (MATO GROSSO, Regulamento..., 1927).

escrita, as quatro operações sobre números inteiros, **noções de História Pátria, Corografia do Brasil e especialmente de Mato Grosso** e noções de Higiene. (MATO GROSSO, Regulamento..., 1927, p. 163, grifo do autor).

A existência de conteúdos de História e Geografia de Mato Grosso prescritos em programas curriculares evidencia o esforço dos grupos políticos locais em produzir e divulgar conhecimentos que consideravam importantes sobre o estado. De modo análogo, se o ensino de História no Brasil estava associado à constituição da identidade nacional, pode-se concluir que os conteúdos elencados para o ensino de Geografia e História de Mato Grosso tinham por objetivo construir uma identidade regional baseada na influência de Cuiabá e seu entorno.

Se o sistema educativo brasileiro, durante a Primeira República (1889-1930), foi organizado com o intuito de difundir uma prática cultural comum à juventude do país, ao mesmo tempo em que inculcava determinadas representações destinadas a moldar certos padrões de caráter e a viabilizar determinado repertório linguístico e histórico, isso aconteceu para atender aos planos dos grupos dominantes da política nacional. Manter o controle sobre determinadas formas de visão de mundo era fundamental aos representantes da elite mato-grossense; o domínio sobre os imaginários sociais garantiria a legitimação do poder para si.

2.2 Conselho Superior da Instrução Pública

No decorrer do século XIX e no início do XX, o Estado desempenhou papel fundamental na seleção dos livros escolares a serem adotados nas escolas brasileiras. Com a República, cada federação ficou responsável pela instalação de seus órgãos consultivos para questões educacionais. Estes tinham a função de emitir pareceres, principalmente com relação aos livros didáticos e outros impressos a serem trabalhados em sala de aula. Estes órgãos (habitualmente chamados de Conselho Superior da Instrução Pública), por meio da organização de programas de ensino das disciplinas que norteariam a elaboração dos impressos escolares, tornaram-se os baluartes na garantia destes desígnios. Assim, o livro didático, como texto submetido aos programas curriculares, passou a depender de autorização prévia do poder instituído para o seu manuseio no interior das escolas.

O Conselho Superior da Instrução Pública foi o órgão responsável, durante o período da Primeira República (1889-1930), por regulamentar, organizar, inspecionar e administrar o ensino em Mato Grosso. No Decreto n. 10, de 7 de novembro de 1891 (Regulamento da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso), em seu artigo 5º estabeleceu que o Conselho Superior da Instrução Pública era composto:

I – Do Diretor Geral da Instrução Pública; II – De dois professores do Liceu [Cuiabano]; III – De dois professores públicos primários da capital, eleitos por pluralidade de votos nos primeiros quinze dias do mês de janeiro de cada ano pelos seus colegas, em dia, hora e lugar antecedentemente marcados pelo Diretor Geral; IV – De quatro pessoas distintas, estranhas ao magistério público, nomeadas pelo Presidente do Estado, sob proposta do Diretor Geral. (MATO GROSSO, Regulamento..., 1891, p. 24).

Entre suas incumbências, no artigo 10 do mesmo decreto, estabeleceu que o Conselho Superior da Instrução Pública deveria:

§ 1º – Dar parecer: I – Sobre programa de estudos e métodos de ensino; II – Sobre adoção de livros e utensílios escolares; III – Sobre o merecimento dos pretendentes a cargo do magistério, em casos de concurso, bem como sobre a regularidade do processo relativo ao mesmo concurso; IV – Sobre elaboração de bases para qualquer reforma de que careça o ensino; V – Sobre o regime interno de quaisquer estabelecimentos públicos de instrução primária; VI – Sobre gratificações, vitaliciedade, remoções e conservação dos professores públicos. § 2º – Julgar os processos disciplinares que forem instaurados contra os professores públicos, ficando sua deliberação sujeita à aprovação do Presidente do Estado, a quem serão remetidos os autos respectivos, no caso de recursos necessários. § 3º – Organizar seu regimento interno com aprovação do Governo. (MATO GROSSO, Regulamento..., 1891, p. 24-25)

Em Mato Grosso, o governo, assim como em outros estados do país, fez-se presente e atuante na escolha de quais livros didáticos (na época chamados de compêndios) que seriam adotados em sala de aula. Pelo mesmo Decreto n. 10, em seu artigo 101 estabelecia que:

Nos estatutos organizados pela Congregação [do Liceu] serão determinados o programa de ensino (de acordo com o Decreto n. 1.389, de 21 de fevereiro de 1891), o horário das aulas, **os compêndios que devam ser adotados** e tudo mais que for concernente à economia e ao regime do estabelecimento. (MATO GROSSO, Regulamento..., 1891, p. 35, grifo do autor)²⁶

Cabia a Congregação do Liceu Cuiabano, única instituição pública de ensino secundário de Mato Grosso na época, a escolha dos livros que seriam adotados nas escolas públicas primárias e, também, no próprio Liceu. A Congregação era composta por professores do Liceu Cuiabano, sob a presidência do Diretor Geral da Instrução Pública (equivalente, nos

²⁶ O Decreto n. 1.389, de 21 de fevereiro de 1891, determinava que fossem válidos para a matrícula nos cursos do ensino superior os exames preparatórios feitos nos cursos oficiais de ensino secundário dos Estados. E, para esse efeito, tais exames deveriam ser regulados pelo programa em vigor no Ginásio Nacional.

dias atuais, ao Secretário de Estado de Educação), e reunia-se regularmente para o exame de questões concernentes à parte pedagógica, tais como:

I – Organizar o horário das aulas; II – Propor as medidas e alterações que a experiência aconselhar nas disposições legislativas ou regulamentares, relativas ao Liceu e quanto julgar conveniente a bem do ensino público; III – Emitir parecer sempre que for ouvida pelo Presidente do estado ou pelo Diretor Geral acerca de assuntos concernentes ao Ensino Público; IV – **Apreciar o método de ensino adotado pelos professores do Liceu, e os aperfeiçoamentos que possam ser admitidos**; V – Aplicar aos alunos a pena de exclusão temporária ou definitiva; VI – Organizar os estatutos do Liceu, com aprovação do Diretor Geral e definitiva do Presidente do Estado. (MATO GROSSO, Regulamento..., 1891, p. 27, grifo do autor)

Com relação aos métodos de ensino, a observação rigorosa era necessária para a efetivação do novo ideal de homem que se queria construir: o súdito do Império deveria ser substituído pelo cidadão republicano. O Estado brasileiro, aderindo às concepções da política liberal europeia, buscou aumentar a quantidade de vagas escolares, ocorrendo, conseqüentemente, uma diversificação do público atendido. A escola, que no Império era quase inexistente e voltada para atender os interesses da elite brasileira (esta situação justificava-se pela função da escola aristocrática de preparar as classes dirigentes do país), com a República tornou-se mais “democrática” e recebeu alunos de outras classes sociais. Deste modo, foi deixado de lado o conceito de uma instituição escolar destinada a atender, unicamente, aos filhos de fazendeiros e grandes comerciantes, abandonando-se a ideia de uma educação aristocrática.

Os métodos de ensino deviam obedecer aos princípios de legitimidade impostos pelo ideário liberal europeu, de forte inspiração francesa, e propor uma educação que atendessem aos desígnios da modernidade, com novas disciplinas escolares (Matemática, Química, Física etc.) e livros didáticos que nortegassem o trabalho dos professores que não tinham a formação específica.

Outra forma do Estado se fazer presente na determinação dos conteúdos a serem ensinados nas escolas públicas, era a seleção de autores para a elaboração dos livros didáticos. Assim, tornaram-se comuns concursos para seleção de livros que seriam avaliados pelo teor e utilidade na escola, garantindo ao autor um prêmio em dinheiro, de acordo com a importância da obra. No Decreto n. 68, de 20 de junho de 1896, do Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso, em seu artigo 343 estabelecia que:

O professor público de qualquer categoria que compuser alguma obra didática de reconhecida utilidade, a juízo da Congregação do Liceu, terá direito a um prêmio pecuniário arbitrado pelo governo do Estado, além de fazer imprimir e publicar a obra às expensas dos cofres públicos. (MATO GROSSO, Regulamento..., 1896, p. 143).

A atuação fiscalizadora do Estado se estendia à penalização dos professores que não seguissem os métodos e compêndios indicados e autorizados pelo Conselho Superior da Instrução Pública. Aqueles professores que descumprissem tal dispositivo, adotando livros didáticos desautorizados, seriam multados pelo governo estadual com valores pré-determinados em dinheiro, tal como consta em regulamento da época. Ainda, no Decreto n. 68, de 20 de junho de 1896, do Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso, no artigo 312, da Imposição das Penas Disciplinares, ficou estabelecido que “a pena de multa de 30\$000 a 60\$000 terá lugar nos seguintes casos: [...] § 3º Quando admita no ensino livros e compêndios que não tenham sido competentemente autorizados” (*Idem*, p. 99). Apesar disto, devido à dificuldade de fiscalização das escolas do Estado, são frequentes relatos de descumprimento das leis e regulamentos nos relatórios da Instrução Pública produzidos no período: “são penas essas que só existem nas coleções sem terem tido jamais nenhuma aplicação real e efetiva”. (MATO GROSSO, Relatório..., 1897).

Por tudo isso, os livros didáticos, durante muito tempo, foram objeto de fecundo debate entre os parlamentares que decidiram sobre a criação e a organização do sistema educacional do novo Estado que se formava e permaneceu durante todo o transcorrer da Primeira República (1889-1930).

Segundo Siqueira (2000, p. 129), antes desse período, até 1872, o sistema educacional da província de Mato Grosso tinha uma organização bastante simples, “ficando a administração das poucas aulas avulsas e das igualmente minguadas escolas primárias voltadas quase que exclusivamente para a formação dos filhos das elites, sob o controle e fiscalização do Presidente da província auxiliado por um Inspetor Geral das Aulas”. Foi somente mais tarde que o governo provincial tratou de “unificar horários, compêndios, métodos de ensino, sistema de fiscalização e outros mecanismos estabelecidos pelas reformas da instrução pública e cujos princípios consubstanciavam-se nos Regulamentos” (SIQUEIRA, 2000, p. 130).

A Reforma de 1872, consubstanciada no Regulamento Orgânico da Instrução Pública de Mato Grosso, aprovada pela Lei Provincial n. 15, de 4 de julho de 1873, criou o Conselho Literário, antecessor do Conselho Superior da Instrução Pública, que, em relação à adoção de livros didáticos, se responsabilizavam na escolha daqueles seriam utilizados nas escolas da

província e como se daria a adoção. A primeira referência de aquisição de livros escolares para o ensino mato-grossense a cargo do Conselho Literário está registrada no ofício de 15 de dezembro de 1873, apresentado ao Presidente da Província pelo Inspetor Geral das Aulas. Na ocasião, os livros aprovados foram:

Para o ensino de Gramática da Língua Nacional, a organizada pelo cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro, intitulada “Gramática da Infância”, para a Doutrina Cristã nas matérias de 1ª e 6ª classe, a Cartilha, e para a 7ª e 8ª a História Bíblica ou Narrativa do Antigo e Novo Testamento, pelo Exmo. e Rvmo. Sr. Bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, devendo este mesmo livro servir para a 6ª classe da sessão de leitura, e para a 5ª da mesma seção, o Novo Expositor Português, por J. M. Lacerda, e que quanto aos livros da 7ª e 8ª classes de leitura e análise lógica e gramatical bem como que quanto aos compêndios para as seções de Aritmética e Generalidades de Geografia e História resolveu o mesmo Conselho espaçar a escola deles para depois de mais acurado exame e estudo; delatado a V. Exa. que concedo a aprovação pedida dos mencionados compêndios para uso das escolas primárias desta Província. (apud SIQUEIRA, 2000, p. 232).

Na reunião do Conselho Literário, de 18 de setembro de 1880, foram aprovados os compêndios a serem adotados nos dois cursos do Liceu Cuiabano (Normal e Preparatório) e, também para as escolas primárias mato-grossenses. Segundo a ata da sessão da Congregação dos Professores do Liceu Cuiabano e do Conselho Literário, em 1880, foram aprovados:

Escolas Primárias	Escolas Secundárias
- <i>Aritmética</i> – M. M. Jardim; - <i>Gramática</i> – Abílio César Borges; - <i>Leitura</i> – Abílio César Borges; - <i>Geografia</i> – Lacerda; - <i>Catecismo</i> – Montpellier; - <i>História</i> – Apostila; - <i>Desenho Linear</i> – Abílio César Borges.	- <i>Gramática Portuguesa</i> – Cirilo Dilermano da Silveira; - <i>Exercícios de Análise Lógica, Sintática e Gramatical</i> – Cirilo Dilermano da Silveira; - <i>Epítome de Gramática Filosófica</i> – Câmara Bittencourt; - <i>Curso de Literatura Nacional</i> – J. C. Fernandes Pinheiro; - <i>Geografia</i> – Alfredo Moreira Pinto; - <i>Resumo da História Universal</i> – Pedro Parley; - <i>História do Brasil</i> – Joaquim Manuel de Macedo; - <i>Matemáticas Elementares, Aritmética, Álgebra</i> – C. Ottoni; - <i>Pedagogia</i> – Daligaut; - <i>Francês</i> – E. Sevéne; - <i>Seleção Francesa e Dicionário</i> – Roquette; - <i>Inglês: Método de Ollendorg</i> – C. Collstadino e Valdez; - <i>Latim</i> – Antônio P. de Figueiredo; - <i>Filosofia</i> – Abade Barbi; - <i>Retórica</i> – Borges de Figueiredo.

Quadro 3 – Compêndios aprovados pelo Conselho Literário para os cursos secundário e primário para o ano letivo de 1880.

Fonte: apud SIQUEIRA, 2000, p. 234-235.

Em 1891, com a reforma republicana, o órgão foi renomeado passando a chamar-se Conselho Superior da Instrução Pública, porém suas atribuições continuaram as mesmas, isto é, de autoridade consultiva e deliberativa, conferida pelas leis e regulamentos, responsável por aprovar os métodos e sistemas práticos de ensino, assim como a adoção e revisão ou substituição de compêndios escolares.

Segundo Bittencourt (2008, p. 54), os Conselhos Superiores da Instrução Pública dos diversos estados brasileiros adotaram como direcionamento de escolha e controle dos textos escolares impressos dois conceitos: veto ou autorização.

Com relação ao veto, foi possível encontrar no livro de atas do Conselho Superior da Instrução Pública de Mato Grosso explicações para casos dos mais variados. Em 21 de agosto de 1915 foi analisado o *Primeiro livro de Leitura*, de autoria do cuiabano Álvaro Paes de Barros. Que recebeu o seguinte parecer:

[...] o livro consiste numa miscelânea de processos sem obedecer a nem um método, sem gravuras cujo alcance é tão fácil de se conceber; não está nos casos de ser aprovado principalmente para Mato Grosso, que já iniciou a introdução do método racional – o analítico²⁷ – de acordo com orientação trazida pelos professores normalistas contratados em S. Paulo para reformar o nosso ensino. (MATO GROSSO, Ata..., 1915, p. 45).

Ainda na sessão do mesmo dia, outros casos de veto, os livros *Aritmética Intuitiva*, do professor F. H. Ancierno, e *Princípios de Aritmética*, do já referido Álvaro Paes de Barros, receberam um parecer em conjunto:

A comissão julga, entretanto, que tais compêndios não devem ser adotados nas escolas primárias do Estado porquanto, outros de igual mérito estão sendo utilizados com aproveitamento, e a opção por um outro qualquer, não apresenta vantagem alguma para o ensino. (MATO GROSSO, Ata..., 1915, p. 45).

O Conselho Superior da Instrução Pública encontrou uma forma alternativa para não vetar livros que consideravam importantes para a formação da juventude mato-grossense. Nestes casos, os livros eram aprovados com ressalvas. Um caso interessante foi o livro *Vultos Mato-grossenses*, do professor Glicério Póvoas, cujo parecer diz:

A comissão especial do Conselho Superior da Instrução Pública do Mato Grosso, encarregada de dar parecer sobre o livro *Vultos Mato-grossenses* do

²⁷ De acordo com esse método analítico, o ensino da leitura deveria ser iniciado pelo “todo”, para depois se proceder à análise de suas partes constitutivas. (MORTATTI, 2006, p. 7).

professor Glicério Póvoas, tendo com atenção lido e examinado o referido trabalho e considerando que ele vem preencher uma sensível lacuna da nossa História, digo da nossa literatura didática, contribuindo para o aperfeiçoamento da nossa cultura cívica, com a divulgação dos feitos de valor dos nossos grandes homens, entre nós bem pouco conhecidos; considerando que é o único livro do gênero que se refere a mato-grossenses, mas; Considerando também que não é conveniente que ele contenha as biografias de administradores e políticos que ainda existem e em torno dos quais a crítica apaixonada, a maior parte das vezes injusta e exagerada, se exerce de modo altamente prejudicial à serenidade imparcial dos cultos cívicos que devem permear os verdadeiros méritos e os exemplos dignos de imitação; Considerando finalmente que o culto das pessoas ainda militantes no cenário político ou administrativo pode ocasionar o desenvolvimento de explorações partidárias ou de sentimentos bajulatórios e utilitaristas; é de parecer que seja o livro “Vultos Mato-grossenses” seja adotados nas escolas do Estado, uma vez que dele sejam retirados os resumos biográficos das pessoas que ainda vivem. (MATO GROSSO, Ata..., 1920, p. 134).

Nesse mesmo ano, um livro recebeu autorização: *Breves Lições de História do Brasil*, de Creso Braga, com o seguinte parecer:

A comissão especial do Conselho Superior da Instrução, à qual foi presente, para emitir seu parecer, a petição do Sr. Creso Braga, para que seja adotado, nas escolas públicas, o seu livro intitulado “Breves Lições de História do Brasil”, tendo estudado detidamente o mesmo livro e considerando que dentre os diversos livros sobre História do Brasil, em uso nas nossas escolas, os que mais completam o seu fim tornam-se, entretanto, deficientes para o aproveitamento das classes mais adiantadas; considerando que um livro, tratando dos fatos do Brasil, desde o seu descobrimento até os nossos dias, porém, concisos, historiados sucintamente e em fiel ordem cronológica, seria de grande utilidade para o conhecimento da vida do nosso País, aos nossos jovens conterrâneos; considerando que o livro intitulado “Breves Lições de História do Brasil” preenche perfeitamente o fim desejado, podendo servir não só para estudo da nossa História às classes mais adiantadas das escolas, mas, também como livro de leitura, – é a mesma comissão de parecer que seja adotado, nas escolas primárias do Estado, por sua verdadeira utilidade, o livro “Breves Lições de História do Brasil” de Creso Braga. (MATO GROSSO, Ata..., 1920, p. 122)

Para encerrar a relação dos livros que receberam parecer positivo para a utilização em salas de aulas de escolas mato-grossenses, apresenta-se o *Esboço de História da Literatura Brasileira*, do professor Nilo Póvoas:

[...] ele [o livro] representa sem dúvida nenhuma, um trabalho de real valor, que muito dignifica e honra o nosso magistério, senão a própria cultura mato-grossense. Em regra, os trabalhos deste gênero, ou não passam de simples complicações, ou são maximamente elaboradas, perdendo os seus autores já sem divulgação que nada aproveitam ao ensino, já em contenções de erudição que, muita vez, escapa por completo a implementação das

inteligências juvenis. O livro do professor Nilo Póvoas, ao contrário, se caracteriza com rara habilidade, pela clareza de exposição, pela bem acondicionada dosagem das noções, pela apropriada largueza dada a cada lição e pelo metódico do seu desenvolvimento, logrando conciliar esses dotes genuinamente didático com certa originalidade dos conceitos, sem nada prejudicar a segurança e o critério dos juízos e apontando completo do assunto que é castíssimo. Assim, em obediência a mais rigorosa justiça, mister se a figura a Comissão Especial declarou como expressamente declara que o referido trabalho é original elaborado com singular brilho, satisfazendo plenamente o objetivo colimador pelo seu autor. (MATO GROSSO, Ata..., 1928, p. 143).

Apesar de se encontrar registros de aprovação dos títulos e sua aquisição, nas atas do Conselho Superior da Instrução Pública, os modos de uso desses materiais não ficavam claros. Poderiam tanto ser para o uso em sala de aula pelos alunos, ou para o uso exclusivo dos professores, assim como ocupar as prateleiras das bibliotecas escolares²⁸.

Com relação ao ensino de História, Farias (2009), em trabalho que analisa as representações dos negros nos livros escolares utilizados em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930), afirma que os adotados nas principais escolas públicas mato-grossenses no período foram:

Título	Autor	Ensino
<i>Lições de História do Brasil</i>	Joaquim Manuel de Macedo	Secundário
<i>História do Brasil</i>	Rocha Pombo	Secundário
<i>Nossa Pátria</i>	Rocha Pombo	Primário
<i>Breves lições de História do Brasil</i>	Creso Braga	Primário
<i>Minha Pátria</i>	João Pinto e Silva	Primário

Quadro 4 – Livros de História utilizados nas escolas mato-grossenses na Primeira República.

Fonte: FARIAS, 2009, p. 103.

Porém, a análise dos registros de entrada e saída de material no almoxarifado da Diretoria Geral da Instrução Pública, bem como as atas do Conselho Superior da Instrução Pública, órgão responsável pela autorização ou veto dos livros adotados nas escolas públicas de Mato Grosso, e a investigação em bibliotecas públicas de Cuiabá²⁹ permitiu constatar a

²⁸ Faltam documentos que comprovam o destino de uso desses materiais no ensino. As discussões e avaliações do Conselho sobre as obras adquiridas não foram encontradas para o período.

²⁹ Em 10 de dezembro de 1912, a Secretária da Instrução Pública de Mato Grosso encaminhou à Biblioteca Pública do Estado alguns títulos de livros didáticos oferecidos pela Casa Editora de Francisco Alves e Cia, do Rio de Janeiro. Os títulos encaminhados, talvez exemplares únicos, pois não se encontrou evidências do uso destes em sala de aula no período estudado, formam: *Atlas Geográfico*, de Couturier; *Compêndio de Geografia Geral*, de Feliciano Pinheiro Bittencourt; *Curso Metódico de Geografia*, de Joaquim Maria de Lacerda; *Epítome da História do Brasil*, de Alfredo Moreira Pinto; *História do Brasil*, de João Ribeiro; *Resumo da História do*

existência de mais alguns títulos de livros didáticos de História que circularam nas principais escolas públicas de Mato Grosso. Além destes, pode-se acrescentar, segundo os documentos avaliados, outros livros didáticos importantes para o desenvolvimento deste estudo, tais como os livros didáticos de Geografia:

Título	Autor	Ensino
<i>Curso Elementar de Geografia</i>	Temístocles Sávio	Primário
<i>Pequena Geografia da Infância</i>	Joaquim Maria de Lacerda	Primário
<i>Pequena História do Brasil</i>	Joaquim Maria de Lacerda	Primário
<i>Compêndio de Corografia do Brasil</i>	Feliciano Pinheiro Bittencourt	Secundário
<i>Elementos de História do Brasil</i>	Feliciano Pinheiro Bittencourt	Secundário

Quadro 5 – Livros didáticos utilizados nas escolas mato-grossenses na Primeira República.

Fonte: Construção do autor.

No decorrer do século XIX e no início do XX, as escolas públicas de Mato Grosso tiveram seus programas de ensino baseados naqueles elaborados pelo Colégio Pedro II, o que inclui os livros didáticos. O órgão responsável pela autorização ou veto dos livros adotados nas escolas mato-grossenses era o Conselho Superior da Instrução Pública, bem como o responsável por regulamentar, organizar, inspecionar e administrar o ensino estadual. Diversos foram os livros didáticos apreciados pelo órgão, que passaram a compor a lista dos títulos localizados nos registros de entrada e saída de material no almoxarifado da Diretoria Geral da Instrução Pública. Daqueles autorizados, selecionaram-se os mais recorrentes para fazer parte do conjunto de livros que será objeto de análise a seguir.

2ª Parte

MATO GROSSO NOS LIVROS ESCOLARES

3 REPRESENTAÇÕES QUE VÊM DE FORA

Deserto, região de poucos habitantes, terra a espera de pessoas com espírito empreendedor para explorá-la. Foi assim que, durante muito tempo, Mato Grosso foi representado, tanto nas obras de viajantes estrangeiros como também de intelectuais e dirigentes brasileiros que veicularam sua produção entre meados do século XIX e início do XX.

Um povo violento, vivendo perigosamente, incivilizado e envolvido em porfiadas lutas políticas fratricidas. Gente sanguinária, portadora de qualidades raciais indesejáveis, herdeira de caráter mal formado, com hábitos marcados pela indolência dos índios e bugres que habitavam o sertão brasileiro. Tal imagem, construída pelo olhar do “outro”, o exógeno, muito desagradava as elites políticas cuiabanas.

Em documentos oficiais, livros acadêmicos, relatos de viagens e registros de memória, foram comuns as representações negativas sobre os costumes e tradições das populações que habitavam Mato Grosso, principalmente no entorno de Cuiabá.

Nesse capítulo, será apresentada uma análise das representações sobre Mato Grosso presentes nos livros escolares de História que, produzidos nos grandes centros urbanos brasileiros, circularam nas principais escolas públicas estaduais.

3.1 Mato Grosso sob o estigma da barbárie

Não é recente um certo olhar negativo e preconceituoso sobre o oeste brasileiro pelas populações que habitam o litoral deste país. O “sertão”, como por vezes Mato Grosso foi denominado, seria o oposto do que existia no litoral, considerado um espaço de civilização e progresso, exemplo ao restante do país. Por isso, tamanha dificuldade de se elaborar uma imagem positiva do território e da gente mato-grossense no momento em que ser parte do sertão podia significar, dentre tantas coisas, o espaço da barbárie.

Galetti (1995, p. 55), em pesquisa a respeito do conjunto de representações sobre Mato Grosso e suas populações veiculadas nas obras de viajantes estrangeiros e de intelectuais e dirigentes brasileiros, produzidas entre meados do século XIX e início do XX, afirma que:

As representações de Mato Grosso como um protótipo do sertão são recorrentes, nos vários escritos sobre a região, durante todo o período

imperial. Distante e desconhecida, sem meios de comunicação eficazes com o litoral e mesmo com as províncias mais próximas, a província era identificada pela negatividade: não possuía uma atividade produtiva de peso capaz de prover suas necessidades (do abastecimento de gêneros alimentícios à defesa de suas fronteiras), não possuía vias de comunicação que encurtassem as imensas distâncias que a separavam do litoral civilizado, carecia de braços para o trabalho e de investimentos de capitais para explorar suas riquezas naturais.

Tais representações acerca de Mato Grosso, produzidas desde o período imperial, pouco, ou nada agradavam suas populações. Em 1883 foi publicado um artigo no jornal *O Iniciador*, de Corumbá, que comentava o livro escolar *História e Corografia do Brasil*, produzido pelo professor, tipógrafo e editor Dias da Silva Júnior. O citado periódico enfatizou que a obra apresentava incorreções e erros com relação ao Mato Grosso, sendo possível observar certa decepção do articulista com relação ao conteúdo do livro:

Fomos obsequiados pelo Sr. Dias da Silva Júnior com um exemplar da sua – História e Corografia do Brasil – (1ª edição); amabilidade que lhe agradecemos com toda a sinceridade. Pela leitura que fizemos do trabalho do Sr. Dias da Silva Júnior, reconhecemos haverem escapado algumas incorreções e erros, devidos sem dúvida a equívoco, mas que convém fazer desaparecer, para que não possam enraizar-se no espírito dos principiantes, a quem se destina especialmente o livro. Entre outras menos importantes, notamos haver o Sr. Dias da Silva Júnior mencionado, como pertencente à província do Amazonas, a ilha de Marajó, que efetivamente faz parte da província do Pará, constituindo uma das 11 comarcas em q' esta se divide, com se vê à pág. 48 do livro. Tratando da província de Mato Grosso, vemos que a pág. 90, considerou-a dividida em 3 comarcas (Cuiabá, Mato Grosso e Miranda) esquecendo-se da de Corumbá, cidade que nem aí é citada, ao passo que, na sinopse à pág. 96, a menciona como uma das principais. Ainda com relação a esta província se nota que houve completo esquecimento da cidade de S. Luís de Cáceres, que está em condições muito mais favoráveis do que as antigas e decadentes de Poconé e Mato Grosso e que é sede de uma comarca, também não mencionada. A comarca de Santana do Paranaíba, não é considerada no trabalho do Sr. Dias da Silva Júnior, onde entretanto foi indevidamente classificada como cidade a vila de Miranda. O Arsenal de Marinha está situado no Ladário, 2º distrito da cidade de Corumbá, e entretanto é mencionado como situado na cidade de Cuiabá, capital da província. Pedimos ao ilustrado Sr. Dias da Silva Júnior que aceite estas nossas sucintas observações como prova do interesse que ligamos ao seu trabalho, destinado, como é, à instrução pública, pela qual tem S. S. posto em ação tantos esforços, que o fazem digno de aplausos. (O INICIADOR, p. 1, 15 mar. 1883)

Segundo Bittencourt (2008, p. 86), era comum os autores enviarem suas publicações aos jornais das províncias/estados, sendo que os elogios jornalísticos seriam incorporados nas suas edições sequenciais. Porém, com relação ao artigo de jornal apresentado, não foi possível

saber se o Sr. Dias da Silva Júnior incorporou tais comentários aos seu trabalho, mas, pelo teor do texto, faz-se acreditar que não!

Mato Grosso, na visão das elites do litoral brasileiro era um espaço de barbárie; uma terra de gente incivilizada e de “gênio sanguinário” (GALETTI, 1995). Tal imagem negativa fica evidente quando se analisa as palavras de Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, que, em 1876, ao remeter exemplares de seus livros para as escolas mato-grossenses, justificava tal doação por ter se assustado com a notícia de um assassinato ocorrido em Mato Grosso:

Em 1874, tendo-me sido comunicado que as escolas dessa Província padeciam falta absoluta de livros, porque o Tesouro provincial em penúria não permitia fornecê-los desses principalíssimos instrumentos do ensino, sem os quais bem pouco valem escolas, ofereci para as mesmas 1.200 exemplares dos meus compêndios escolares. Lendo agora nos jornais a notícia do crime nefando praticado aí por mãe bruta e feroz, que à sua própria filha, na flor dos anos, arrancara fria e calculadamente a vida, cravando-lhe no seio a faca filicida, e tendo para si que praticava um ato de sublime virtude com punir assim uma falta da infeliz filha, que mais do que punição mereceria compaixão; crime esse que não é senão a continuação de muitos outros igualmente atribuídos à completa ignorância em que jaz imersa a maior parte da população dessa Província; no desejo de concorrer para que vão penetrando alguns raios de luz nessas trevas espessas que ainda aí envolvem os espíritos, resolvi fazer novo oferecimento de três mil exemplares dos ditos meus livros para serem distribuídos pelos alunos pobres mato-grossenses, que frequentam as escolas. Esses livros, acham-se à disposição de V. Exa., serão entregues a quem V. Exa. determinar. (apud SÁ; SIQUEIRA, 2006, p. 129-130)

Para Abílio César Borges (Barão de Macaúbas), as espessas trevas da ignorância eram o mal que adoecia o moral dos mato-grossenses e que, conseqüentemente, reforçava a barbárie e violência desmedidas. Para esse mal, só havia um remédio: as luzes da instrução. No caso, o livro escolar seria uma espécie de “farol” que emitiria as luzes indicativas do caminho de civilização.

Percebe-se que, desde o período imperial, um conjunto de representações sobre a província de Mato Grosso integram os horizontes mentais das elites litorâneas. Sendo assim, as imagens que estes elaboraram sobre o território e seus habitantes penetravam no imaginário nacional, pois eram publicadas em jornais, revistas e livros (inclusive livros escolares) que circulavam nos grandes centros urbanos brasileiros, estando à disposição daqueles que, em um país de maioria analfabeta, tinham a competência da leitura.

Após a instalação do regime republicano, essas representações, mesmo que a contragosto das elites mato-grossenses, foram ganhando cada vez mais espaço nos meios de

comunicação litorâneos, provocando formas cada vez mais estigmatizadas de se conceber a realidade regional. O projeto republicano, profundamente marcado pelo ideário progressista, tinha na produção de representações negativas a busca do seu antagônico, ou seja, elencavam-se os “defeitos”, do sertão e sua gente, para poder corrigi-los. Assim, por exemplo, as transformações por que vinha passando a sociedade do litoral brasileiro, decorrentes da veloz expansão das relações capitalistas e da plena constituição de um mercado mundial, poderiam em outras proporções se repetir no território de Mato Grosso.

Segundo Galetti (1995, p. 53-54):

Cabia à República construir um novo tempo, modernizando a instituições políticas, a economia e a sociedade nacionais de modo a equiparar o Brasil aos avanços do progresso e da civilização exibidos por outras nações. Para a efetivação de tal projeto tornava-se fundamental ‘homogeneizar’ o país e diminuir as distâncias espaciais, econômicas e sociais que o dividiam e o tornavam tão desigual.

Contra estes antigos modos de viver e pensar o mundo surgiria um novo projeto de governo e um novo modelo de governados. Com o intuito de se mudar a realidade social daquele momento, controlavam-se os imaginários sociais dos sertanejos, homogeneizando-os, e, progressivamente, se construiria o “futuro”.

Segundo Baczko (1985, p. 312),

O controle do imaginário social, da sua reprodução, difusão e manejo, assegura em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças.

A apropriação destas representações garantiria o sucesso da empreitada do governo central. Aquelas elaboradas sobre Mato Grosso, construídas durante os primeiros anos da República, ganharam profundidade, visto objetivar a transformação de Mato Grosso, considerado selvagem e atrasado, em um ambiente propício à civilização, cujo modelo, obviamente, seria importado do litoral.

Com relação aos livros escolares, é também na República que começam a proliferar discussões a respeito das representações sobre um estado mal localizado e mal servido pelas benesses do progresso. Em 1928, foi publicado um artigo no jornal *O Matto-Grosso*, de Cuiabá, que contestava o conteúdo do livro escolar denominado apenas por *Geografia*, de Joaquim Maria de Lacerda. O citado periódico enfatizou que a obra, mesmo tendo sido “revista e melhorada” por Luís Fernandes Pinheiro, ainda apresentava informações distorcidas

sobre o contexto regional. O articulista, Firmo José Rodrigues, importante intelectual cuiabano, apelava aos órgãos competentes para a fiscalização de livros escolares que contivessem esse tipo de “equivoco”:

Temos em mãos um compêndio de Geografia de Lacerda, edição de 1926, obra essa geralmente adotada nos cursos secundários do Brasil, tendo por essa razão alcançado sucessivas edições. Pois a Geografia de Lacerda, edição de 1926, *revista e melhorada* por Luís C. Fernandes Pinheiro, continua a repetir erros da primitiva edição. Assim, em relação ao nosso Estado encontramos naquela edição as seguintes informações: PRODUÇÃO – O Estado possui minas de ouro e de diamantes, que *foram outrora* mui produtivas, de ferro, cobre e outros minerais. Produz os vegetais próprios da zona tórrida, mas a colheita é ordinariamente escassa e insuficiente para o consumo da população pelo que é obrigado a *importar de Goiás os gêneros de primeira necessidade* que sobem, às vezes a preços elevados. A criação de gado é a principal riqueza do país. Enumerando as localidades principais do Estado cita Diamantino, Livramento, Nioaque, etc; não enumera Aquidauana, Campo Grande e Três Lagoas. Compreende-se, estas cidades não existiam ao tempo em que foi publicada a primeira edição da obra e o Sr. Pinheiro, que alardeia ter *revisto e melhorado* a edição de 1926 certamente teve apenas a preocupação de intercalar gravuras que tornassem o livrinho mais atraente as vistas de incauto leitor. E dizer que o Departamento do Ensino não dispõem, com todo seu aparato de organização de uma secção que se destine a fiscalização de tais publicações!... (O MATTO-GROSSO, p. 1, 20 mai. 1928).³⁰

Percebe-se que o articulista, além de contestar as imagens produzidas sobre Mato Grosso, também chamou atenção para a faceta mercantil do livro escolar. Certamente, acreditava que os autores desse tipo de livro e, conseqüentemente, as editoras que o contratavam estavam mais interessados nos lucros do que na “veracidade” das informações.

Outra crítica mais reticente foi publicada, em 1936, no jornal *O Matto-Grosso*. Intitulado “*O Mato Grosso civiliza-se*”, artigo que deixa transparecer que as representações negativas sobre o Estado ainda se faziam presentes em livros escolares, mesmo depois do fim da Primeira República brasileira (1889-1930):

Era voz corrente em todo o Brasil, com exceção naturalmente da parte interessada, que é o grande Estado de Mato Grosso, de que o território imenso cortado por caudalosos rios, como o Paraguai e o Paraná, no Sul, e os Araguaia, Xingu, Tapajós e Madeira, no Norte, constituía um vasto habitat de bugres, onças, cobras e outras feras gulosas e traiçoeiras. Essa crença se arraigara tão intimamente no espírito dos brasileiros de outros Estados, que até mesmo os mato-grossenses, quando fora do seu torrão natal, chegaram a acreditar nessas “bruxarias” fazendo até propaganda delas. “Uma enorme

³⁰ A compilação deste artigo encontra-se, também, em: Rodrigues, Firmo José. *Figuras e coisas de nossa terra*. Vol. 2. Cuiabá: Escola Técnica Federal de Mato Grosso, 1969, p. 40.

sucuri engoliu um cavalo, com seu cavaleiro, arreios, malas e tudo que carregava”, contava um *causeur*, numa roda de amigos, e logo todos adivinhavam, ou antes, afirmavam que o caso se dera em Mato Grosso. “Um índio, numa rua, matou um jiboia a pau”, dissera Felisberto de Carvalho no seu 4º Livro de Leitura, acrescentando em seguida que o fato se passara em Cuiabá. “Uma onça, etc.”, começava assim um conto, e o leitor não precisa bolar onde o drama se passara, pois o nome de Mato Grosso ali estava, claro, sem rebuscos. (O MATTO-GROSSO, p. 1-4, 24 nov. 1936).

Este modo de ver Mato Grosso pela ótica do litoral muito incomodava as elites locais. Segundo Galetti (1995), era comum uma visão ambígua sobre o interior do Brasil, especificamente do estado de Mato Grosso. As visões mais otimistas apresentavam a sua natureza exuberante como o passaporte para o progresso que, uma vez explorada, transformaria o território em verdadeiros paraísos modernos. Com relação à sua população, declaravam-na portadora de manifestações culturais que, pelo isolamento em que se mantivera e longe de influências forasteiras, expressavam as mais autênticas tradições brasileiras.

Já as visões mais pessimistas apresentavam estes grandes “sertões” como lugares de barbárie, onde a natureza se apresentava ainda intocada pelo progresso da ciência e da economia,

[...] submetia às suas forças primitivas uma população composta de índios selvagens, vistos quase sempre como um enorme obstáculo no caminho do progresso e de mestiços tidos como indolentes e avessos à civilização. Essas características do mestiço eram a resultante, para muitos, das determinações de meio tropical aliadas à forte mistura de sangue negro, e principalmente índio, que permanecia praticamente inalterada devido ao insulamento destas populações no remoto interior do país. (GALETTI, 1995, p. 50-51).

Em resumo, entre ufanismo e pessimismo nas representações do interior do território brasileiro, as elites litorâneas apresentavam o sertão como um lugar onde suas riquezas naturais poderiam ser usadas para a construção, no futuro de uma grande e poderosa nação brasileira ou, caso contrário, se não aproveitada, permaneceria na barbárie. O estado de Mato Grosso, emoldurado pelo quadro sertanejo, era um pedaço geográfico estratégico no combate às dificuldades para fazer florescer o progresso e a civilização num território gigantesco, onde grande parte era ainda praticamente despovoada e desconhecida.

Sendo os livros escolares revestidos de valores, de conteúdos morais que interessavam aos grupos dominantes e, em certos casos, de doutrinação das jovens gerações (BITTENCOURT, 2004b; CHOPPIN, 2004), eles teriam um papel fundamental na construção

do Brasil, conforme pensavam as elites litorâneas. Nos livros escolares deveriam ser realçados os atributos positivos que colaborariam para a construção futura da nação e não evidenciadas as realidades interioranas onde imperavam hábitos e costumes não condizentes com a nova ordem e que pouco colaboravam para a imagem de uma nação civilizada.

A seguir, serão apresentadas as representações de Mato Grosso em alguns livros escolares que circularam nas principais escolas estaduais durante a Primeira República, a saber: *Lições de História do Brasil* (1907), de Joaquim Manoel de Macedo; *Nossa Pátria* (edição sem data de publicação) e *História do Brasil para o ensino secundário* (1919), ambos de Rocha Pombo; e, *Compêndio de Corografia do Brasil* (1911), de Feliciano Pinheiro Bittencourt.

3.2 Joaquim Manuel de Macedo

Antes da análise propriamente dita, faz-se necessário esboçar uma breve biografia do autor³¹, pois sua trajetória intelectual e profissional permite entender o momento histórico em que se deram as produções, assim como compreender o grupo de intelectuais e escritores de livros escolares no período em análise, a Primeira República.

Joaquim Manuel de Macedo nasceu, em 24 de junho de 1820, na freguesia fluminense de São João de Itaboraí, local onde morou até mudar-se para a capital imperial do Brasil (RJ), com a finalidade de realizar curso preparatório para o ingresso na Escola de Medicina.

Tendo sucesso, em 1844, formou-se médico, mas não chegou a exercer a profissão, pois já estava atraído pelo jornalismo, literatura e estudo das manifestações culturais em geral (MATTOS, 2000). Como muitos intelectuais de sua época, Macedo foi um homem de múltiplas atividades: escritor, jornalista, professor, político, membro de associações e sociedades científicas e culturais. Mas, teve como principal meio de subsistência o magistério que, iniciado em 1843, permitiu-lhe o ingresso como professor de História no Colégio Pedro II, em 1849 (MOREIRA, 2011).

Dentre as associações científicas e culturais, foi membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, onde ocupou os cargos de primeiro secretário, orador oficial e presidente. Também foi membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, do

³¹ Para saber sobre mais sobre a vida e a produção didática de Joaquim Manuel de Macedo, conferir: Mattos, Selma Rinaldi de. *O Brasil em Lições: A história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000.

Conselho Diretor de Instrução Pública da Corte e sócio do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro.

Na política, foi deputado provincial pelo Rio de Janeiro, na legislatura de 1854 a 1859, e deputado geral, nos anos de 1863, 1867 e 1878, pelo partido Liberal. Por ser amigo do Imperador Pedro II, desempenhou o papel de professor particular de História do Brasil das princesas Isabel e Leopoldina (FARIAS, 2009).

Na imprensa, entre 1843 e 1845, colaborou na *Minerva Brasiliense*, “jornal de ciências, letras e artes”; entre 1851 e 1855 ajudou a redigir o *Guanabara*. Destacou-se, também, pelas crônicas semanais que escrevia nos periódicos *A Nação*, jornal do partido Liberal, entre 1852 e 1854; *Jornal do Comércio*, de 1855 a 1862; e, *A Reforma*, entre 1869 e 1870, dentre outros.

Na literatura, Joaquim Manoel de Macedo tornou-se mais conhecido pela obra *A Moreninha* (1844), tendo escrito também *A Nebulosa* (1857), *O Rio do Quarto* (1869), *As Vítimas Algozes* (1869), *Mulheres de Mantilha* (1870). Como cronista, suas principais produções foram *A Carteira do meu Tio* (1855) e *Memórias do Sobrinho de meu Tio*, publicado entre 1867 e 1868. Também escreveu livros acadêmicos, tais como: *Noções de Corografia do Brasil* (1873) e *Efeméride Histórica do Brasil* (1877).

Mas, foi como professor de História do Brasil no Colégio Pedro II que Joaquim Manuel de Macedo conquistou fama. Foi para esse estabelecimento de ensino que ele produziu seu primeiro *Lições de História do Brasil*, em 1861, que, mesmo após sua morte, em 1882, teve diversas edições. No período republicano essa obra foi revista e atualizada por Olavo Bilac, em 1905, e por Rocha Pombo, entre 1914 e 1922, o que demonstra a importância e o valor de um dos primeiros manuais didáticos de História do Brasil, o mais importante na constituição de uma consciência histórica brasileira (MATTOS, 2000).



Figura 8 – *Lições de História do Brasil* (1907), de Joaquim Manuel de Macedo.
Fonte: Acervo de obras raras da Universidade Federal de Mato Grosso.

Segundo Moreira (2011), *Lições de História do Brasil*, de Macedo, teve ao todo 11 edições, com seis mil exemplares em cada edição, o que o tornou o autor mais lido no século XIX. A aceitação de *Lições* deve-se também ao pioneirismo na explicitação do método didático recomendado aos professores. Em face disso, é importante ressaltar que o ele veiculou as representações sociais por certo pertinentes ainda ao Império, época contemporânea do autor.

O livro que será analisado a seguir é a décima edição de *Lições de História do Brasil*, publicado, em 1907, pela Livraria Garnier, com o texto revisto e atualizado por Olavo Bilac, que manteve inalterado o plano adotado por Joaquim Manuel de Macedo. A escolha da obra pelo governo de Mato Grosso se deveu ao fato de “ter sido aprovada em 1880 pela Congregação do Liceu Cuiabano para uso no ensino secundário, tendo sua utilização adentrado o período republicano”. (FARIAS, 2009, 113):

ADVERTÊNCIA

Encarregado, pelo editor das *Lições de História do Brasil* do dr. Joaquim Manuel de Macedo, de completar este compêndio, tratei, antes do mais, de respeitar o plano adotado pelo seu autor. Era isso principalmente o que me cumpria fazer, para não sacrificar o caráter de um livro, que já nove edições sucessivas consagraram. Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1905. O.B. (MACEDO, 1907, p. 1).

O exemplar em análise tem 519 páginas de texto, sem ilustração, porém o autor justifica apontando o motivo da extensão do trabalho que, por ser destinado a um público jovem, usava de recursos didáticos extras para facilitar a aprendizagem. Tais recursos faziam com que o livro tivesse uma extensão meramente aparente:

Uma obra escrita para servir ao estudo de meninos não deve ser longa, e o nosso compêndio à primeira vista desagradará pela sua aparente extensão; afigura-se-nos porém que um rápido exame do livro demonstrará que este só avulta pelas *explicações*, pelos *quadros sinópticos* e pelas *perguntas* que seguem às lições com o fim de facilitá-las, e de gravá-las na memória dos discípulos. (MACEDO, 1907, Prefácio).

Sobre o estado de Mato Grosso pouca coisa é escrita, visto que, das 519 páginas, apenas algumas poucas linhas são dedicadas a essa parte do território nacional, mas sempre de modo coadjuvante, como no caso das expedições dos bandeirantes paulistas³² e/ou durante a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

De modo geral, Joaquim Manuel de Macedo caracteriza o interior do Brasil como uma terra desconhecida, um lugar inóspito e habitado por pessoas selvagens e violentas (índios e escravos fugidos). Os paulistas, nesse contexto, aparecem com a missão corajosa e apaixonada de integrar o sertão ao Brasil através das aventuras em busca do ouro e de índios.

Um dos poucos momentos que aparece especificamente Mato Grosso, na lição XXVII, é quando o autor discorre sobre o desenvolvimento e progresso do Brasil no reinado de D. João V (1706-1759), enfatizando o ânimo dos paulistas e os perigos que enfrentaram para ocupar o território no entorno de Cuiabá, apresentada enquanto espaço inabitado, onde somente a existência de ouro garantiria a fixação de povoações na região. Desse modo, Macedo desconsiderou a existência das comunidades indígenas e de expedições exploratórias anteriores que haviam divulgado notícias sobre o local. Porém, pode-se amenizar a crítica ao autor considerando que, até o início do século XX, pouco se conhecia sobre as nações indígenas distribuídas pelo território brasileiro, porém o enaltecimento do paulista ficou evidente:

[...] os infatigáveis sertanejos de S. Paulo prosseguiram com o maior ardor nos seus descobrimentos do interior do Brasil. [...] Pascoal Moreira Cabral sobe o rio Coxipó-Mirim, levanta nas suas margens algumas cabanas em 1719, muda-se no ano seguinte para o lugar da *Forquilha*, onde o ouro

³² Segundo José Honório Rodrigues (apud MOREIRA, 2011, p. 88), em *Lições de História do Brasil* não existe o tema “bandeirantes”, a par disso também não há uma análise das condições sociais, do povo, da estrutura econômica, de produção e de exportação nos períodos históricos expostos no livro.

abunda extraordinariamente, e em 1725 transfere para o sítio do Cuiabá a povoação que, sujeita a S. Paulo, recebe em Novembro de 1726 o título de vila, sob a invocação de – *Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá*. Fernando Paes de Barros e seu irmão Arthur Paes, depois de longa e perigosa viagem por florestas e rios desconhecidos, descobrem em 1754 o país imenso conhecido pelo nome de Mato Grosso, onde fundam um arraial, cuja igreja foi dedicada a S. Francisco Xavier. [...] E finalmente por provisão de 9 de Maio de 1749 constituiu-se no Cuiabá outra capitania independente, da qual foi governador desde 17 de Março de 1751 D. Antonio Rolim de Moura, ulteriormente conde de Azambuja. (MACEDO, 1907, p. 247-8).

O estado de Mato Grosso é representado como um lugar distante e de difícil acesso, sendo a viagem uma aventura desagradável, que só valia a pena quando houvesse a possibilidade de se encontrar o tão valioso metal, o ouro. Feita esta observação, excetuando o momento fundador do século XVIII, poucas vezes Mato Grosso merecerá consideração nas páginas seguintes do livro.

Vale lembrar que as representações sobre Mato Grosso presentes na obra de Joaquim Manuel de Macedo não foram construídas por ele, mas apropriadas dos discursos dos viajantes estrangeiros e de intelectuais e dirigentes brasileiros e, também, no livro *Historia Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, sua principal inspiração.

Eram representações que faziam parte do imaginário social das populações que habitavam o litoral brasileiro, visto acreditarem na existência de um Mato Grosso selvagem e longe de qualquer coisa que lembrasse a civilização. Segundo Baczko (1985, p. 312), “esses imaginários intervêm ativamente na memória coletiva, para a qual [...] os acontecimentos contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram”.

Próxima referência à história de Mato Grosso se dá na lição XL, sobre as sedições e revoluções ocorridas durante as regências, por questão da menoridade de D. Pedro II, (1834-1840), tendo sido o citado capítulo escrito por Olavo Bilac, pois, neste período, Joaquim Manoel de Macedo já havia falecido.

Na escrita de Bilac, a violência das populações de Mato Grosso ganhava espaço. Enquanto nas outras regiões brasileiras, nos anos do período regencial, havia “revoltas” contra o regime monárquico, sendo que na capital de Mato Grosso ele se referia à Rusga, porém com uma outra conotação: “em 1834, houve motins, seguidos de horrível matança”. (MACEDO, 1907, p. 369). Importante destacar que, apesar de reforçar o caráter violento dos habitantes de Mato Grosso, o texto de Bilac incluiu a região no cenário das agitações políticas regenciais, o que não é usual nos livros didáticos mais contemporâneos, a exceção dos escritos por autores regionais.

As representações de Mato Grosso aos litorâneos eram sempre exageradas na negatividade. Na lição XLIII, sobre o desenrolar da guerra ocorrida entre o Brasil e o Paraguai (1864-1870), Bilac reafirma que a viagem para o oeste, especificamente em direção a Mato Grosso, implementada pelas tropas militares de apoio, não era fácil e tampouco saudável:

[...] Em Mato Grosso, depois da tomada do forte Coimbra, o inimigo ocupou sucessivamente Albuquerque, Miranda e Corumbá. As forças brasileiras que tinham seguido de S. Paulo e Minas tiveram de **efetuar penosíssimas marchas, sem viveres, através de regiões insalubres**, encontrando povoações devastadas [...] (MACEDO, 1907, p. 395, grifo do autor).

Mesmo tendo sido no território de Mato Grosso o início da guerra com a invasão pelas tropas paraguaias e, sobretudo, levando-se em conta que grande parte do conflito teve como palco o solo mato-grossense, a escrita de Bilac teima em apresentá-lo como coadjuvante.

Desse modo, acredita-se que o motivo das poucas informações sobre Mato Grosso está ligado à construção de um imaginário social de progresso nacional que legitimava o poder das elites litorâneas e, consequentemente, de seus estados. Por ser Mato Grosso visto como o protótipo do sertão, a obra de Macedo, inspirada nas ideias de outros grandes escritores brasileiros de sua época (tal como Varnhagen), as representações que não simbolizassem as benesses da civilização foram omitidas. A visão ufanista do país, reforçada pelos intelectuais republicanos, permitia aos escritores de livros didáticos evidenciarem apenas a face “civilizada” do Brasil, e não a representação negativa de um país que se queria construir. Por isso, Macedo e Bilac preferiram “apagá-las” das linhas de *Lições de História do Brasil*.

3.3 Rocha Pombo

Os livros que serão aqui analisados são a sexagésima edição do *Nossa Pátria* (que não apresenta data de publicação) e a terceira edição do livro *História do Brasil para o ensino secundário* (1919), ambos de autoria de Rocha Pombo. Tais obras foram adotadas por professores e alunos mato-grossenses nas primeiras décadas do século XX, como consta nos registros de entrada e saída de material do almoxarifado da Diretoria Geral da Instrução Pública, bem como das atas do Conselho Superior da Instrução Pública, órgão responsável pela autorização ou veto dos livros adotados nas escolas públicas de Mato Grosso, entre os anos de 1924 e 1927 (FARIAS, 2009).

Antes da análise da obra, uma exposição sobre a vida e obra do autor, com o intuito de se compreender o contexto histórico e intelectual em que sua produção se inseriu.

José Francisco da Rocha Pombo nasceu na cidade paranaense de Morretes, em 4 de dezembro de 1857, onde começou sua carreira docente, no ano de 1875. Foi jornalista, professor, político, poeta e historiador. Em 1883, mudou-se para a cidade de Castro (PR), onde ingressou na vida política, sendo mais tarde eleito deputado provincial pelo Partido Conservador.

Na imprensa, fundou e dirigiu, quando ainda vivia em Morretes, o jornal *O Povo* (1879), de caráter abolicionista e republicano. Com o desenvolvimento de sua carreira de jornalista mudou-se para Curitiba, onde passou a colaborar com o jornal *Galeria Ilustrada* (1880) e *Gazeta Paranaense* (1882), ligada ao Partido Conservador. Em 1883, residindo em Castro, colaborou no jornal *Echo dos Campos*. Novamente em Curitiba, passou a colaborar em *O Diário Popular*, em 1887, e, a partir de 1892, dirigiu o jornal *Diário do Comércio*, do qual se tornou proprietário. Nesse mesmo ano propôs a criação de uma universidade no Paraná, mas seu projeto fracassou.

Em 1897, se transferiu, com sua esposa, para a capital nacional, onde viria a bacharelar-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1901 (MOREIRA, 2011).

Na literatura, Rocha Pombo produziu extensa obra: *A Honra do Barão* (1881); *Dadá* (1882); *A Religião do Belo* (1883); *A Supremacia do Ideal* (1883); *O Guairá* (1886) e *Nova Crença* (1887); *Visões* (1892); *Petrucello* (1892); *No Hospício* (1905); *Contos e Pontos* (1911); *Notas de Viagem* (1918), entre tantos outros. De caráter acadêmico, escreveu os livros *O Paraná no Centenário* (1900) e *História do Brasil*, 10 volumes, escritos e publicados entre 1905 e 1917. Porém, ele se tornou nacionalmente famoso pelos seus livros didáticos, entre eles: *História da América* (1900); *Nossa Pátria* (1917); *História do Brasil para o curso secundário* (1918); *História de São Paulo* (1919); *História do Brasil: curso superior* (1925); *História do Rio Grande do Norte* (1922); *História do Paraná* (1930); e, *História Universal* (1930).

Rocha Pombo lecionou no Colégio Pedro II e na Escola Normal do Rio de Janeiro. Foi membro do IHGB e, em 1933, eleito terceiro membro da 39ª cadeira da Academia Brasileira de Letras, mas não chegou a ser empossado, pois estava com a saúde debilitada. Faleceu em 26 de junho de 1933, aos 76 anos.

Nas linhas seguintes será apresentado o livro *Nossa Pátria* – narração dos fatos da História do Brasil, através da sua evolução com muitas gravuras explicativas –, título de larga

repercussão, originalmente publicado pela editora Weiszflog Irmãos, em 1918, permanecendo no catálogo da Companhia Melhoramentos de São Paulo até 1970. Foi adotado no ensino de vários estados e contabilizou 88 edições e 452 mil exemplares impressos (LUCCHESI, 2008).

O exemplar aqui analisado, *Nossa Pátria*, pertence à sexagésima edição, publicado pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, sem indicação de data de publicação. O livro possui 164 páginas, subdividas em 51 tópicos sucintos, e, daquele total, 102 delas apresentam gravuras, das quais apenas três são destinadas, ainda que subentendidamente, a Mato Grosso.

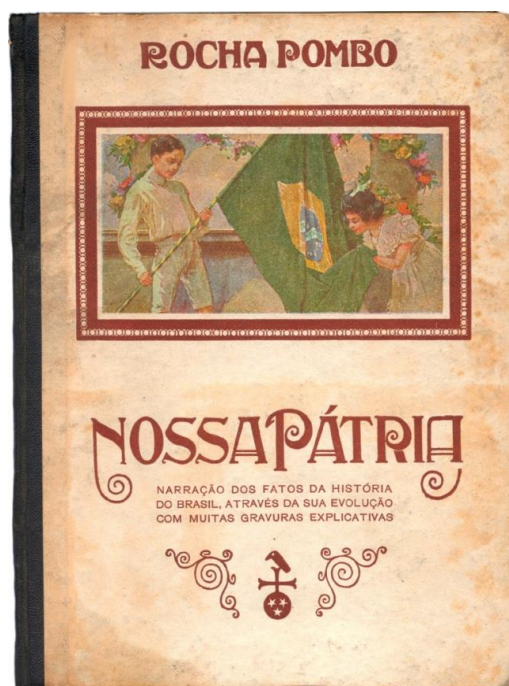


Figura 9 – *Nossa Pátria* [19--], de Rocha Pombo.

Fonte: Acervo de obras raras da Biblioteca Pública Municipal de Cuiabá.

A principal característica desse livro escolar é a linguagem adaptada ao público infantil; bem ilustrado imagens, letras grandes, ideias repetitivas e pouco desenvolvidas. Seu caráter mais marcante é a formação do sentimento patriótico e a valorização dos feitos dos “grandes heróis” do passado nacional – proposta que legitimaria o referencial do universo cultural das elites litorâneas. O livro foi destinado ao ensino primário, como se constata nas palavras do autor, ao apresentar sua obra:

Este livrinho é feito para a inteligência das crianças e dos homens simples do povo. Nestes dias, que alvorecem tão novos, em que se procura criar o culto da pátria, penso que o primeiro trabalho para isso é fazer a pátria conhecida daqueles que a devem amar. Não se ama uma terra senão quando alguma coisa sagrada a ela nos prende – algum sacrifício, ou alguma tradição

gloriosa. São essas coisas que firmam a nossa existência moral. (POMBO, [19--], p. 3).

A primeira referência ao que viria a ser o estado de Mato Grosso aparece já nas primeiras páginas do livro, mas de forma implícita. No capítulo IX, intitulado “Os índios”, após descrever homogeneamente as práticas culturais dos indígenas brasileiros, considerando-os atrasados, selvagens, supersticiosos e sempre dados à guerra, o autor, enfatizando esse último aspecto, encerra seu discurso com a seguinte máxima: “Entre os selvagens isso era natural. Só o homem civilizado é que confia mais na razão que na força, e resolve tudo pelo direito e não pelas armas”. (POMBO, [19--], p. 29).

Feito isso, Rocha Pombo apresenta algumas ilustrações sobre os indígenas brasileiros, porém usando imagens de etnias que habitavam o território de Mato Grosso (Guaicurus e Bororos) descritos e pintados em telas por naturalistas estrangeiros que visitaram terras mato-grossenses durante suas expedições científicas, principalmente entre meados do século XIX e início do XX. Pombo não fez menção a nada disso, nem ao povo e tampouco à sua origem.



Figura 10 – Guaicurus em guerra ou *Carga de Cavalaria Guaicuru* (1822), de Jean-Baptiste Debret.
Fonte: POMBO, [19--], p. 29.

Nossa Pátria é um livro recheado de ilustrações, no entanto seu uso foi meramente ornamental, pois não há uma explicação detalhada sobre seu significado, talvez por se destinar “à inteligência das crianças e dos homens simples do povo”, o autor tenha desprezado exposições mais aprofundadas para a compreensão dos fatos pelo incauto leitor.

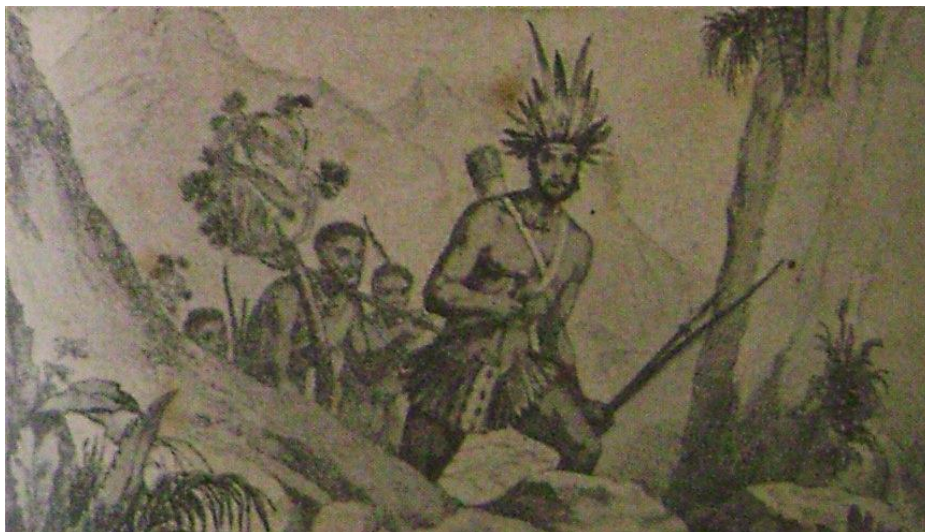


Figura 11 – Bororos guerreando ou *Chefe dos Bororenos* (1838), de Jean-Baptiste Debret.
Fonte: POMBO, [19--], p. 29.

As ilustrações expostas, baseadas claramente no binômio selvagem *versus* civilizado e/ou primitivo *versus* avançado, serviram para reforçar a representação indígena de povo feroz e violento, sempre disposto a guerrear. Ao longo do livro, enquanto os heróis nacionais, em grande parte membros das forças militares, foram apresentados em bustos e poses imponentes, dissimulando a violência das guerras civis travadas dentro de território, sendo que os indígenas foram apresentados empunhando armas. Considerando-se que, naquela época, a população indígena em Mato Grosso era uma das maiores do país, a comparação tornou-se inevitável. Outro momento em que as questões históricas mato-grossenses estão presentes em *Nossa Pátria* é no capítulo XXIV, intitulado “Os bandeirantes”, cuja figura é elevada à categoria de herói, em contraposição aos indígenas, classificados como um possível inimigo, tal como os espanhóis:

Havia muita coisa a temer no interior, que ninguém sabia o que era, e de onde se contavam coisas extraordinárias. Além dos bichos estranhos que por lá se encontravam, como serpentes imensas, jacarés, tigres e outros, **havia ainda o perigo dos índios, e o risco de encontro com os espanhóis**, que iam entrando pelo rio Paraguai. [Os bandeirantes] Iam, assim, combatendo os índios, guerreando com os espanhóis, descobrindo e explorando terras que estavam desconhecidas. (POMBO, [19--], p. 76-77).

Encarar o interior, desbravar a floresta, vencer o inimigo selvagem, para Rocha Pombo, era algo que se comparava às aventuras das grandes navegações dos séculos XV e XVI. Para ele, os bandeirantes dispunham da mesma coragem daqueles que “saíam para os mares descobrindo e conquistando novas terras”. (POMBO, [19--], p. 78). Desse modo,

apesar de não citar nome de qualquer bandeirante, deixou claro que eles eram dignos de culto pelos brasileiros de sua época.



Figura 12 – Uma Bandeira, a caminho do sertão ou *Serra das Orguas* (1835), de Johann Rugendas.
Fonte: POMBO, [19--], p. 76.

Segundo Baczko (1985), para que uma sociedade exista e se mantenha coesa, é preciso que os agentes sociais acreditem na superioridade do fato social sobre o fato individual que dá sentido a certa consciência coletiva, isto é, que se crie um conjunto de crenças comuns que expressem o sentimento de existência da coletividade. Talvez seja por isso que Rocha Pombo tenha ignorado o nome dos principais bandeirantes e somente tenha dado ênfase aos seus feitos nos primórdios da civilização brasileira.



Figura 13 – *Partida da Monção* (1897), de José Ferraz de Almeida Júnior.
Fonte: POMBO, [19--], p. 77.

O que interessou para Pombo, em *Nossa Pátria*, foram as conquistas dos bandeirantes na formação do território nacional, visto que responsáveis pela grandeza do Brasil, pois, nas suas andanças, foram penetrando em terras antes pertencentes à Coroa espanhola:

Eles formavam expedições poderosas e saíam para os sertões, por onde passavam às vezes anos e anos em trabalhos e lutas sem conta. Eles formavam expedições poderosas e saíam para os sertões, por onde passavam às vezes anos e anos em trabalhos e lutas sem conta. Essas expedições chamavam-se “bandeiras”, “bandeirantes” os heróis que as formavam. Tinham alguma coisa de parecidas com aquelas expedições que nos séculos XV e XVI saíam para os mares descobrindo e conquistando novas terras. Muitos desses paulistas ficavam mesmo vivendo no interior, onde fizeram grandes fortunas, principalmente depois que descobriram muito ouro, sobretudo nos territórios que hoje formam os Estados de Minas, Goiás e Mato Grosso. Foi assim que os paulistas tornaram o Brasil muito maior do que era; porque depois o rei da Espanha teve de reconhecer as conquistas que eles fizeram em terras que de direito lhe pertenciam. (POMBO, [19--], p. 78-79).

Nas páginas seguintes do livro pouca coisa se tem a respeito das questões históricas mato-grossenses. Algumas linhas sobre os conflitos que ocorreram durante o período regencial (no capítulo XXXVI, intitulado “O governo da regência”) e outras poucas linhas sobre a participação de Mato Grosso na guerra contra o Paraguai (1864-1870), no capítulo XL, intitulado “Vamos agora libertar o povo paraguaio”. Em ambos, Mato Grosso (quando é apresentando) surge como mero coadjuvante no processo de construção da unidade nacional e da formação do sentimento patriótico. Na proposta de valorização dos feitos dos “grandes heróis” do passado nacional, os nomes de expressão na política e economia da região de Cuiabá e seu entorno são simplesmente ignorados.

Nas linhas seguintes será analisado outro livro do mesmo autor, *História do Brasil para o ensino secundário* – com muitos mapas históricos e gravuras explicativas –, originalmente publicado pela editora Weiszflog Irmãos, em 1918. Ao todo, o livro mereceu 21 edições, sendo a última datada de 1941 (MOREIRA, 2011).

O exemplar analisado de *História do Brasil para o ensino secundário* é o da terceira edição, publicado em 1919, com 300 páginas, subdivididas em 84 seções, incorporando 196 gravuras.



Figura 14 – *História do Brasil para o ensino secundário* (1919), de Rocha Pombo.
Fonte: Acervo do Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso.

Nesse livro, Rocha Pombo segue a mesma orientação do *Nossa Pátria*, ou seja, seu caráter mais marcante é a formação do sentimento patriótico e a valorização dos feitos dos “grandes heróis” do passado nacional – proposta que legitimaria o poder das elites litorâneas:

É necessário criar entre nós, antes de tudo, o gosto pela nossa história – sem o que, não haverá esforço que levante o nosso espírito de povo. O que é preciso para isso, a meu ver, é ir começando por aliviar da massa dos fatos o contexto histórico, reduzindo a narração aos sucessos mais significativos, de modo a esclarecer a consciência, a infundir sentimento, poupando o mais que for possível a memória. E depois, aqueles que desejarem entrar mais fundo nas causas e mais amplamente nos assuntos – que recorram as mais largas fontes. (POMBO, 1919, p. 3).

Mato Grosso só será tratado efetivamente no contexto da guerra contra o Paraguai (1865-1870), sendo que, antes disso, o nome do estado de Mato Grosso não aparece em lugar algum. Assim como aconteceu no livro *Nossa Pátria*, as questões históricas mato-grossenses ficaram subentendidas.

No capítulo LIV, intitulado “Exploração do interior: Os bandeirantes”, Pombo ainda mantém a mesma representação construída no livro *Nossa Pátria*, ou seja, de homens destemidos, que enfrentaram todo tipo de perigo para alargar as fronteiras territoriais do que viria a ser o Brasil:

Só do terceiro quartel do século XVII em diante é que se vão invadindo afoitamente os vastos sertões de oeste. Esse grande serviço se deve, sobretudo, às numerosas expedições de aventureiros que, com proverbial audácia e paixão cavalheiresca, se internavam nas florestas desconhecidas, batendo-as em todas as direções, explorando vales, montanhas e rios. Essas expedições tinham o nome de *bandeiras* e eram dirigidas por chefes de prestígio e de valor, os quais às vezes assalariavam seus mercenários, ou lhes faziam promessas de vantagens excepcionais dependentes do êxito da aventura. (POMBO, 1919, p. 136-137).

No entanto, em um ponto Rocha Pombo se distancia do já citado livro. Em *História do Brasil para o ensino secundário*, reconhece que os bandeirantes, ao longo de suas jornadas pelo interior do Brasil, cometiam toda sorte de violência para alcançar seus objetivos, que entre os principais era a escravização dos indígenas:

O intuito dos *bandeirantes* era de descobrir e conquistar tesouros fabulosos, de que se falava tanto naqueles tempos, encerrados no interior dos sertões. Além do ouro, da prata, da esmeralda, do diamante e outras pedras preciosas, sonhavam com fantásticos cabedais em cumes de montanhas, domínio de princesas encantadas, ou de gênios terríveis. De tudo isso, corriam lendas maravilhosas, que andavam inflamando as imaginações. **E se viessem a desiludir-se de semelhantes prodígios, contariam sempre com o proveito seguro da caça ao gentio, negócio que naqueles tempos era tão lucrativo como o dos negros da África.** E era isso, afinal, o que em regra acontecia: as *bandeiras* voltavam dos sertões, ao cabo de longos meses, e até anos, de aventuras, arrastando manadas de cativos. (POMBO, 1919, p. 138-139, grifo do autor).

Porém, a violência que esses heróis empreenderam para a conquista do oeste era justificada pelo resultado da obra. Como diria Maquiavel: os fins justificaram os meios:

É fácil conceber as violências, as desordens, os horrores cometidos por aqueles bandos, estimulados pela ambição de fortuna. Entre os próprios aventureiros davam-se frequentes rixas e discórdias, que não terminavam, quase nunca, sem o sacrifício de alguns. Mas, os mais horríveis dramas eram os que se passavam entre a louca temeridade do caçador de homens e a ferocidade do bárbaro, aguçada pela força e pela perfídia. Não raro, tomava os míseros selvagens contra os seus as vinditas mais tremendas, que bem se mediam pela enormidade dos excessos com que lhes andavam acordando o instinto do sangue. O que é inegável, apesar de tudo, é que essas expedições prestaram à colonização do país os mais relevantes serviços, sem os quais não seria possível o povoamento do interior. (POMBO, 1919, p. 139-140).

A única e, também, última vez que Mato Grosso é apresentado explicitamente em *História do Brasil para o ensino secundário*, se dá no contexto da guerra contra o Paraguai (1865-1870). Apesar de ser representado como um lugar distante e de difícil acesso, território

de rala população, o autor se esforça para dar maior visibilidade, afastando o estigma de terra incivilizada. Desse modo, descreve o espaço urbano do território mato-grossense citando, inclusive, os pontos aglomerações importantes para época, tais como Miranda, Dourados e Corumbá. A tudo isso ele acrescenta certa disposição patriótica nas populações desses lugares, principalmente, quando resistiram à invasão do das tropas paraguaias:

Em janeiro (1865) achavam-se, pois, os paraguaios senhores de todo o sul da nossa longínqua e desventurada província, onde estabeleceram logo uma administração provisória. Os mandatários de Lopes, ao mesmo tempo que usavam largamente do seu direito de saque, tentaram inspirar simpatias aos míseros habitantes do território invadido, o qual o ditador considerou logo incorporado aos seus domínios. Não produziu, porém, o efeito calculado a tática dos invasores; e Barrios não pode estender para o norte as suas conquistas. (POMBO, 1919, p. 240).

Rocha Pombo era um republicano convicto e sua escrita evidencia claramente isso. Nas linhas dos livros analisados, *Nossa Pátria e História do Brasil para o ensino secundário*, deixa transparecer o sentimento de nacionalismo ufanista, típico das elites litorâneas do período em análise (1889-1930). Porém, no que diz respeito ao estado de Mato Grosso, Rocha Pombo insistiu em apresentá-lo a partir de um conjunto de representações que o caracterizava como sendo um território distante, violento e pouco civilizado.

3.4 Feliciano Pinheiro Bittencourt

Sobre a biografia de Feliciano Pinheiro Bittencourt, sabe-se que nasceu em 9 de junho de 1854, na freguesia de Santa Maria da Boca do Monte, província do Rio Grande do Sul. E, em 1878, formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (CARULA, 2007).

Na Corte imperial atuou como médico e lecionou em diversos colégios, tendo sido lente catedrático da Escola Normal do Distrito Federal, onde lecionou Pedagogia; professor de História e Geografia do Instituto Comercial; diretor de Escola Primária do Sexo Masculino de 2º grau, onde, também, lecionou as disciplinas de Ciências Físicas e História Natural. Ainda, foi membro do Conselho Superior de Instrução Pública da Diretoria Geral de Instrução Pública.

Dentre as associações e sociedades científicas e culturais, foi membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (atual Sociedade Brasileira de Geografia), onde exerceu o cargo de primeiro secretário, em 1890. No Instituto Histórico Geográfico Brasileiro ocupou o cargo de segundo secretário e, no ano de 1895, integrou a comissão de pesquisas em

etnografia e arqueologia do Brasil. Foi membro, também, da Associação Promotora da Instrução Pública do Rio de Janeiro.

Na imprensa, foi colaborador do jornal *O Apóstolo*, onde publicou artigos contrários às teorias do naturalista inglês Charles Darwin³³. Participou ativamente das *Conferências Populares da Glória*, entre os anos 1873 e 1880, no Rio de Janeiro, onde proferiu 27 delas. Em 1879, Bittencourt apresentou 15 conferências, discorrendo sobre temas diversificados (bebidas, higiene, eletricidade médica, exercícios físicos), todas inseridas na área de sua formação, a Medicina (CARULA, 2007).

Na literatura didática, produziu diversas obras, tais como: *Resumo de História Geral e do Brasil* (1900), *Compêndio de Geografia Geral* (1907), *Elementos de História do Brasil* (1907), *Compêndio de Pedagogia Escolar* (1908), *Compêndio de Corografia do Brasil* (1909), sendo este último encontrado na “Coleção Amidicis Diogo Tocantins”, no acervo de obras raras da Biblioteca Central da Universidade Federal de Mato Grosso³⁴.



Figura 15 – *Compêndio de Corografia do Brasil* (1911), de Feliciano Pinheiro Bittencourt.
Fonte: Acervo de obras raras da Universidade Federal de Mato Grosso.

³³ Charles Darwin (1809-1882) propôs uma teoria para explicar os processos de evolução das espécies. O princípio básico de sua teoria é o de que todas as espécies de plantas e animais são descendentes de uma forma primitiva de vida e, também, que em uma comunidade populacional somente prosperarão seus membros mais adaptados ao meio em que vivem.

³⁴ Não foram encontradas evidências documentais que comprovem a utilização desse livro nas escolas mato-grossenses, porém, sua procedência, sendo parte da coleção particular de Amidicis Diogo Tocantins, importante intelectual cuiabano, e as anotações em diversas páginas do livro que aludem aos anos de 1913 e 1914, feitas por Francisco Augusto Pinto Júnior, fornecem pistas de uma possível utilização no período que interessa à presente pesquisa.

O livro que será aqui analisado é a terceira edição do *Compêndio de Corographia do Brasil*, publicado em 1911 pelas editoras *Francisco Alves e Aillaud & Bertrand* (ao todo, até 1925, foram oito edições, sempre pela mesma editora). O exemplar é constituído de 386 páginas, com diversas ilustrações e fotografias, subdividas em três seções bem detalhadas:

1ª Seção: **etnografia brasílica; estrutura geológica; flora e fauna; climatologia e salubridade** do país. 2ª Seção: Geografia geral do Brasil dividida em duas partes: a) **Estudo do litoral, hidrografia, orografia;** b) **divisão política, população; agricultura, indústria, comércio; viação férrea, navegação, correios e telégrafos; imigração; Governo Federal, divisão eclesiástica.** Isto feito, para dar um conjunto da geografia geral do Brasil, entraremos na descrição particular de cada Estado da União, formando assim a 3ª Seção. O texto será acompanhado das respectivas cartas [geográficas]. (BITTENCOURT, 1911, p. 3, grifos do original).

O livro apresenta uma parte específica para a História e Geografia de Mato Grosso, incluindo cinco fotografias e uma representação cartográfica do estado.

Quando da publicação do seu trabalho, Feliciano Bittencourt propôs uma remodelagem dos compêndios de Geografia. Para ele, os antigos livros didáticos traziam informações incoerentes e incompletas sobre os territórios nacionais. Isso acontecia porque seus autores usavam, segundo ele, fontes pouco confiáveis, causando à bibliografia didática aspecto de atrasada, falha e errônea:

[...] o que existe publicado sobre a nossa corografia, já quase não corresponde ao estado atual do país, que tem caminhado muito nestes últimos anos. Com efeito, a “**Corografia Brasílica**” de Ayres do Casal apareceu na primeira fase do século passado; hoje serve apenas de fonte de informações para as coisas d’aquele tempo. Na segunda fase do mesmo século, em 1873, o Dr. Joaquim Manuel de Macedo publicou as “**Noções de Corographia do Brasil**”, em dois pequenos volumes, que atualmente carecem de importância. Também os valiosos trabalhos do incansável Dr. Moreira Pinto, apesar de mais recentes, deixam muito a desejar. Parece-nos, pois, ter todo o cabimento um livro em que o Brasil atual seja descrito com inteira verdade, procurando-se tornar bem patente aos olhos do mundo culto todo o imenso progresso que lhe trouxe o regime republicano. (BITTENCOURT, 1911, p. 2, grifos do original).

Republicano convicto, Bittencourt assumiu a tarefa de produzir um livro didático que apresentasse as benesses do novo regime político. Porém, na busca da “verdade” dos fatos, o autor percebeu que “uma das maiores dificuldades para um trabalho consciencioso é a falta de dados estatísticos rigorosamente exatos, indispensáveis, aliás, para quaisquer estudos geográficos ou históricos. Neste particular está quase tudo por fazer em nosso país”.

(BITTENCOURT, 1911, p. 2-3). Somente em 1934, durante o governo de Getúlio Vargas, seria criado o *Instituto Nacional de Estatística* (denominação original do atual *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* – IBGE).

Refletindo sobre a situação em que se encontravam os registros oficiais sobre a realidade brasileira naquele momento, ele lamenta:

Andamos, pois, **às cegas** no que diz respeito à população, movimento comercial, industrial e econômico, tendo necessidade de catar aqui e ali em fontes diversas e deficientes, informações que nos guiem em meio do cipoal de incertezas em que nos debatemos em busca da verdade. (BITTENCOURT, 1911, p. 3, grifos do original).

Segundo Bittencourt, o Brasil tinha uma imagem negativa no exterior, a qual precisava de reparos e, se no passado o país foi considerado como “terra de Botocudos”, no presente estava a par dos progressos experimentados pelas grandes nações civilizadas do Velho Mundo, porque o Brasil era uma república. Porém, a efetivação por completo das benesses do novo regime encontrava um obstáculo, isto é, a transformação educacional do país e a consequente erradicação do analfabetismo:

Não é certamente tarefa fácil, pois o nosso país tem passado por notáveis transformações, tanto materiais como políticas e sociais. O que há sobre Geografia pátria, já, em grande parte, não satisfaz às exigências modernas, ao extraordinário progresso que o Brasil tem feito nestes últimos 21 anos, após a implantação do novo regime político, resultante da revolução triunfante de 15 de Novembro de 1889. Aos olhos do observador imparcial, ao investigador consciencioso, certamente não pode passar despercebido o caminhar do Brasil a largos passos pela senda do progresso, acompanhando galhardamente a evolução geral da humanidade. É já hoje impossível passar o nosso país, perante as nações cultas, como terra de **botocudos**. Mas por isso mesmo, suas condições materiais, econômicas e financeiras, suas vias de comunicação terrestres, marítimas e fluviais, sua força armada, sua indústria e comércio, tudo, enfim, tem experimentado o influxo benéfico da expansão civilizadora. Infelizmente a todo esse desenvolvimento material mal corresponde a cultura intelectual. Ainda campeia ovante o **analfabetismo** nas classes populares, retardando a marcha da locomotiva do progresso. O problema da educação nacional é momentoso, e tem forçosamente de impor-se ao estudo e meditação dos estadistas republicanos, responsáveis diretos pelos futuros destinos desta grande pátria. Todos, porém, devem cooperar para o adiantamento da instrução. A imprensa, a tribuna, as conferências públicas, os livros didáticos, muito podem conseguir em tal assunto. Por nossa parte procuramos carregar algumas pedras para o monumento, aproveitando o tempo que nos sobra do exercício ativo do magistério, para a confecção de algumas obras que sirvam à mocidade estudiosa. (BITTENCOURT, 1911, p. 1-2, grifos do original).

Como dito anteriormente, Feliciano Bittencourt dividiu seu trabalho em três seções. A primeira, com cinco capítulos, apresenta de modo disperso a etnografia e geologia brasileira, sua fauna, flora, clima e salubridade. A segunda, dividida em duas partes, enfoca, na parte I, a geografia física com seus portos, baías, ilhas e cabos do litoral e, também, a hidrografia e a orografia do país.

Ainda na segunda seção, parte II, da geografia política do país, expõem as transformações econômicas e sociais advindas da modernidade. Nesse caso, o autor dá ênfase ao estado de São Paulo, ampliando a discussão para os estados que tiveram experiências semelhantes.

Em ambas, como ocorreu nos livros didáticos analisados anteriormente, pouca coisa foi escrita sobre Mato Grosso. O autor esteve tão preocupado em apresentar os “sinais da civilização” característicos do desenvolvimento econômico da região do litoral, em especial São Paulo. Quando expôs algo sobre Mato Grosso o fez sempre associado às questões de curiosidade da natureza (fauna e flora) ou dos recursos naturais a serem explorados no interior do Brasil.

Mato Grosso foi efetivamente apresentado na terceira seção do livro, da *Geografia particular dos Estados*.

Feliciano Pinheiro Bittencourt, no seu *Compêndio de Corografia do Brasil*, começa a descrição do território mato-grossense por um resumo. Os principais pontos abordados por ele foram: a descoberta do ouro, em 1719, pelos paulistas Pascoal Moreira Cabral, João Antônio Maciel e Fernando Dias Falcão; a visita do capitão-general de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, em 1726, para a regularizar a arrecadação dos impostos sobre o ouro encontrado para a Coroa portuguesa, e a consequente fundação da Vila do Cuiabá, em 1727; a criação da Capitania de Mato Grosso, em 1748, e a nomeação de seu primeiro capitão-general Antônio Rolim de Moura; a criação da primeira capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, e sua posterior transferência para Cuiabá, em “1820”.

Segundo Bittencourt (1911, p. 337), “por motivo de higiene, foi a capital mudada para Cuiabá, em 1820”. No entanto, a mudança ocorreu, legalmente, apenas em 1835, mais por questões de estratégias comerciais do que pela salubridade. Antes disso, entre 1820 e 1834, se deu uma ferrenha disputa pela condição de sede do governo provincial, entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá. Quando reconhecida a supremacia política desta, intensifica-se o processo de decadência econômica e populacional de Vila Bela, antiga capital de Mato Grosso (SENA, 2006).

O autor, ainda no resumo histórico do estado, discorre sucintamente sobre a Guerra do Paraguai (1865-1870) e sobre a condição política de Mato Grosso nos primeiros anos da República. Segundo ele, “com a proclamação da república, a 15 de novembro de 1889, Mato Grosso passou a ser um dos Estados da União, tendo sido, entretanto, teatro de diversas sedições, originadas de porfiadas lutas políticas”. (BITTENCOURT, 1911, p. 338).

Importante destacar que Mato Grosso, entre os anos 1889 e 1906, foi convulsionado por violentos conflitos armados entre as facções das elites locais. As “revoluções”, como ficaram conhecidos tais embates políticos, protagonizados pelas elites locais, acarretaram dezenas de mortes violentas, chacinas, linchamentos, culminando com o assassinato do presidente do Estado, o usineiro Coronel Antônio Paes de Barros (Totó Paes).

Justamente no momento em que o novo regime se apresentava como sinônimo de modernidade no plano das instituições políticas, Mato Grosso repercutia no Congresso Federal e nas páginas dos principais jornais, do Rio de Janeiro e de São Paulo, mais pela violência do seu povo do que pelas qualidades naturais do seu solo. Tais notícias fortaleceram as representações negativas sobre a região.

Segundo Galetti (2012, p, 267), além da violência,

[...] às costumeiras referências ao atraso econômico da região e suas fantásticas possibilidades de futuro, somavam-se então, as de um Mato Grosso perigosamente incivilizado, e sua elite política passava a ser vista, explicitamente, como portadora de qualidades raciais indesejáveis, de certa forma igualada aos índios e bugres que habitavam o seu território.

Dentro do contexto educacional, ao que interessa à presente pesquisa, segundo Sá e Sá (2011. p. 29), em Mato Grosso, esta “busca pelo poder gerou, em determinados momentos, lutas armadas nos bairros da Capital e no interior do estado, abalando significativamente a instrução pública, devido ao pânico que se instaurava entre a população”. O que significava a suspensão das aulas e atraso do processo de escolarização dos estudantes mato-grossenses.

Bittencourt, ignorando maiores informações sobre os aspectos sociais do povo mato-grossense, seguiu a exposição apresentando seus limites territoriais e os diversos pontos que marcaram suas fronteiras frente aos seus vizinhos (Paraguai, Bolívia, Amazonas, Pará, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná). Adiante, tece algumas considerações particulares sobre Mato Grosso que reforçavam-no enquanto uma terra distante, desconhecida, sem vias de comunicação que encurtassem as imensas distâncias que o separavam do litoral civilizado, sem braços para o trabalho e sem investimentos de capitais para explorar suas riquezas naturais. Porém, diferente dos autores analisados anteriormente, Bittencourt vislumbrava um

futuro próspero de progresso para o estado, desde que suas imensas riquezas naturais fossem devidamente exploradas pelas “pessoas certas”:

O Estado de Mato Grosso é que verdadeiramente se pode chamar *um Estado do futuro*. Sim, porque é um dos menos conhecidos no estrangeiro, e mesmo no Brasil. No entanto sua imensa superfície excede ao dobro do território da França. Do que Mato Grosso principalmente necessita é de população, e diminuição das distâncias pelas vias de comunicação. Feita uma propaganda sistemática e racional da riqueza desse vasto território, os colonos certamente afluirão e seu trabalho será generosamente recompensado. (BITTENCOURT, 1911, p. 340, grifo do original).

Algumas imagens seguem-se ao texto, mas sem qualquer conexão objetiva com a escrita. Percebe-se, no entanto, que o autor buscou apresentar cenas com construções, barcos, pontes, chafariz, espaços de lazer e, também, um posto fiscal da alfândega (estas imagens têm um duplo sentido, pois, ao mesmo tempo em que mostrava a importância do comércio internacional mato-grossense, evidenciava a presença fiscalizadora do governo na região), imagens que aludem ao estágio de civilidade que se encontrava Mato Grosso naquele momento.



Figura 16 – Mato Grosso (Cuiabá).
Fonte: BITTENCOURT, 1911, p. 338.

Quanto à superfície do estado de Mato Grosso, o autor destaca:

É de 1.378.783 kil. quadrados podendo comportar uma população de 140.000.000 de hab. A área do Estado tornou-se menor em virtude da cessão de terras feitas à Bolívia pelo tratado de Petrópolis. Ainda assim ocupa o segundo lugar entre os Estados do Brasil, quanto à superfície, que é igual às da França, Alemanha e Itália reunidas. (BITTENCOURT, 1911, p. 341).

Esta visão sobre as possibilidades populacionais de Mato Grosso não foi exclusividade de Bittencourt. Durante muito tempo foram comuns referências ao enorme território mato-grossense, onde se distribuíam, irregularmente, uma escassa população, na qual predominavam os índios “selvagens” e caboclos “indolentes”, que sobrepujavam a diminuta classe proprietária, quase sempre identificada como carente de espírito empreendedor (GALETTI, 1995). Com isso, eram comuns, entre os intelectuais, mato-grossenses ou não, as conjecturas de possibilidades populacionais para o espaço do estado.

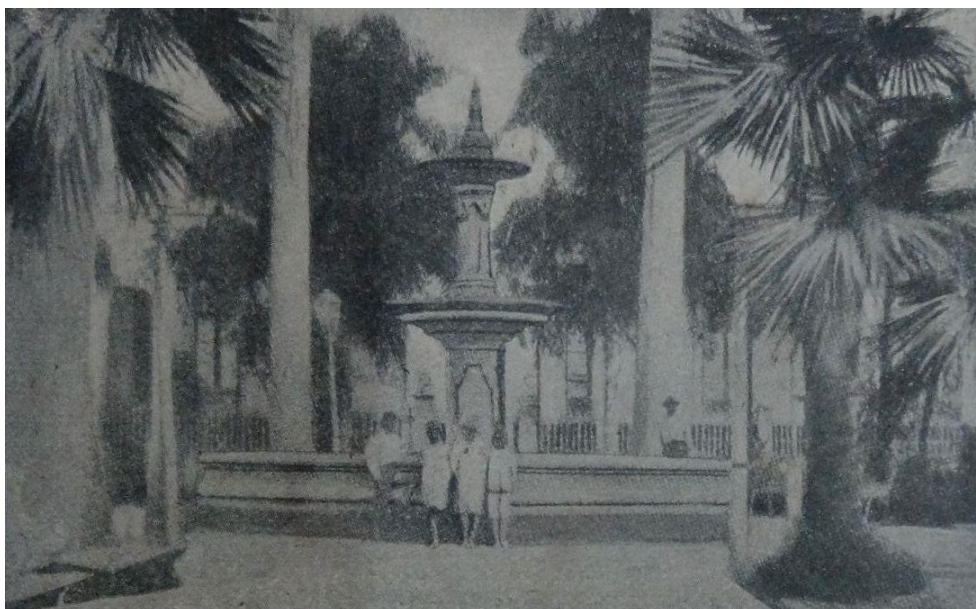


Figura 17 – Trecho do Passeio Público de Cuiabá.
Fonte: BITTENCOURT, 1911, p. 339.

Nas linhas seguintes, o autor descreve os aspectos físicos, o clima e a salubridade do estado que, na época, compreendia os atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e parte de Rondônia. Após analisar as diversas serras e montanhas, rios e lagoas, assegura que em Mato Grosso “o clima é ameno e geralmente salubre, exceto nas regiões alagadiças onde reina a malária endemicamente; a média normal da temperatura nunca excede de 29°; as epidemias são raras, e a febre amarela jamais apareceu naquela região”. (BITTENCOURT, 1911, p. 341-342).

Quando se lê o livro *Compêndio de Corographia do Brasil*, a sensação que se tem é que o autor elaborou um discurso de propaganda sobre as vantagens de se ocupar o território mato-grossense. Ele tentou, por vezes, aliviar as representações negativas sobre o estado, construídas há longa data, como é o caso da insalubridade e do clima escaldante. Desse modo, em alguns momentos, as representações construídas por ele aproximam-se daquelas produzidas pelos intelectuais mato-grossenses do período. O ponto de divergência foi a ênfase dada justamente ao povo mato-grossense. Enquanto a elite cuiabana se esforçava por contruir uma genealogia histórica que validasse sua legitimidade política, na obra de Bittencourt a presença desses sujeitos é quase nula.



Figura 18 – Mato Grosso (Trecho de Cuiabá).
Fonte: BITTENCOURT, 1911, p. 341.

Adiante, apresenta a divisão administrativa do estado de Mato Grosso, seus municípios e distritos. Para o autor, Cuiabá era uma cidade alegre, de quase 20 mil habitantes, com ruas largas calçadas com pedra cristal e com bons edifícios, porém carecia de bibliotecas e teatros, símbolos de progresso e civilidade; Mato Grosso (atual Vila Bela da Santíssima Trindade) estava quase abandonada por insalubre; São Luís de Cáceres, com seus seis mil habitantes, apresentava algum comércio significativo; Poconé, importante centro comercial de gado; Corumbá, com 10 mil habitantes, tinha um comércio ativo e um posto da alfândega; Santana do Paranaíba, importante centro de indústria pastoril. No total, a população mato-grossense atingia a cifra de 157 mil habitantes. Expostos esses dados, novamente, as referências aos habitantes do território mato-grossense desaparecem da escrita de Bittencourt.

Assim como Macedo e Pombo, as representações sobre Mato Grosso, presentes na obra de Feliciano Bittencourt, foram construídas a partir da apropriação dos discursos dos viajantes estrangeiros, de intelectuais e dirigentes oficiais brasileiros daquele período, já que não há relato de possível visita dos autores ao território mato-grossense. Talvez a originalidade do livro didático de Bittencourt esteja na ênfase dada ao discurso de propaganda sobre as vantagens de se ocupar o território mato-grossense, porém, tal tema já havia sido abordado por outros³⁵.



Figura 19 – Mato Grosso (Trecho de Corumbá).
Fonte: BITTENCOURT, 1911, p. 343.

Apropriando-se, então, destas representações sobre as carências de Mato Grosso e os atributos que garantiriam um grande futuro para a região, Bittencourt apresenta em seu livro didático os motivos do atraso da economia mato-grossense, a saber: a falta de braços e de estradas de ferro. Segundo ele, o governo da República, no intuito de tirar a região do atraso, já estava construindo as vias de comunicação que a ligariam ao restante do país. Assim sendo, no ano de publicação do livro (1911), como consequência das políticas do governo republicano, Mato Grosso tinha linhas regulares de vapores nos rios Paraguai, Guaporé, Mamoré; uma estrada de rodagem ligando o rio Guaporé ao rio Jaurú, que conectaria as bacias do rio Amazonas e do rio da Prata; e, também, em adiantado processo de construção,

³⁵ Segundo Galetti (2012, p. 285), Maria da Glória Pereira Leite, viúva do Barão de Vila Maria, em opúsculo produzido para Deodoro da Fonseca, então presidente da República, apresentou um retrato das carências de Mato Grosso e os atributos que garantiriam um grande futuro para a região. Sobre o assunto: Vila-Maria, Baronesa. *A extinta província de Mato Grosso poderá por si só constituir-se Estado?* Rio de Janeiro: [s. n.], 1890.

uma estrada de ferro entre os rios Madeira e Mamoré³⁶. Graças a essas melhorias estruturais, o estado de Mato Grosso estava mais perto de conquistar o melhor para si, ou seja, os braços fortes que explorariam as riquezas brutas de suas terras.

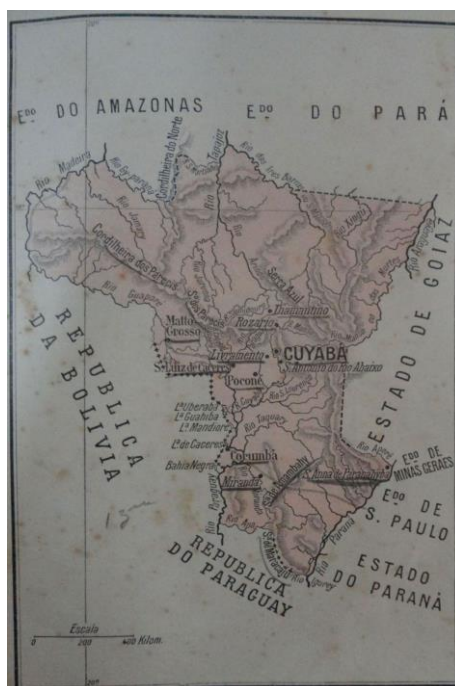


Figura 20 – Estado de Mato Grosso.
Fonte: BITTENCOURT, 1911, s.p.

Quanto à Instrução Pública de Mato Grosso, considerada a efetivação das benesses civilizatórias do novo regime, Bittencourt (1911, p. 349-350) apresenta-a dividida em Primária (Elementar e Complementar) e Secundária. Sendo que a Primária Elementar funcionava nas escolas da capital, cidades e vilas do interior, em estabelecimentos distintos para o sexo masculino e feminino, e, nas freguesias, em escolas mistas. A Primária Complementar funcionava somente na capital e cidades maiores, em escolas distintas para o sexo masculino e feminino. A Instrução Pública Secundária funcionava no Liceu Cuiabano, equiparado ao Ginásio Pedro II.

Ainda havia a instrução de ensino particular, que contava com o Liceu Salesiano de Artes e Ofícios, também equiparado ao Ginásio Pedro II, o Colégio São Sebastião, o Ateneu Cuiabano, o Colégio Americano, todos na capital; o Colégio Santa Tereza, em Corumbá; o

³⁶ Pelo Tratado de Petrópolis (1903) o governo boliviano conferiu ao Brasil a posse do território do Acre, e, em troca, o governo brasileiro se comprometeu a construir uma ferrovia que facilitasse o acesso da Bolívia ao oceano Atlântico. A construção da *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré* teve início em 1907, sendo seu último trecho concluído em 1912, ficando a ferrovia incompleta pelo grande número de mortes dos seus funcionários, seja devido à malária ou pelas dificuldades dos terrenos.

Colégio Costa Pereira, em Cáceres; e, o Colégio Colombo, em Miranda. Segundo Bittencourt (1911, p. 349), “em 1909 funcionavam 104 escolas primárias no estado”.

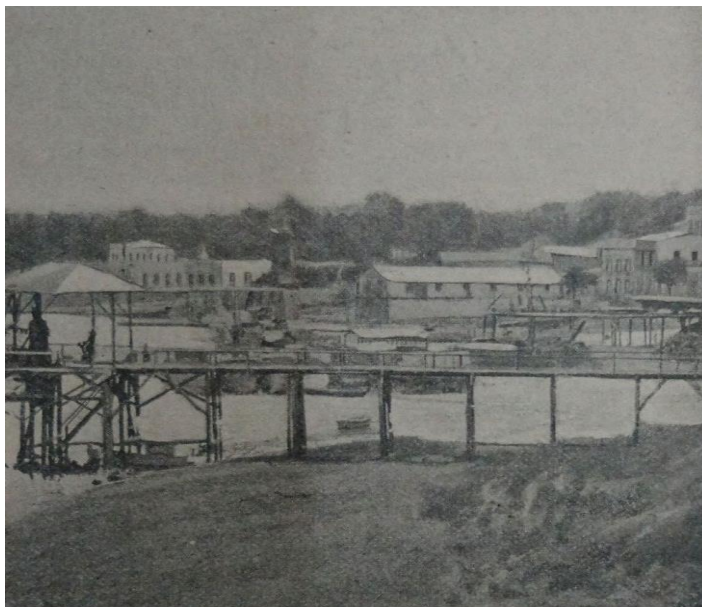


Figura 21 – Ponte da Alfândega de Corumbá.
Fonte: BITTENCOURT, 1911, p. 347.

Dentro de uma perspectiva de balanço geral da situação de Mato Grosso naquele momento histórico, Bittencourt encerra suas conclusões com as seguintes proposições:

As riquezas naturais são prodigiosas, tanto pela abundância como pela diversidade. A terra é das mais férteis que se conhecem, permitindo duas até três colheitas por ano. Todavia, apesar dessa fertilidade os habitantes, em número reduzido, são forçados a pedir aos Estados vizinhos produtos que o solo natural lhes poderia fornecer. A uberidade das terras de Mato Grosso, a salubridade de seu clima, e a abundância de seus tesouros subterrâneos são indiscutíveis. Com efeito, certos Estados do Brasil se especializam por esta ou aquela cultura – cacau, café ou borracha. O solo de Mato Grosso produz tudo que a agricultura abrange. Quer se trate de cereais, da cana de açúcar, do café, da vinha, da borracha ou do fumo, a terra se mostra igualmente fértil. A região dos plantios, que representa dois terços do seu território, é a mais fecunda: o clima aí é particularmente ameno, e florestas imensas, ainda inexploradas, são reservas de incalculável fortuna. (BITTENCOURT, 1911, p. 345-346).

Feliciano Bittencourt exibiu Mato Grosso como um lugar de terras férteis, que “produz tudo que a agricultura abrange”. Região adequada ao cultivo da cana-de-açúcar (cultura altamente valorizada naquele momento), pois seus solos não se fatigavam de produzir sempre a mesma planta, ainda que a lavoura se repetisse por vinte anos consecutivos. Talvez

por analogia ao Egito, que a história eternizou com um lugar onde a fertilidade do solo se refaz naturalmente, o autor pondera dizendo que, em Mato Grosso, suas “cheias periódicas recuperam as propriedades fertilizantes do solo” e, deste modo, “a colheita seguinte não é menos abundante” (BITTENCOURT, 1911, p. 345-6). Portanto, considerava-o um pedaço do Brasil onde produtos com alto valor no mercado internacional, tais como a poaia, borracha, mate, cacau, podiam ser encontrados em estado bruto nas florestas.

Talvez com o intuito de atizar a cobiça do leitor e fazê-lo se interessar pelas possibilidades econômica de Mato Grosso, o autor reforçou sua representação como um lugar onde as riquezas do subsolo eram infinitas. Para ele, os antigos centros de mineração estavam abandonados, sendo que ainda existiam “muitas fortunas a extrair dali”: o ouro e as pedras, platina, ferro, cobre, chumbo, manganês etc. Riquezas que o mato-grossense nato não foi capaz de explorar sozinho. Deste modo, a construção da via férrea que, partindo de Bauru, alcançaria Corumbá, ligando Mato Grosso diretamente a São Paulo e, portanto, ao Rio de Janeiro, facilitaria o acesso dos migrantes e imigrantes, do que tanto dependia a prosperidade do Estado. Bittencourt considerava que para serem exploradas as riquezas naturais de Mato Grosso “o que é preciso é que o seu acesso seja facilitado aos imigrantes. Para Mato Grosso, mais do que para qualquer outro Estado, se apresenta palpitante o problema do *povoamento do solo*”. (BITTENCOURT, 1911, p. 348).

Em resumo, Bittencourt apresentou Mato Grosso como um estado rico de recursos naturais, porém com uma população incapaz de explorá-los, seja pela escassez de sua população, mas, sobretudo, pela indolência de seu povo. Em suas terras e seu subsolo era possível produzir e extrair riquezas fabulosas, mas seus habitantes não eram capazes de fazer isso, sozinhos. As poucas vezes que teceu considerações objetivas sobre o povo mato-grossense apresentou-os como pessoas violentas, que mantinham porfiadas lutas políticas. Desse modo, ao longo do seu texto parece que, apesar de numerar os habitantes de algumas cidades e do estado como um todo, a descrição era de um deserto, um região sem habitantes, isto é, uma terra à espera de pessoas para explorá-la.

Mato Grosso, de modo geral nos trabalhos analisados (Macedo, Pombo e Bittencourt), foi representado como uma terra distante, de difícil acesso, de esparsa população violenta e incivilizada, sem vias de comunicação que encurtassem as imensas distâncias que o separavam do litoral civilizado, sem braços para o trabalho e sem investimentos de capitais para explorar suas riquezas naturais. Porém, o último autor apresentou uma visão de melhoras para o estado, desde que não dependesse do povo nativo.

Estas representações partiram do imaginário coletivo das elites litorâneas, afrontando as elites cuiabanas. São estas representações associadas a outros fatores de ordem interna, que levarão à construção de representações locais, que se contraporão às formuladas no litoral: uma verdadeira luta de representações. Se, para Baczko (1985), as representações são uma parte das ideias que constroem um imaginário social, pode-se dizer que as construídas pelas elites cuiabanas e de seu entorno tinha por objetivo a construção de um imaginário que legitimasse o seu domínio político sobre o restante do estado.

E é isso que farão.

4 REPRESENTAÇÕES QUE VÊM DE DENTRO

Há muito tempo, um conjunto de representações sobre Mato Grosso, formuladas por viajantes estrangeiros e por intelectuais e dirigentes brasileiros, integraram o imaginário das elites litorâneas, visto que essas construções foram por eles apropriada no momento em que se referiam a Mato Grosso. Modos de ver a província/estado e suas populações, o que muito incomodava as elites mato-grossenses, visto que taxados de violentas e pouco civilizadas. Na perspectiva de elaborar uma imagem positiva sobre Mato Grosso e seus habitantes, alguns intelectuais locais empreenderam esforços na construção de representações sobre seu passado. Imagens que seriam dignas de culto e passíveis de apropriação em sala de aula pelas novas gerações de mato-grossenses.

Neste capítulo, será apresentada uma análise das representações presentes no livro *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*, de Estevão de Mendonça, que é considerado, por Zorzato (apud FRANCO, 2009, p. 38), como “a primeira publicação destinada a moldar a memória histórica mato-grossense”.

4.1 Estevão de Mendonça



Figura 22 – Retrato de Estevão de Mendonça
Fonte: Loja Maçônica Acácia Cuiabana.

Estevão Anastácio Monteiro de Mendonça, ao longo de sua vida, desempenhou papel relevante na história social e cultural de Mato Grosso. Por isso, antes da análise da citada obra, torna-se importante uma exposição sobre a vida e produção intelectual do autor, com o intuito de se compreender o contexto histórico e intelectual em que sua produção se inseriu.

Nasceu em Santo Antônio da Barra, distrito do atual município mato-grossense de Barão de Melgaço, no dia 25 de dezembro de 1869. Aos onze meses de idade, por motivo de saúde, foi morar com seu tio paterno e esposa, em Cuiabá, onde foi educado e viveu a maior parte de sua vida. Em 1897, transferiu residência para Corumbá para dedicar-se ao comércio, mas a vocação para as letras o fez regressar à Cuiabá e, naquele mesmo ano, aceitou convite para reorganizar o arquivo da Secretaria do Governo do Estado.

Como muitos intelectuais de sua época, foi um homem de múltiplas atividades: servidor público, topógrafo, advogado provisionado, jornalista e professor de História e Geografia no Liceu Cuiabano, instituição onde se tornou catedrático. Nesse estabelecimento de ensino, também, foi nomeado para o cargo de Inspetor Federal.

Na imprensa, fundou diversos jornais em Mato Grosso, entre os quais: *A Vespa* (1889); *O Clarim* (1892); *O Comércio* (1910) (JUCÁ, 2009). Em outros tantos, colaborou e/ou ajudou a dirigir: *A Tribuna* (1889); *O Republicano* (1895); *O Farol* (1902); *O Estado* (1906); *O Mato Grosso* (1930), entre outros. Teve importante colaboração em revistas de circulação local e em outros estados, a exemplo da *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, *Revista do Centro Matogrossense de Letras*, *Revista Mato Grosso de Ciências, Letras, Artes e Variedades*, *Revista Luís Murat*, *Almanaque do Rio Grande do Sul* e *Almanaque Garnier*. Em conjunto com Antônio Fernandes de Souza, fundou e dirigiu a revista *O Archivo*, no ano de 1906, a pedido do então Presidente do Estado Antônio Paes de Barros (Totó Paes).

Na literatura, produziu extensa obra: *Vias de Comunicação* (1905); o livro escolar *Quadro Chorographico de Matto-Grosso* (1906); *Uma Caturrice* (1908). Colaborou com significativa participação no clássico *Album Graphico do Estado de Matto Grosso* (1914); e, sua obra máxima, em dois volumes, *Datas Matogrossenses* (1919), na qual recuperou notícias históricas, de forma cronológica, extraídas dos cronistas e de documentos oficiais da administração regional, desde a época da capitania, passando pela da província e chegando aos primórdios do estado republicano. Suas obras póstumas foram *Retratos da Vida* (1950); *E foi naquela noite de Natal* (1970); *Breve memória sobre a imprensa em Mato Grosso* (1975); e *Notas Históricas* (1976), publicadas por seu filho e historiador Rubens de Mendonça.

Estevão de Mendonça participou, como sócio correspondente, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, dos Institutos Históricos e Geográficos de Alagoas, de São Paulo, de Sergipe, do Pará e do Paraná. Recebeu a Medalha *Regnell* da Real Academia de Ciências da Suécia. Foi, também, fundador de diversas agremiações culturais em Cuiabá, como o Grêmio Visconde de Taunay (1894) e a Sociedade Internacional de Estudos Científicos (1899), que podem ser consideradas as precursoras do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (SILVA, 1994).



EM PÉ

- 1 - Philogônio de Paula Corrêa
- 2 - Virgílio Alves Corrêa Filho
- 3 - Antônio Fernandes de Souza
- 4 - Emílio Amarante Peixoto de Azevedo
- 5 - Luis da Costa Ribeiro

- 6 - José Barnabé de Mesquita
- 7 - Ovídio de Paula Corrêa
- 8 - Carlos Gomes Borralho
- 9 - João Cunha



SENTADOS

- 10 - Eurico Góes
- 11 - Joaquim Pereira Ferreira Mendes
- 12 - Benito Esteves
- 13 - D. Francisco de Aquino Corrêa

- 14 - Henrique Florence
- 15 - Estevão de Mendonça
- 16 - Alexandre Magno Addor

Figura 23 – Fotografia tirada após a fundação do IHGMT, em 1º de Janeiro de 1919.
Fonte: MESQUITA, [19--], p. 7-8.

Como professor, fundou, em 1896, o Colégio Augusto Leverger, em Cuiabá, e, dois anos depois foi aprovado em concurso para a cadeira de Geografia e História do Liceu Cuiabano. Com o desdobramento das disciplinas, em 1902, por equiparação ao Ginásio Nacional, optou pela docência em Geografia, exercendo-a até a sua aposentadoria (CORRÊA, 1999).

Na condição de um dos mais respeitados historiadores de sua época, integrou o quadro dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), em 1919, assim como, na mesma categoria, do Centro Matogrossense de Letras, atual Academia Mato-Grossense de Letras (AML), no ano de 1921, sendo que do IHGMT foi autor de seu primeiro Estatuto. Desse modo, pode-se considerar Estevão de Mendonça o idealizador, criador e a própria alma do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (SILVA, 1994).

Estevão de Mendonça, como sensível analista do tempo e espaço em que viveu, registrou os acontecimentos usando como recursos básicos a imprensa periódica, os escritos da historiografia clássica de Mato Grosso e suas próprias observações pessoais. Considerado um dos mais destacados historiadores mato-grossense, entre meados do século XIX e início do XX, faleceu em 2 de dezembro de 1949, na cidade de Cuiabá.

4.2 Quadro Chorographico de Matto-Grosso

O período da Primeira República (1889-1930) foi marcado pela reordenação política do Brasil e dos seus diversos estados. Nessa época, as elites políticas e intelectuais de todo o país passaram a trabalhar conjuntamente no projeto de construção de uma nova nação – a republicana – e o esboço de composições identitárias, tanto nacional como regionais.

Intelectuais engajaram-se no esforço de construção do discurso de formação da identidade nacional, pautada, principalmente, numa visão nacionalista e progressista do Brasil. Nesse processo, coube à História utilizar-se de elementos geográficos do país, a fim de exaltar as qualidades nacionais.

A busca por um novo ideal de nacionalidade, vinculado aos símbolos republicanos, começavam a se delinear no início do século XX, de maneira que, além de construir a República enquanto instituição política e administrativa, sentiram também a necessidade de construir os referenciais de pertencimento que vinculassem o passado àquele novo momento.

Segundo Franco (2009, p. 27),

[...] a República estabeleceu-se num contexto de pouca unidade política, sem um ideal consolidado historicamente no seio da sociedade brasileira, que alicerçasse a ideia e desse forma às práticas desse novo regime. Nasceu, ainda, em meio a uma sociedade extremamente fragmentada, que havia deixado há pouco de ser escravista e que não incorporou adequadamente negros, índios e pobres em geral ao novo regime de governo.

Em Mato Grosso, o processo não foi diferente. Ainda segundo Franco (2009, p. 27), percebia-se,

[...] a partir desse dado momento, uma falta extrema de unidade política. A impressão que se tem é a de que a República abriu uma espécie de vácuo de poder, que logo transformou-se numa luta intensa pelo mando local, na qual as facções da elite vão se utilizar amplamente de bandos armados para se firmarem no poder.

No entanto, a força das armas não se fez suficiente para governar um povo. Construir um imaginário coletivo que convencesse os mais amplos setores da população quanto à uniformidade dos destinos tornou-se dura estratégia para a manutenção do poder com os grupos privilegiados. Isso impulsionou a produção de monumentos, símbolos e festividades cívicas preferencialmente veiculados na imprensa, mas, sobretudo incorporados à literatura em circulação nas instituições escolares, através de imagens positivas do estado e da nação.

Em Mato Grosso, a partir do início do século XX, foram produzidos livros estampando a memória local, pelo menos aquela dos grupos políticos que se achavam no poder. Inserido nesse contexto, o *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*, de Estevão de Mendonça, pode ser considerada a obra que marcou o início da construção das representações sobre o passado mato-grossense, sob o olhar do autóctone. Lançada em 1906, serviu de ferramenta didática, tanto no tradicional Liceu Cuiabano como na rede pública de ensino, avaliada por Zorzato (apud FRANCO, 2009, p. 38) como “a primeira publicação destinada a moldar a memória histórica mato-grossense”.

INDICE	
Primeira parte	
<i>Descripção physica de Matto-Grosso</i>	
Limites	3 Salubridade 11
Posição astronômica	6 Produções naturaes 13
Superfície	6 Prographia 14
Aspecto physico	6 Regimen das aguas 17
Chuva	10 Limnographia 23
Segunda parte	
<i>Descripção politica de Matto-Grosso</i>	
Noticia historica	25 Defesa militar 73
Raça — População	69 Governo ecclesiasti-
Poderes do Estado	70 co 75
Instrução Publica	71 Selvagens 77
Commercio	72 Mineração 80
Industria	72 Vias de communi-
Força publica	73 cação 82
<i>Cidades e villas do Estado</i>	
Cuiabá	87 Diamantino 108
Matto-Grosso	92 Livramento 110
Corumbá	96 Rosario 111
São Luiz de Cace-	Miranda 112
res	99 Nioac 112
Poconé	104 Coxim 114
Sant'Anna do Para-	Melgaco 114
nahyba	106 Aquidana 115

Figura 24 – Sumário do *Quadro Chorographico de Matto-Grosso* (1906), de Estevão de Mendonça.
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Historia de Educação e Memória do IE/UFMT.

A importância pioneira desta obra pode ser observada antes mesmo de sua publicação. A respeito disso, o Conselho Superior da Instrução Pública, em 7 de outubro de 1905, emitiu o seguinte parecer:

Além do mérito que revela pela correção e elegância de sua forma, [...] vem preencher uma das mais palpitantes necessidades do ensino público primário, fornecendo à mocidade os conhecimentos necessários da história e geografia do Estado, disciplinas estas que fazem parte das que constituem o programa de estudos tanto nas escolas elementares como nas complementares; é de parecer que a mesma obra seja não só considerada de reconhecida utilidade [...], como adotada nas escolas públicas do Estado, tão logo seja impressa e exposta à venda. (MATO GROSSO, Ata..., 1905, p. 17).

O Decreto n.º 139, datado de 2 de janeiro de 1903, relativo ao Regulamento do Liceu Cuiabano, no sentido de equipará-lo ao plano de ensino do Ginásio Nacional, em seu artigo 184 previa premiação, em dinheiro, aos professores que elaborassem livro didático para uso no estado de Mato Grosso. É certo que isso tenha incentivado Estevão de Mendonça na elaboração do *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*, em 1905.

O lente ou professor que compuser alguma obra didática de reconhecida utilidade a juízo do Conselho Superior da Instrução Pública, terá direito a um prêmio pecuniário arbitrado pelo governo do Estado, além de fazer imprimir

e publicar a obra a expensa dos cofres públicos. (MATO GROSSO, Regulamento..., 1903, p. 24)

Não se tem uma descrição precisa sobre o alcance da circulação desse livro escolar, uma vez que os registros de entrada e saída de material no almoxarifado da Diretoria Geral da Instrução Pública não trouxeram dados precisos, porém permitiram elaborar uma relação de possíveis escolas que receberam exemplares entre os anos de 1917 a 1920:

Ano	Local	Entrada	Saída
1916	Almoxarifado da Diretoria Geral da Instrução Pública	61	-
1917	2ª Escola do Sexo Masculino da Vila do Livramento	-	6
1917	Inspetoria da Vila de Diamantino	-	5
1917	Secretaria da Escola Normal	-	1
1918	Secretaria do Almoxarifado	-	1
1918	Secretaria da Instrução Pública	-	1
1918	Escola do Sexo Masculino da Freguesia do Melgaço	-	6
1919	Escola Mista da Povoação do Coxipó do Ouro	-	3
1920	Escola Mista da Povoação da Guarita	-	7
1920	Escola Mista da Povoação da Ponte Alta	-	6
1920	Grupo Escolar de Poconé	-	2
1920	Padre Manoel Gomes	-	1

Quadro 6 – Mapa do Almoxarifado: entrada e saída de livros escolares.

Fonte: Construção do autor.

Quanto ao uso em salas de aulas, não se encontraram registros sobre o *Quadro Chorographico* nas escolas citadas. Desta forma, como o destino não foi esclarecido, pode-se acreditar que seu uso em sala de aula pelos alunos era restrito, ou então, é possível que fosse destinado para o uso exclusivo dos professores, ficando a ocupar as prateleiras das bibliotecas escolares.

4.3 Análise dos Conteúdos

O *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*, de Estevão de Mendonça, teve ao todo duas edições, sendo a 1ª publicada em 1906 pelas Escolas Profissionais Salesianas, e sua 2ª edição datada de 2005, quase um século depois, pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT). A segunda edição traz anexada as atas e o parecer conferido ao livro pelo Conselho Superior da Instrução Pública, à época de sua aprovação.

O livro que será aqui analisado é sua primeira edição: um exemplar com 117 páginas de texto sem ilustrações.

É um estudo histórico-geográfico de Mato Grosso e está dividido em duas partes. Na primeira, o autor inicia com a *descrição física de Mato Grosso*: seus limites, superfície, aspectos físicos, clima, salubridade e a produção natural. Segue com a orografia do estado, ou seja, suas serras e montanhas, relacionando-as de norte a sul, em todas as suas características e localizações. Por fim, traça um perfil do regime de águas citando as suas principais bacias hidrográficas e os principais rios que as formam.

Na segunda parte, *Descrição Política de Mato Grosso*, Mendonça apresenta um resumo dos principais acontecimentos históricos de Mato Grosso, desde a colônia até os primeiros anos do século XX, destacando uma lista de governantes coloniais, provinciais e estaduais. Apresenta ainda estudos sobre a formação étnica dos mato-grossenses, sua população, os poderes do Estado, a instrução pública e aspectos abrangentes relativos à indústria e comércio, mineração, força pública, forças armadas e a Igreja. Discorre sobre as populações indígenas, suas respectivas localizações e número populacional. E, por fim, dispõe sobre as vias de comunicação de Mato Grosso com outros pontos do país, basicamente fluviais, com as respectivas distâncias.

Em uma parte final, *Cidades e Vilas do Estado*, apresenta um breve resumo das principais cidades mato-grossenses, seus aspectos históricos de fundação e número de habitantes.

Com o livro efetivamente nas mãos, algumas conjecturas surgiram ao longo do estudo, tais como: Estevão de Mendonça foi, durante muitos anos, professor da cadeira de Geografia e História do Liceu Cuiabano, porém, com o desdobramento das disciplinas, em 1902, por equiparação ao Ginásio Nacional, ele optou pela docência em Geografia, exercendo-a até a sua aposentadoria. O gosto pela Geografia talvez justifique o início do livro pela descrição física do estado de Mato Grosso. Por isso, escolheu a Corografia como objeto de estudo.

Conforme Pedro Apiano (apud KAGAN, 1999, p. 34), pensador humanista alemão, corografia:

É a mesma coisa que topografia, a qual se pode dizer esboço de lugar, que descreve lugares e considera-os particulares por sua parte, sem consideração de si mesmos, nem deles com outros. No entanto, com grande diligência considera todas as particularidades e propriedades, por mínimas que sejam, que em tais lugares se devem notar, como são portos, lugares, povoados, vertentes de rios e todas as coisas semelhantes, como são os edifícios, casas,

torres, muralhas e coisas tais. O fim da corografia é pintar um lugar particular, como se um pintor pintasse uma orelha, ou um olho, e outras partes da cabeça de um homem.

Na primeira parte de seu trabalho, a *descrição física de Mato Grosso*, o autor traz explicação detalhada de todas as fronteiras territoriais, que, na época, compreendiam Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e parte de Rondônia.

Segundo o autor, Mato Grosso já definira todas as suas fronteiras espaciais, por meio de tratados com o Paraguai, a Bolívia, Amazonas, o Pará, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Porém, com Goiás os limites ainda continuavam em litígio:

O governo goiano reclama contra essa linha divisória e pretende que prevaleçam os limites que o primeiro governador da capitania de Goiás, D. Marcos de Noronha, propôs à metrópole em ofício de 12 de janeiro de 1750, [...] Não tendo, porém, esse ato de acessão aprovação da metrópole, que era o poder competente para ratificá-lo, é intuitivo que semelhante aquiescência é nula de pleno direito. (MENDONÇA, 1906, p. 5-6).

É importante destacar que tal situação manteve-se por muitos anos depois. E, por isso, em 1918, Philogonio de Paula Corrêa, importante intelectual cuiabano, publicou um opúsculo, *Limites de Mato Grosso com Goiás*³⁷, para apoiar as pretensões mato-grossenses sobre a área em litígio. A questão da definição de fronteiras do território de Mato Grosso com Goiás desempenhou um papel fundamental na elaboração de uma identidade regional mato-grossense nos primeiros anos da República (GALLETI, 2012).

Ainda preocupado com possível definição de limite e do espaço geográfico mato-grossense, Estevão de Mendonça, tendo como referência a capital nacional (Rio de Janeiro), apresentava a seguinte *posição astronômica* (coordenadas geográficas) para o estado: 7° 21' e 24° 03' 41" de latitude meridional (sul); e, 6° 42' e 22° 13' 15" de longitude ocidental (oeste).

Um último ponto importante para a definição do espaço geográfico mato-grossense foi a sua extensão territorial exatamente definida. A questão era tão delicada que, até o ano de 1919, o estado não tinha uma carta geográfica. A proposta de elaboração de uma representação gráfica da territorialidade mato-grossense só aconteceria mais tarde, com os trabalhos da Comissão das Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, chefiada pelo mato-grossense Cândido Mariano da Silva Rondon. Antes disso, a compreensão do tamanho do território mato-grossense era algo vago e abstrato: “quase igual à superfície reunida da

³⁷ CORRÊA, Philogonio de Paula. *Limites de Mato Grosso com Goiás*. Cuiabá: Tipografia Oficial, 1918.

Alemanha, França, Inglaterra e Itália, podendo comportar mais de 150.000.000 de habitantes”. (MENDONÇA, 1906, p. 6).

Na tentativa de apresentar Mato Grosso aos estudantes, o autor delinea uma apresentação detalhada dos aspectos físicos do estado, dividindo-o em três zonas distintas:

[Pantanal] abrange a região baixa que os primeiros exploradores deram o nome de Lago Xaraiés, de uma tribo extinta; [Cerrado] compreende as terras altas que dividem as águas que vão ao Prata e das que correm para o Amazonas; [Amazônia] no declive desse *plateau*, a norte e a nordeste [...] (MENDONÇA, 1906, p. 7).

Interessante notar que a divisão adotada por Estevão de Mendonça, mesmo após as sucessivas perdas territoriais (desmembramento de Rondônia, em 1943, e Mato Grosso do Sul, em 1977), se manteve durante muitos anos nos livros didáticos de Geografia, só reformulados recentemente³⁸. Na verdade, até a bem pouco tempo, os autores de livros didáticos sobre a História de Mato Grosso se apropriaram fielmente das diretrizes lançadas por este livro, o *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*.³⁹

Ainda na discussão sobre os aspectos físicos do estado de Mato Grosso, o autor apresenta o Pantanal. Segundo ele, este bioma ocupava

[...] aproximadamente 174.000 quilômetros quadrados; estende-se da foz do rio Jauru [Cáceres] às imediações do Forte Coimbra [Corumbá], e por ocasião das enchentes fica aí o solo inteiramente inundado, a exceção de pequenos trechos de terra de maior elevação. O aspecto desta região, em tal período, é de uma monotonia fatigante [...] Essa feição característica do pantanal mato-grossense acentua-se com maior intensidade nos alagados que alimentam as lagoas de Cáceres, Mandioré, Guaíba e Uberaba, e acompanha a bacia do Paraguai até próximo à antiga povoação de Albuquerque [Corumbá]. (MENDONÇA, 1906, p. 7).

Com relação ao Cerrado, ele diz tratar-se da

[...] região das terras altas, que abrange a maior porção do território mato-grossense, [...] servindo de divisor das águas [...] A parte desse grande araxá que vai do Guaporé ao Araguaia, cuja altitude varia de 600 a 800 metros acima do nível do mar, presta-se pela disposição de seu solo as três subdivisões, que compreendem – a Serra do Parecis, a Serra de São Jerônimo e a Serra do Amambá. (MENDONÇA, 1906, p. 8-9).

³⁸ PIAIA, Ivani. *Geografia de Mato Grosso*. 3 ed. Cuiabá: EdUNIC, 2003; HIGA, Tereza Cristina Souza; MORENO, Gislaene. *Geografia de Mato Grosso*. Cuiabá, Entrelinhas, 2005.

³⁹ No ano de 1998 veio a lume a primeira produção acadêmica escolar, com SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *O processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, UFMT, 1998. Mais tarde, novo compêndio didático da mesma autora foi publicado, *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2000.

Apresentou a Serra dos Parecis e Serra de São Jerônimo como sendo um terreno árido, que se assemelhava aos desertos da África e Ásia. Já a Serra de Amambaí, apontava o autor, eram campos pouco ondulados assemelhando-se às campinas do Rio Grande do Sul.

A Amazônia, por ser a zona menos explorada naquele momento, “o pouco que dela se conhece parece confirmar a ideia de terrenos simultaneamente firmes e alagadiços, como sucede ao trecho que borda o lado ocidental da Serra dos Parecis” (MENDONÇA, 1906, p. 10). Ainda dizia:

[...] reúne em seu seio os distritos florestais que bordam os vales do Guaporé e do Madeira, contorna as ramificações da Cordilheira do Norte e estende-se às localidades regadas pelo Tapajós e Xingu, descrevendo um semicírculo em que enumera desde canaviais impenetráveis de *tocacaes*, até seringueira, o cacauzeiro e o castanheiro do Pará. (MENDONÇA, 1906, p. 10).

O clima era dividido em duas estações bem definidas: a da seca (de junho a setembro) e a das águas (de setembro a junho, com maior intensidade entre janeiro e fevereiro). Sendo que a transição poderia acontecer lenta ou bruscamente, porém, quase sempre anunciada por uma grande sensação de calor. Segundo ele, a temperatura máxima não ultrapassava jamais a 37 graus centígrados, como também não desciam de 10 graus, sendo a média de temperatura de 26 graus, sendo o calor suavizado, durante a noite, pela mais branda viração.

Ao longo do texto percebe-se que Estevão de Mendonça se esforçou para apresentar Mato Grosso como sendo um estado saudável, com um bom regime de chuvas e, também, um bom clima. Segundo ele, em algumas cidades como Nioaque, Aquidauana, Campo Grande, Vacaria e Chapada dos Guimarães, “o clima é brando e assemelha-se ao do sul da Itália”. (MENDONÇA, 1906, p. 11). Mesmo assim, mantinha-se a reputação de lugar insalubre, que podia ser atribuída à semelhança de nome com a cidade de Mato Grosso (atual Vila Bela da Santíssima Trindade) que, por muitas vezes, foi descrita por governadores e viajantes como um lugar “onde reinavam febres intermitentes e remitentes originárias das evaporações paludosas nas margens dos rios” (MENDONÇA, 1906, p. 12), em especial os afluentes do Rio Guaporé: “o nome daquela cidade, efetivamente doentia, sendo semelhante ao do Estado, tem produzido, mesmo no nosso país, uma confusão altamente prejudicial ao povoamento do solo mato-grossense”. (MENDONÇA, 1906, p. 13).

Para o autor, as epidemias que assolaram Mato Grosso (a varíola, em 1814 e 1867; e, a cólera, em 1867 e 1887), e que ceifaram milhares de vidas (a varíola de 1867 fez 6.500

vítimas), foi, em parte, de responsabilidade da população “que era até então infensa aos benefícios da vacina, que sistematicamente repelia”. Porém, os mato-grossenses civilizaram-se e as inúmeras mortes fizeram com que compreendessem a eficiência da medicina moderna e, “embora tardiamente, a lição operou inteira transformação, e às virtudes da linfa preservativa devemos sem dúvida o caráter benigno com que a varíola se nos apresentou em 1901”. (MENDONÇA, 1906, p. 12-13).

Certamente, o livro didático elaborado por Estevão de Mendonça tinha, também, um caráter propagandístico, pois enfatizava aspectos positivos de Mato Grosso, certamente em decorrência das representações negativas, impeditivas da transferência de braços e capitais para a região, tão necessários ao seu desenvolvimento mercantil e industrial.

Sua proposta era produzir um conjunto de representações positivas sobre Mato Grosso, pois há tempos essa parte do território brasileiro era estigmatizada por uma literatura exógena e reproduzida na maioria dos livros didáticos circulantes em todo Brasil. Tal imagem foi repudiada pela elite intelectual mato-grossense, que buscou, através da imprensa, da produção de artigos, livros, mas especialmente através dos livros didáticos, criar uma nova representação de Mato Grosso. Segundo Chartier (1990, p. 17), tais representações entraram “em um campo de concorrência e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação”. Em outras palavras, o cenário era de representações em luta.

Mendonça esforçou-se por apresentar ao público um Mato Grosso saudável, civilizado, bem diferente do que haviam relatado os viajantes estrangeiros, intelectuais e dirigentes brasileiros ao longo do século XIX e primeiros anos do XX. As mudanças já estavam em percurso e, com relação às epidemias, mostrou em seu livro que a mortandade abandonara Mato Grosso, sendo elevada a expectativa de vida de seus habitantes. Segundo ele, “o sarampo e a escarlatina de há muito que desapareceram do nosso quadro nosológico, e não são raros aqui os casos de longevidade”. (MENDONÇA, 1906, p. 13).

Ainda na descrição física, chama atenção para as riquezas das produções naturais do território mato-grossense. Descreve os minerais, as plantas, as espécies alimentares, as aves e os peixes:

Pode-se afoitamente afirmar que este Estado é um dos mais avantajados da União em produções naturais, senão mesmo o mais avantajado. O subsolo mato-grossense encerra em seu seio ricas minas de ouro, límpidos diamantes, prata, paládio, platina, cobre, ferro, chumbo, feldspatos, cristais de rocha, mármore, pedra de cal, talco, mica, inúmeras espécies de argila, desde o gesso ao barro negro. (MENDONÇA, 1906, p. 13).

Com relação à orografia (serras e montanhas), destaca que no estado não existiam grandes elevações da superfície, verdadeiras montanhas. Apresenta as serras de Mato Grosso como um prolongamento do Planalto Brasileiro, com altitude variando entre 600 e 800 metros, como divisores de nascentes de rios ou, então, como limites de fronteiras com os vizinhos Paraguai, Bolívia, Amazonas, Pará, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Segundo Mendonça, em Mato Grosso, tal prolongamento poderia ser dividido em dois grupos, sendo as principais: as Serras dos Parecis, ao norte, e a Serra das Divisões, ao sul. “As escarpas, arestas, cabeços e contrafortes de ambos os grupos recebem geralmente, embora com pouca propriedade, a denominação de serras, variando de nomenclatura apenas com a mudança de localidade”. (MENDONÇA, 1906, p. 15).

A importância da discussão sobre o papel desempenhado pelos rios e “serras” na geografia de Mato Grosso dava-se pela indefinição da extensão territorial do estado. Somente após os trabalhos da Comissão das Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas (também chamada de Comissão Rondon, pois foi chefiada por Cândido Mariano da Silva Rondon), é que a questão dos limites mato-grossenses com seus vizinhos seria definitivamente solucionada. Bom destacar também que, em uma época que se discutia possíveis modais de transportes mais modernos e eficientes, como era o caso das ferrovias e das estradas de rodagem, para ligar o estado de Mato Grosso aos grandes centros brasileiros, o conhecimento detalhado dos acidentes geográficos locais facilitaria o trabalho dos topógrafos e engenheiro que algum dia chegariam às paragens cuiabanas.

Com relação à hidrografia de Mato Grosso, o autor assim a apresenta:

Poucos são os países que possuem uma rede potamográfica tão opulenta como a deste Estado, cuja distribuição é feita por mais de seiscentas correntes, que vão engrossar as águas das grandes bacias do Amazonas e do Prata, em consequência da disposição das terras em que têm origem. (MENDONÇA, 1906, p. 17).

E elenca os rios, respectivos significados e a descrição de seus percursos. Apresenta seus afluentes, ilhas, cachoeiras, profundidade, largura, extensão e as localidades mato-grossenses banhadas pelas águas. Na Bacia do Amazonas, têm destaque os rios Madeira, Tapajós, Xingu e Araguaia. Na Bacia do Prata, os rios Paraná e Paraguai. Sendo que, para ele, muitos destes eram facilmente navegáveis por embarcações de grande calado.

Em *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*, Estevão de Mendonça propõe não somente inventariar a memória histórica mato-grossense, mas enaltecer suas potencialidades geográficas e, assim, contribuir para a construção de uma identidade regional. Seu trabalho

tem um forte caráter de propaganda das coisas de Mato Grosso, ao descrever positivamente a geografia da região, com riquezas de detalhes que, além de facilitar a vinda de migrantes e investidores para a região oeste brasileira, também faria uma contraposição àquelas representações produzidas pelos intelectuais do litoral, que colocavam Mato Grosso nos confins do mundo, lugar distante e de difícil acesso. Somava-se, ainda, a reputação de lugar insalubre e habitado por pessoas violentas, que tanto Mendonça tentou apagar.

Eram comuns referências ao Estado como sendo “atrasado, incivilizado e selvagem”, dotado de uma gente “sanguinária, vingativa, preguiçosa e ignorante”. (GALETTI, 2012, p. 58). No conjunto, estes adjetivos compunham um estereótipo nada favorável ao Mato Grosso:

[...] era preciso reagir às imagens negativas que externamente eram divulgadas sobre Mato Grosso. Com efeito, estas imagens eram veiculadas por viajantes, militares e comerciantes vindos principalmente dos mais importantes centros econômicos do país e também do exterior. (ZORZATO, 2000, p. 421).

O último ponto exposto na seção *descrição física* foi a sua *Limnografia*, ou seja, a apresentação das regiões alagadiças e pantanosas do estado. Neste contexto, o autor avigora seu estudo sobre a região do Pantanal (que chamou de Lago Xaraiés), em especial dos seus regimes de cheias e vazantes. Um lugar que, quando as águas dos rios baixavam de nível, formavam-se anualmente diversas lagoas tais como as de Mandioré, Guaíba e Uberaba, em terras brasileira, adicionadas às de Cáceres e Negra, em terras bolivianas, como garantiu o Tratado de Petrópolis, de 1903.

Na segunda parte do livro – *Descrição Política de Mato Grosso* –, Estevão de Mendonça arrola os principais acontecimentos históricos do Estado, dando especial destaque às personalidades que julgava serem dignas de culto por parte da população mato-grossense.

Na busca de uma genealogia tipicamente mato-grossense, ele apresentou os bandeirantes paulistas como os “primeiros” habitantes de Mato Grosso. Nesse ponto, não difere de Joaquim Manuel de Macedo e Rocha Pombo, pois ambos partiram do mesmo pressuposto: Mato Grosso era resultado das conquistas bandeirantes:

[...] esses bandos heroicos não mediam as distâncias nem calculavam as privações; atiravam-se ao acaso, desassombradamente, corajosamente, através a espessura das matas, transpondo rios, vencendo cachoeiras, escalando montanhas, resolutos, dispostos a enfrentarem toda a classe de contratemplos. [...] Levavam parques alforjes de provisões, e quando estas se esgotavam recorriam a vários expedientes para obterem da caça e da pesca o necessário alimento; mas prosseguiram sempre, sem a preocupação do dia de

amanhã, [...] e os bandeirantes irradiaram-se pelo coração do país devendo se-lhes o descobrimento e o povoamento d'este Estado e dos de Goiás e Minas Gerais. (MENDONÇA, 1906, p. 28-29).

Nesse contexto, destaca os nomes de alguns bandeirantes que, para ele, fizeram parte da história de Mato Grosso: Manuel Corrêa, Bartolomeu Bueno da Silva (pai), Antônio Pires de Campos e Pascoal Moreira Cabral, sendo este último responsável pela descoberta de ouro em terras mato-grossenses, em 1719.

Aponta que o processo de ocupação da região foi marcado por diversas lutas entre os bandeirantes invasores e os indígenas, antigos moradores do local. Porém, da luta travada, “sem dúvida desigual, mas renhida, a história local nada menciona, chegando mesmo os raros documentos contemporâneos a silenciarem inteiramente a respeito, silêncio que também se produz nas crônicas do tempo”. (MENDONÇA, 1906, p. 33-34). Como resultado, uma parte dos íncolas migrou para o interior do Brasil, outra, obedecendo à lei dos mais fortes, submeteu-se à escravidão. Entretanto, entre os escravizados, houve casos de revolta contra o jugo bandeirante, expresso em deserções isoladas.

Quando apresenta os indígenas, descreve-os como selvagens, preguiçosos e avessos ao trabalho ordeiro. Certamente, para o autor, não era desse tipo de pessoas que descendiam os mato-grossenses:

Naturalmente indolentes, incapazes por isso de qualquer esforço demorado, os indivíduos d'esse grupo denunciaram-se fracos auxiliares quando aplicados em trabalhos de ordem sedentária, sendo que seus serviços foram utilizados com melhor vantagem na mineração, e mais ainda como destros caçadores e experimentados guias através das matas. (MENDONÇA, 1906, p. 34).

O autor apresenta Cuiabá como uma terra de passado opulento, fruto das lavras descobertas por Miguel Sutil, “foram extraídas em menos de um mês quatrocentas arrobas de ouro, sem que as escavações fossem além de uma camada correspondente a quatro braças abaixo da superfície do solo”. Mas o acesso a toda esta riqueza tinha um preço: a incerteza e os perigos da viagem. Os aventureiros, cegos pela cobiça do precioso metal, viajavam desprevenidos e, por isso, “não tardou muito que não caíssem vítimas, uns de fome, outros das intermitentes dos paúes do Tietê, e muitos dos Paiaguás, que em numerosas canoas afrontavam as expedições naquelas paragens em que não podiam ser evitados”. Naquelas incertas viagens “padeceram grandes destroços, mortandades de gente por falta de

mantimentos, doenças, comidos das onças e outras muitas misérias”. (MENDONÇA, 1906, p. 36).

Mesmo com todos os perigos que a viagem podia reservar, não faltaram aventureiros que chegaram em Cuiabá buscando fortuna fácil. As notícias sobre a grande quantidade de ouro encontrada despertou a atenção do capitão-general de São Paulo, que transferiu a sede do governo para as terras cuiabanas. Rodrigo César de Menezes chegou no final de 1726, para regularizar a arrecadação dos impostos sobre o ouro encontrado para a Coroa portuguesa, mas entrou para a história de Mato Grosso pela corrupção de seu governo e pela maldade de seu ajudante, Antonio Borba, que se fez tristemente célebre pelo seu comportamento brutal e violento:

A expedição que os conduziu [à Cuiabá] compunha-se de trezentas canoas tripuladas por três mil pessoas, e esse acréscimo de população, despejada assim de chofre sobre um centro afastado de todos os recursos, trouxe como corolário a elevação do preço dos gêneros de consumo imediato, e foi o anúncio dos males que vieram em pouco flagelar o povo. (MENDONÇA, 1906, p. 37).

Certamente, Rodrigo César de Menezes e seus subordinados não foram considerados ancestrais do povo cuiabano. A sua presença na história de Mato Grosso é de antagonista, ou seja, ele foi apresentado como um inimigo. Segundo o autor,

[...] a sua permanência na vila foi assinalada por uma série de extorsões, processos e atos de requintada violência, do que dá justa medida a perseguição movida contra os irmãos Lourenço e João Leme, forçando desse modo os seus habitantes a abandonarem interesses e propriedades, e a se internarem pelos sertões uns, e outros tomarem caminho para Goiás e São Paulo. (MENDONÇA, 1906, p. 39).

Porém, existem males que vêm para o bem, pois se a obra de Rodrigo César de Menezes não foi digna de culto:

A lembrança dos calamitosos dias que a presença de Rodrigo César assinalara, perdurara ainda na memória de todos, [mas] os desmandos de um governador mal intencionado e pessimamente orientado, foram os fatores de um conjunto de acontecimentos que trouxeram ao Brasil maior amplidão. (MENDONÇA, 1906, p. 40-41).

Estevão de Mendonça, na busca de uma genealogia mato-grossense, apresenta um rol de heróis que mereceriam cultos pela população mato-grossense. Esse grupo pode ser dividido

em dois, os do período colonial e do período imperial (na época, quase nada escreveu sobre a República, pois no ato da publicação do livro, esta só tinha 16 anos de existência).

O primeiro deles foi Antônio Rolim de Moura Tavares, conde de Azambuja, primeiro capitão-general de Mato Grosso (1751 e 1763) que, segundo o autor, “reclama um culto em todos os corações, e esse culto será justo, como justas foram as recompensas que em vida recebeu do severo Pombal ao deixar as rédeas do governo de Mato Grosso”. (MENDONÇA, 1906, p. 45). E prossegue:

Militar disciplinado, qualidade a que reunia um temperamento de rara energia, de caráter leal e generoso, se bem que arrebatado, um misto de bondade e violência, Rolim de Moura tornava-se por isso mesmo e pela sua inteligência um homem precioso para a colônia, naturalmente indicado para fazer frente à luta que o governo português ia abrir na parte mais ocidental do sertão mato-grossense. (MENDONÇA, 1906, p. 42).

Em 19 de março de 1752, Rolim de Moura fundou a antiga capital de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade, e de lá governou a capitania por mais de 14 anos. Para Mendonça, se Rolim usou de violência para administrar a capitania, esta foi justa, pois precisava garantir a fronteira oeste e “tais desvios exigem absolvição plena, dadas as condições de meio em que teve de exercer a sua ação de governante”. (MENDONÇA, 1906, p. 45):

Isolado inteiramente, tendo a debelar abusos e contrariar uma população irrequieta, pessimamente educada, certamente o seu modo de agir tinha que correr parênteses com o modelo do povo, e o caminho naturalmente indicado não podia arredar-se da norma que traçou, rígido e arbitrário, moderado e conciliador, conforme a situação e os acontecimentos. (MENDONÇA, 1906, p. 45).

O segundo herói mato-grossense, na visão de Estevão de Mendonça, foi Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, quarto capitão-general de Mato Grosso (1772-1788). Para o autor, era uma pessoa de

[...] altas qualidades morais e intelectuais [...] atilado, cheio de fidelidade inextinguível no tocante aos deveres de administrador, [...] hábil político, cheio de bom senso e possuidor do raro critério de medir a importância ou a insignificância dos acontecimentos que se desdobravam no tempo de seu governo; [...] trabalhador infatigável, auxiliado por uma organização física que lhe permitia esforços constantes, [...] com perseverança pouco comum, consoante ao seu temperamento contrário à inação [...] (MENDONÇA, 1906, p. 46).

Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres “semeou pelo sertão mato-grossense de povoações e presídios, colônias e destacamentos, assim como favoreceu a navegação interna, desenvolveu o ensino, abriu estradas”. (MENDONÇA, 1906, p. 46). Entre suas principais obras estão: a construção do Forte de Coimbra e o Real Forte Príncipe da Beira; a fundação de Albuquerque (atual Corumbá), Viseu (atual Ladário), Vila Maria (atual Cáceres); a construção do Presídio de Casalvasco, em Vila Bela da Santíssima Trindade, e a instalação de postos militares em Dourados, Jauru, Salinas e Corixa Grande, as duas últimas em região pantaneira:

Nesse particular [Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres] deixou em evidencia traços luminosos de uma celebração potente, sulcos profundos de uma individualidade privilegiada; nesse particular ninguém fez mais, nem tanto como ele, e aí lhe vem essa auréola que cresce de geração em geração. (MENDONÇA, 1906, p. 47).

Na defesa deste, o autor questiona o nome da cidade Corumbá (atualmente no Mato Grosso do Sul). Para ele,

[...] a denominação primitiva – ALBUQUERQUE – deveria ser mantida, quando não se apoiasse em outros motivos, ao menos como justa homenagem prestada à memória de Luís de Albuquerque, isto é, do homem que, no seu governo, mais fez até hoje por este pedaço do Brasil. (MENDONÇA, 1906, p. 96).

Na sequência, apresenta João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg, oitavo capitão-general de Mato Grosso (1807-1819). Segundo Mendonça, o Marquês de Aracati

[...] promoveu e auxiliou a navegação pelo Tapajós, organizou uma companhia de mineração, fundou os hospitais de S. João do Lázaro e a Santa Casa de Misericórdia, criou um corpo de artilheiros marinheiros e fez construir barcas canhoneiras, instalou um curso de cirurgia, e cuidou com devotamento da instrução pública. (MENDONÇA, 1906, p. 51).

Por tudo isso, João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg, “em uma palavra, fez-se benquisto do povo mato-grossense e patenteou notáveis qualidades de homem de governo”. (MENDONÇA, 1906, p. 51).

Encerra a lista dos capitães-generais com Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, barão de Vila Bela, que governou entre os anos 1819 e 1821. Este, no entanto, foi apresentado unicamente como marco final do período colonial, pois o seu “desregramento e

prepotência aniquilaram em pouco tempo as simpatias que havia captado ao iniciar a sua administração”. (MENDONÇA, 1906, p. 52).

Em 1822, um novo regime político foi instalado no país, a Monarquia. O Brasil tornara-se um país independente e, conseqüentemente, em Mato Grosso começaria uma nova fase de sua história política.

Para o período imperial, Estevão de Mendonça, no *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*, elenca três momentos que considera importante para sua formação histórica, a saber: a transferência da capital para Cuiabá, em 1835; a Rusga, em 1834; a guerra contra o Paraguai, entre 1864 e 1870.

Com relação à primeira, considera que, após a deposição do governador Francisco de Paula Magessi, Cuiabá esforçou-se por conquistar definitivamente o título de capital e, para isso, criou uma junta governativa. Atitude semelhante ocorreu na cidade Vila Bela da Santíssima Trindade, no propósito de manter seu estatuto de capital.

A transferência da capital para Cuiabá foi motivo de fervorosa disputa, quase chegando a embates armados, não fosse a atuação do Padre Manuel Cunha. Para o autor, “esse sacerdote, respeitável pelas suas virtudes, pelo seu caráter, pela sua inteligência e também por ser parte da questão, alcançou amortecer a irritação que campeava”. (MENDONÇA, 1906, p. 53). A conclusão do litígio garantiu ser Cuiabá a sede do governo, originando daí o declínio da cidade de Vila Bela.

Acalmados os ânimos da disputa política entre as duas cidades, outro conflito alcançou a província: a Rusga, em 1834. Com a implantação da monarquia brasileira, em 1822, em algumas províncias do país foram constantes os embates entre os nativos nacionais e os adotivos, como eram chamados os portugueses que viviam no Brasil.

Com relação a Rusga, o autor diz:

Habitados ao mando duro dos tempos coloniais, os portugueses não aceitaram de boa vontade o novo estado de coisas, que feria frente as suas aspirações e desejos, e não somente se mostraram hostis às instituições do país como levaram seu ardor patriótico a ponto de votarem desprezo àqueles com quem conviviam. Dessa atitude irrefletida nasceram aversões parciais, transformadas depois em ódios coletivos, dividindo-se brasileiros e portugueses em dois grupos francamente antagônicos, tendo como órgãos duas sociedades opostas – *Sociedade zelosos da independência* e *Sociedade filantrópica*, criadas e mantidas pelos respectivos nacionais. (MENDONÇA, 1906, p. 54, grifo do original).

Na concepção de Mendonça, o processo conflituoso teve início com a deposição dos adotivos do comando de guarnições militares afastadas de Cuiabá (Albuquerque, Caslavasco,

Miranda e outras localidades). Esse processo anunciava a aproximação de conflitos mais graves, mas, por não entenderem assim, ninguém agiu para que surgissem medidas para impedi-los:

Zombarias pessoais, ápodos de todos os gêneros corriam parselhas com pasquins introduzidos furtivamente nas casas, contribuindo também para acirrar os ânimos já exaltados as cantigas populares da época, nova espécie de seta que feria mais fundamente a nacionalidade que o indivíduo. (MENDONÇA, 1906, p. 54-55).

A partir de 1831, fatos da maior gravidade foram se desdobrando gradativamente, “ora representados por cenas de pugilatos, de cujas refregas não raro saíram maltratados, ora pelo levante da guarnição de Cuiabá, que exigiu com armas na mão e aos gritos de ‘morram os pés de chumbo’ a deposição de todos os adotivos dos cargos que exerciam”. (MENDONÇA, 1906, p. 55). Em 30 de maio de 1834, o movimento chegou ao seu ápice, mas os “intuitos políticos foram enegrecidos pelos assassinatos e roubos, praticados pelo populacho desenfreado de parceira com a tropa amotinada” (MENDONÇA, 1906, p. 55).

Outro evento importante nas linhas do *Quadro Chorographico* foi a Guerra do Paraguai. O tema recebeu grande atenção na obra e tornou-se um dos tópicos centrais da atuação dos defensores das fronteiras nacionais. Nesta guerra, pôde o autor demonstrar a colaboração de Mato Grosso na construção da territorialidade brasileira e o espírito cívico de seus personagens na manutenção da integridade do espaço físico do país:

[...] a resistência de Coimbra, a retirada de Laguna, a retomada de Corumbá, os combates do Alegre e a sublime epopeia da colônia dos Dourados. Cada um desses nomes relembra um lance heroico correspondente, e o conjunto enfeixa um período de quase três anos de lutas e incertezas em que a alma mato-grossense vibrou pela libertação do solo natal. (MENDONÇA, 1906, p. 56).

Como na história bíblica de Davi e Golias, Mendonça apresentou o Paraguai como um inimigo forte e cruel. No intuito de exaltar a participação mato-grossense na guerra, não apresentou uma ligação clara entre esta província e o todo brasileiro no processo. Por isso, a luta entre o grande Paraguai e o pequeno e fraco Mato Grosso tomou forma de epopeia, onde a província mal equipada consegue vitórias fabulosas sobre o inimigo poderoso:

Desde o primeiro ato de hostilidade praticado pelo marechal Francisco Solano Lopes contra o Brasil, mandando aprisionar o paquete *Marquês de Olinda* e encarcerando os seus passageiros, até a definitiva retirada dos

invasores a 3 de Abril de 1868, curtiu a então província de Mato Grosso os transe mais dolorosos que um povo pode suportar. Mal aparelhada para uma resistência eficaz, coube-lhe entretanto a glória de desferir o primeiro golpe contra o tirano do Paraguai, glória que a sorte quis reservar à abnegada guarnição do Forte Coimbra, tão reduzida em número, quanto cheia de coragem e bravura. (MENDONÇA, 1906, p. 56, grifo do original).

Sobre o potencial bélico da nação paraguaia e sua desproporção frente ao da província de Mato Grosso, diz o autor:

O que foi esse encontro com o inimigo, forte e audaz, dispondo de grandes elementos bélicos representados num efetivo de três mil homens amparados por oito vapores, duas escunas e três navios de reboque, diz claramente a desproporção com que jogaram de um lado a ofensiva, e a defensiva do outro. (MENDONÇA, 1906, p. 56).

Mas a imagem da crueldade oferecida pelas tropas paraguaia ficou definitivamente consagrada com a apresentação do tratamento reservado aos prisioneiros de guerra brasileiros:

Desembaraçados por esse modo, os invasores a 3 de Janeiro de 1865 assenhoraram-se da vila de Corumbá, onde praticaram todas as violências imagináveis contra os poucos moradores que encontraram ou foram depois capturados. Os prisioneiros, sem distinção de sexo ou naturalidade, foram submetidos aos mais rigorosos inquéritos, e aqueles que se escusaram a prestar informações, ou aqueles que não podiam fornecê-las, mandou Barrios [general] aplicar os mais rigorosos castigos, inclusive o suplício da espia, sendo que muitas das nossas patrícias foram levadas a Assunção para servirem de criadas, a troco de mísero alimento. (MENDONÇA, 1906, p. 57).

Entretanto, se Mato Grosso não tinha armas e soldados suficientes para encarar a guerra em igualdade com o Paraguai, porém os mato-grossenses eram pessoas de grande coragem. Foi o caso do tenente Antônio João Ribeiro, comandante da Colônia Militar de Dourados que, em 29 de dezembro 1864, diante da aparatosa força inimiga e da iminente aniquilação total de seus poucos companheiros de armas, momentos antes de sucumbir, legou à posteridade as memoráveis palavras: “Sei que morro, mas o meu sangue e o de meus companheiros servirão de protesto contra a invasão do solo de minha pátria”. (MENDONÇA, 1906, p. 58).

No final, o Brasil venceu a guerra e, anos depois, a República seria proclamada no país:

Sobre as ruínas do passado, porém, reergueram-se novos ideais, novos esforços surgiram, e a província pode readquirir a prosperidade perdida.

Calma, tranquila, fruindo a doce emanção nascida da identidade de aspirações, veio a República encontrá-la na manhã de 9 de dezembro de 1889. (MENDONÇA, 1906, p. 59-60, grifo do autor).

Importante destacar que Mato Grosso, entre os anos 1889 e 1906, foi agitado por violentos conflitos armados entre as facções políticas do estado. As “revoluções”, como ficaram conhecidos tais conflitos armados, foram protagonizadas pelas elites locais e tiveram como resultado dezenas de mortes violentas, chacinas, linchamentos e o assassinato do usineiro Antônio Paes de Barros (Totó Paes), então presidente do Estado, em 1906. Este era amigo de Estevão de Mendonça e patrocinador de seus trabalhos como, por exemplo, a revista o *Archivo* e o próprio *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*. Quando da publicação deste livro, Totó Paes ainda estava vivo, entretanto, Mendonça preferiu ignorar todos os conflitos armados que ocorreram nos primeiros anos da República, uma vez que a construção deles, em âmbito nacional, fora bastante parcial, colocando Antônio Paes de Barros como o grande vilão dessa história.

A proposta de Estevão de Mendonça para a obra em análise era uma propaganda positiva das coisas de Mato Grosso a serem veiculadas no interior das escolas e destinadas à juventude. Por isso, naquele momento, apresentar as lutas políticas ocorridas nos primeiros anos da República em Mato Grosso era correr o risco de reforçar as representações negativas tão comuns no imaginário das elites do litoral: “Mato Grosso, terra de gente selvagem e violenta”.

Continuando a apresentação da genealogia mato-grossense e dos heróis que seriam cultuados pela população mato-grossense, um dos elogios mais inflamados foi para Augusto de Leverger, o Barão de Melgaço, herói da guerra contra o Paraguai. Décimo segundo presidente da província de Mato Grosso, governador entre 1851 e 1867, a quem dedicou em epígrafe: “À venerada memória de Barão de Melgaço”. Ainda, expõe que foi a partir dos estudos de Augusto de Leverger que sua obra se concretiza: “Seguimos aqui, como em muitos outros lugares deste trabalho, as informações do sábio Barão de Melgaço, a maior e a mais autorizada fonte em assuntos que se prendem à historia e à geografia deste Estado”. (MENDONÇA, 1906, p. 23).

Novamente em defesa do herói, Estevão de Mendonça questiona e chega a irritar-se com o nome da cidade de Nioaque (atual Mato Grosso do Sul): “Antigamente Santa Rita de Levergeria, denominação dada em homenagem ao grande servidor da pátria, Augusto de Leverger (Barão de Melgaço), nome que deveria ser mantido se, a gratidão humana não fosse coisa vã e ilusória [...]”. (MENDONÇA, 1906, p. 113).

Na sequência, Estevão de Mendonça apresenta dados numéricos sobre a formação étnica dos mato-grossenses, sua população, os poderes do Estado, a instrução pública e aspectos relativos à indústria e comércio, força pública, forças armadas e Igreja. Segundo o ele, a população mato-grossense naquele período era de, aproximadamente, 157 mil habitantes, estando dividida, estatisticamente, nos seguintes “tipos raciais”: 28,53% de brancos; 39,36% de mestiços; 17,99% de pretos; 14,10% de caboclos.

Os poderes do estado, como hoje, estavam divididos em Legislativo, Executivo e Judiciário, e a Instrução Pública em primária (elementar e complementar) e secundária. Sendo que a primária elementar funcionava nas escolas da capital, cidades e vilas do interior, em estabelecimentos distintos para o sexo masculino e feminino, e, nas freguesias e povoados, em escolas mistas. A primária complementar funcionava somente na capital e cidades maiores, em escolas distintas para o sexo masculino e feminino. A instrução pública secundária no Liceu Cuiabano, equiparado ao Ginásio Nacional. Conforme o autor, em 1904, nas escolas mato-grossenses encontravam-se matriculados 5.124 alunos, dos quais 3.115 do sexo masculino e 2.009 do sexo feminino no ensino primário, e 72 alunos, inclusive oito do sexo feminino, no secundário.

Além dos estabelecimentos oficiais de ensino, havia, ainda, o ensino particular, que contava com o Liceu Salesiano de Artes e Ofícios, também equiparado ao Ginásio Nacional, o Colégio São Sebastião, o Ateneu Cuiabano, o Colégio Americano, todos na capital; o Colégio Santa Tereza, em Corumbá; o Colégio Costa Pereira, em Cáceres; e, o Colégio Colombo, em Miranda.

O comércio, segundo Mendonça, era pouco desenvolvido devido à falta de vias rápidas de comunicação. O estado importava produtos variados de Londres, Hamburgo, Paris, Rio de Janeiro, Montevideu e Assunção, sempre pela bacia do Rio da Prata. Destaques mereceram os principais produtos de exportação mato-grossense, a borracha, erva-mate, poaia, couros, extratos de carne, gado e ouro em pó. O comércio internacional era fundamental para a economia mato-grossense, pois “a produção agrícola mal chega para o consumo, e não poucas vezes tem sido necessário a introdução de cereais das Repúblicas Argentina e Paraguai”. (MENDONÇA, 1906, p. 72).

Na indústria, o principal setor era o pastoril, com mais de três milhões de cabeças de gado, abastecida por duas charqueadas, e as usinas de açúcar. Havia, ainda, algumas fábricas de aguardente, três de sabão, duas de cerveja e uma serraria.

A força pública estadual contava com um Batalhão da Polícia e a defesa militar com os Fortes de Coimbra e do Príncipe da Beira. O governo eclesiástico erigira-se, em 1746, como prelazia de Cuiabá e, depois, em 1826, foi elevado à categoria de bispado.

Estevão de Mendonça discorreu, também, sobre as populações indígenas de Mato Grosso, suas respectivas localizações e número populacional:

Povos	Localização	Indivíduos
<i>Caiuás</i>	Rio Ivinhema	-
<i>Chamacocos</i>	Rio Paraguai	200
<i>Guaicurus</i>	Rios Paraguai e Mondego	1.500
<i>Guanás</i>	Rios Paraguai, Mondego e Cuiabá	5.030
<i>Guaxis</i>	Rio Mondego	50
<i>Guatós</i>	Rios Paraguai e São Lourenço	500
<i>Bororos da Campanha</i>	Rio Paraguai	200
<i>Bororos Cabaçais</i>	Rios Jauru e Cabaçal	100
<i>Caiapós</i>	Rios São Lourenço, Taquari, Paraná e Paranaíba	200
<i>Coroados</i>	Rio São Lourenço	-
<i>Bacairis</i>	Rio Paranatinga	200
<i>Caiabis</i>	Rio Paranatinga	-
<i>Barbados</i>	Rio Vermelho	400
<i>Parecis</i>	Serra dos Parecis	250
<i>Mambarés</i>	Serra dos Parecis	400
<i>Cabixis</i>	Serra dos Parecis	-
<i>Nhambiquaras</i>	Rios Arinos e Peixe	500
<i>Tapanhumas</i>	Rios Arinos e Tapanhumas	600
<i>Apiacás</i>	Rios Arinos e Juruena	800
<i>Mequéns</i>	Rio Guaporé	2.700
<i>Guarás</i>	Rio Guaporé	2.700
<i>Cautários</i>	Rio Guaporé	
<i>Pacas</i>	Rio Mamoré	-
<i>Senabós</i>	Rio Mamoré	-
<i>Jacarés</i>	Rio Mamoré	-
<i>Caripunas</i>	Rios Madeira e Mamoré	1.000
<i>Araras</i>	Rios Madeira e Jamari	-

Quadro 7 – População indígena de Mato Grosso.

Fonte: MENDONÇA, 1906, p. 78-80.

Este mapeamento das comunidades indígenas foi bastante inovador para a época. Até então, não havia sido estampada em qualquer livro didático de História ou Geografia. O próprio Estevão Mendonça reproduziu esse quadro em textos diversos, tais como: na revista o *Archivo* e no *Album Graphico do Estado de Matto Grosso*. Este esforço etnográfico tem um duplo sentido, pois, ao mesmo tempo que se fez mais conhecidos os povos indígenas, habitantes das terras do oeste brasileiro, apresentava-os como braços que poderiam facilmente ser convertidos em força de trabalho à disposição dos futuros empreendimentos capitalistas que chegariam em Mato Grosso.

Na mineração, o autor apresentou o ouro como o grande responsável pelas origens de Cuiabá e, ainda, como principal riqueza do subsolo mato-grossense. No passado, esgotou-se rapidamente por falta de meios técnicos para explorá-lo, mas, na sua época, com o advento de novas tecnologias, empresas mineradoras, inclusive internacionais, estavam obtendo grandes lucros com o negócio. Por fim, discorreu sobre as vias de comunicação de Mato Grosso com outros pontos do país através de vias fluviais, com as respectivas distâncias.

Em uma parte final, *Cidades e Vilas do Estado*, apresentou um breve resumo das principais cidades mato-grossenses, os aspectos históricos de suas respectivas fundações e número populacional.

Para Cuiabá, cidade fundada em 1722 por Miguel Sutil, ele apresenta uma população de 22 mil habitantes:

A cidade, formada irregularmente, segundo as necessidades e os caprichos dos antigos mineiros, é dividida em dois distritos e consta de 24 ruas, 17 praças e 28 travessas, sendo a rua Barão de Melgaço a mais extensa, com quase três quilômetros; existem alguns edifícios públicos e particulares de feição moderna, dois elegantes jardins situados nas praças Coronel Alencastro e Marquês de Aracati, uma linha de *tramways* com um ramal para o Matadouro e outro de mais de um quilometro para a Fábrica de Cerveja, mas ressentem-se da falta de dois importantes melhoramentos – bom calçamento e boa iluminação. O governo mantém um serviço regular de abastecimento de água, com derivação para 14 borne-fontaines e cerca de 800 penas para domicílios, assim como auxilia a manutenção de dois hospitais de caridade, sendo um destinado a morféuticos e afastado do perímetro urbano, a cargo de uma sociedade particular de beneficência. Existem cinco jornais – *Gazeta Oficial*, *O Estado*, *A Coligação*, *O Rebate* e *Escola*; duas revistas – *Mato Grosso* e *O Arquivo*, e três oficinas tipográficas para obra e trabalhos avulsos. A cidade é servida por uma estação telegráfica, anexa à sede do distrito telegráfico do Estado, o segundo do Brasil em percurso, e por uma administração de correios. Possui uma linha de navegação mantida pela Companhia Lloyd Brasileiro, e o seu porto é frequentado por vapores de propriedade particular. Faltam, porém, uma

biblioteca e um teatro, e o movimento comercial não corresponde ao número de casas importadoras e exportadoras, algumas das quais jogam com avultados capitais. Conquanto também falte uma rede de esgotos, a cidade é relativamente sadia. (MENDONÇA, 1906, p. 91-92, grifos do original).

Enquanto a capital do estado ainda vivenciava um momento de crescimento econômico, Mato Grosso (atual Vila Bela da Santíssima Trindade), com aproximadamente mil habitantes, enfrentava um processo de decadência:

A cidade, que prosperou sob as vista dos capitães-generais, acha-se em extrema decadência, a ponto de terem as casas na maioria sido invadidas pelas matas, e os poucos habitantes que ainda restam vivem em sobressaltos contínuos por causa dos índios que infestam as imediações. A indústria extrativa é a única exercida em seu distrito, e parece destinada a fornecer-lhe nova vida e quiçá a perdida grandeza. (MENDONÇA, 1906, p. 95).

Corumbá, fundada em 1778, assumiu a condição de segunda maior cidade do estado de Mato Grosso e principal centro comercial. Com doze mil habitantes, sendo a maioria estrangeira, apresentava ares de modernidade inspirados, principalmente, nos hábitos de vida das cidades platinas:

Seu porto é de grande movimento, e junto à ponte da Alfândega ancoram cotidianamente muitas embarcações procedentes do Rio da Prata e do Paraguai, sobressaindo os confortáveis paquetes da Companhia Mihanowich. A cidade conta com dois jornais – *O Brasil* e *O Autonomista*, ambos de publicação semanal, dois hotéis, teatro, serraria a vapor, fábrica de gelo, de móveis, duas farmácias, três padarias, bilhares, café, duas igrejas, quatro escolas, agência do correio e estação telegráfica. (MENDONÇA, 1906, p. 99, grifos do original).

Cáceres, fundada em 1778, com oito mil habitantes, foi apresentada como uma cidade de povo hospitaleiro, morigerado e conciliador, onde as questões partidárias jamais ultrapassavam o terreno das discussões pacíficas. As representações positivas do povo abrandavam a situação negativa da cidade, determinada pelas variações hidrográficas do Pantanal:

A cidade tem dezenove ruas, quatro travessas e quatro praças, das quais a principal é chamada de Matriz, onde acha-se a igreja paroquial, edifício de construção antiga, sem torre e de aspecto tristonho. A maior parte das ruas não têm calçamento, donde resulta um pó sufocante na estação da seca, e um lamaçal intransitável na das águas; [...] Possui alguns edifícios elegantes, importantes casa comerciais e nas imediações duas fábricas de primeira ordem – a *Usina da Ressaca* e o *Estabelecimento do Escalvado*, sendo esta

de charque e, no gênero, talvez o primeiro da América do Sul. Existem aí duas escolas e dois colégios particulares, destes um para o sexo feminino e outro – *Colégio Costa Pereira* – para o sexo masculino, cujo programa de ensino abrange o curso secundário, tem uma agência do correio e brevemente estará a cidade ligada a Cuiabá por uma linha telegráfica. (MENDONÇA, 1906, p. 100-101, grifos do original).

Para Poconé, cidade fundada em 1781 e com aproximadamente cinco mil habitantes, o autor expõe:

A cidade possui duas escolas, uma agência do correio e dentro de breve tempo terá uma estação telegráfica. A principal indústria do município é a criação do gado, praticada aliás em grande escala, e o comércio reduz-se a poucas casas varejistas, que fazem seu suprimento na praça da capital. (MENDONÇA, 1906, p. 106).

Santana do Paranaíba, cidade onde o governo de Mato Grosso, para evitar que esta caísse nas teias de controle político goiano, promoveu a abertura de estradas, portos de passagem, agência de correio, construção de pontes, barca e cadeia,

[...] conta com duas escolas públicas, igreja, uma coletoria estadual, um posto militar, algumas ruas não calçadas e várias casas comerciais. Nos seus arredores ficam prosperas e importantes fazendas de criação, cujo produto faz objeto de exportação para São Paulo e Minas e constitui a principal fonte de riqueza do município. (MENDONÇA, 1906, p. 106).

Diamantino, que como o próprio nome indica, começou sua trajetória econômica com a exploração de diamantes, cuja extração a Coroa portuguesa insistia proibir, porém sem sucesso, era, em 1906, uma vila que, após a decadência da mineração, tornou-se o grande centro de exploração da borracha:

Possui em seus arredores matas excelentes, embora pouco extensas, diferentes plantas medicinais, poaia, salsa, quina, erva-mate, baunilha e em maior quantidade seringueiras. Conta com várias ruas e travessas, uma igreja, escolas, agência do correio e importantes casas comerciais. (MENDONÇA, 1906, p. 110).

Livramento, antigo centro produtor de ouro, possuía uma escola, algumas ruas, uma agência do correio e estação telegráfica recém-inaugurada. Já Rosário, importante centro de comércio de borracha, com seus 1.500 habitantes, possuía onze ruas, uma praça, agência de correio, duas escolas públicas, casas comerciais de primeira ordem. Miranda, antigo destacamento militar, era constituída de algumas ruas, uma praça, uma agência de correio,

estação telegráfica, uma igreja, poucas casas comerciais, duas escolas e uma linha de navegação para a cidade de Corumbá. E Nioaque, também antigo destacamento militar, contava com algumas ruas, uma praça, agência de correio, escolas, estação telegráfica e sediava o 7º Regimento da Cavalaria. De localidade onde vicejava a criação de gado, até então a maior riqueza do município, adicionou-se a extração e preparo da erva-mate, uma das suas mais produtivas indústrias.

Coxim, outrora colônia militar, fundada em 1862 por Herculano Ferreira Pena, foi assim apresentada:

O seu caminhar tem sido lento, devido isso em parte às suas condições de insalubridade, e em parte à ausência de vias de comunicação que ponham a vila em contato com os demais outros centros de população do país. Os seus moradores ocupam-se principalmente da criação do gado, e de alguns anos a esta parte tem-se operado aí algum movimento comercial, como mercado mais próximo da importação do sal para algumas localidades situadas ao sul de Goiás. Apesar das dificuldades que a navegação do rio Taquari oferece, ultimamente várias lanchas a vapor têm subido até Coxim, e parece que este fato, a ser continuado e mantido, contribuirá eficazmente para o desenvolvimento da vila, que já possui uma escola, estação telegráfica e regular número de habitantes. (MENDONÇA, 1906, p. 114).

Melgaço, nome dado em homenagem a Augusto de Leverger, foi palco de movimentação contra a invasão de tropas paraguaias às terras cuiabanas. Aquidauana, antigo porto fluvial na rota terrestre entre Miranda, Nioaque e Campo Grande, tornou-se ponto de animado comércio e contava com uma agência de correio, estação telegráfica, escolas, várias casas de construção moderna, sendo seu futuro promotor.

No *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*, Estevão de Mendonça esforçou-se por criar laços históricos entre os grupos dominantes de Cuiabá e os defensores fronteiriços do passado. “Influenciados pelas doutrinas raciais da época, procuravam sobrepor alguns valores a fim de solapar traços considerados menos valorosos, vindos, por exemplo, dos índios e dos negros, ressaltando apenas traços inerentes a cultura europeia, particularmente a portuguesa”. (ZORZATO apud FRANCO, 2009, p. 54).

Essa seleção de heróis do passado mato-grossense foi arbitrária. Quando Estevão de Mendonça excluiu índios e negros do processo genealógico de Mato Grosso, ele adotou uma postura afastamento desses segmentos do poder. Desse modo, o autor participou da construção de um imaginário social ligado aos brancos europeus conquistadores, e se “esqueceu” dos outros grupos sociais que estiveram presentes na formação da sociedade mato-grossense.

Conforme Chartier, a construção de representações tem por objetivo último a produção de uma identidade social. Mas, qual identidade quis produzir Estevão de Mendonça?

[...] a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e de nomear e a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma. [...] a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, em um instrumento que produz uma imposição interiorizada. (CHARTIER, 2002, p. 73-75).

O homem branco, culto, descendente dos bandeirantes e habitantes de Cuiabá, era o modelo idealizado por Estevão de Mendonça. Cuiabá, na condição de capital do estado, recebeu atenção especial do autor, que a considerou um polo irradiador de civilidade na região oeste do Brasil. Nessa perspectiva, ele buscou construir “uma identidade mato-grossense com base nos valores que caracterizam o Cuiabano, ligado ao bandeirantismo e à mineração, aos defensores fronteiriços e a tudo o que havia sido desenvolvido sob a influência hegemônica de Cuiabá”. (FRANCO, 2009, p. 69).

Para Franco (2009, p. 84),

toda essa carga simbólica, impregnada nas representações sobre o início da colonização de Cuiabá e Mato Grosso, é transportada para os monumentos, símbolos e festividades cívicas do estado. De maneira que, por meio dessas manifestações e da forma como o passado local era ensinado nas instituições escolares e disseminado nos demais segmentos sociais, essa imagem determinada do passado passou a fazer parte das estruturas do imaginário coletivo.

As representações sobre Mato Grosso, construídas por Estevão de Mendonça, no início do século XX, colocou a elite cuiabana como herdeira e descendente dos heróis do passado e defensora da fronteira e da integridade do território brasileiro. Povo corajoso, audaz, únicos capazes de empreender a dura tarefa de levar o progresso ao Mato Grosso, e principalmente a região entorno de Cuiabá.

Esse conjunto de representações elaboradas por Estevão de Mendonça ganhará força nos anos subsequentes, principalmente nos meses que antecederam as comemorações do bicentenário de Cuiabá, em 1919. Uma legião de seguidores partiu do mesmo pressuposto, de que o branco, culto, descendente dos bandeirantes e habitantes de Cuiabá eram os baluartes do

progresso em Mato Grosso, mas agora sob a égide de uma agremiação cultural bastante forte para empreender esta tarefa: o IHGMT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento deste trabalho, uma premissa tinha-se em mente: os livros didáticos enquanto produtos culturais, que assumem proporções ideológicas e que transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes (BITTENCOURT, 2004b; CHOPPIN, 2004). Esta hipótese inicial motivou o esforço em desenvolver a análise das representações sobre Mato Grosso presentes em títulos de livros didáticos que circularam nas escolas públicas do estado durante o período da Primeira República (1889-1930), principalmente, por acreditar que eles possibilitariam a compreensão dos imaginários sociais das elites brasileiras e, sobretudo, mato-grossenses da época.

Os livros didáticos, ao longo do tempo, assumiram um papel importante no processo de ensino-aprendizagem das novas gerações de brasileiros. Inicialmente, coube à iniciativa estatal sua produção, com a instalação da Imprensa Régia no Brasil, em 1808, mas, com o passar dos anos, essa responsabilidade foi transferida à iniciativa privada, que obteve altos lucros com a comercialização deste produto cultural. Isso motivou o surgimento e expansão de diversas empresas editoriais no país, que romperam o Império e tiveram grande destaque na República.

Em Mato Grosso, também, o surgimento da imprensa oficial, em 1838, impulsionou o aparecimento das primeiras tipografias particulares e, conseqüentemente, da produção de livros didáticos. Esse processo lançou os principais nomes na produção didática mato-grossense do final do século XIX e início do XX: Ernesto Camilo Barreto, Estevão de Mendonça e Amélia de Arruda Alves.

A existência de um conjunto de autores dispostos a escrever sobre Mato Grosso tornou possível a organização de programas de ensino para os estudos sobre a história e a geografia local nas principais escolas do estado. Acontecimento importante, pois viabilizou a construção de uma imagem positiva do território e da gente mato-grossense, que contrariasse aquelas produzidas no litoral do país e que pudesse ser apropriada em sala de aula pelas novas gerações de mato-grossenses.

Nos livros didáticos produzidos nos grandes centros brasileiros, Mato Grosso foi frequentemente apresentado como uma terra distante e desconhecida, de gente incivilizada e violenta. Ou, então, como um deserto quase sem habitantes, de terras imensas à espera de pessoas com espírito empreendedor para explorar suas riquezas naturais. Dessa condição resultou-se uma imagem negativa do estado e dos costumes e tradições das populações que habitavam seu território, principalmente no entorno de Cuiabá.

Na escrita de Joaquim Manuel de Macedo e Rocha Pombo, por exemplo, eram recorrentes as representações de Mato Grosso como um lugar distante e de difícil acesso, povoado por uma esparsa população, violenta e pouco civilizada, sendo, por vezes, exibido como mero coadjuvante do processo de construção da unidade nacional e da formação do sentimento patriótico. Eram representações que faziam parte do imaginário social das populações que habitavam o exterior ou o litoral brasileiro. Pessoas que acreditavam na existência de um Mato Grosso selvagem e longe de qualquer coisa que lembrasse a civilização.

Feliciano Bittencourt afasta-se um pouco das representações produzidas até então, pois elaborou um discurso de propaganda sobre as vantagens de se ocupar o território mato-grossense. Ele tentou, por vezes, suavizar as recorrentes representações negativas existentes sobre o estado, como no caso da insalubridade e do clima escaldante. Em alguns momentos, suas representações se aproximaram daquelas produzidas pelos intelectuais mato-grossenses do período. Porém, o ponto de divergência foi a ênfase atribuída justamente ao povo mato-grossense. Enquanto a elite cuiabana construía uma genealogia histórica que validava sua legitimidade política, na obra de Bittencourt a presença de tais sujeitos é quase nula.

Bittencourt apresentou Mato Grosso como um estado rico em recursos naturais, mas habitado por pessoas incapazes de explorá-los. Em suas terras e no subsolo era possível produzir ou extrair riquezas fabulosas, mas seus habitantes não eram capazes de fazer isso, sozinhos. As poucas vezes que teceu considerações objetivas sobre o povo mato-grossense apresentou-os como pessoas violentas, que mantinham porfiadas lutas políticas. Apesar de numerar os habitantes de algumas cidades e do estado como um todo, em sua escrita parecia retratar um deserto, região desprovida de habitantes, isto é, uma terra à espera de pessoas para explorá-la.

Tais representações têm por base o imaginário coletivo litorâneo, afrontavam as elites cuiabanas que, como consequência, passaram a construir suas próprias representações, que contestavam as do litoral: uma verdadeira luta de representações (CHARTIER, 2002).

A primeira tentativa de expressão regional mato-grossense para o uso escolar foi o *Quadro Chorographico de Matto-Grosso* (1906), de Estevão de Mendonça. Nele, o autor se esforça para produzir um conjunto de representações positivas sobre o contexto regional, quase que em oposição às imagens negativas formuladas até então, especialmente advindas dos grandes centros político-econômicos do país, e que foi duramente repudiada pela elite intelectual mato-grossense.

As representações sobre Mato Grosso foram significativas na construção, pelas elites de Cuiabá, de uma identidade social para as quais a literatura didática tornara-se ferramenta de inculcação de um imaginário coletivo em sala de aula. Através dos livros didáticos, buscou-se consolidar uma nova representação de Mato Grosso.

A proposta de Estevão de Mendonça para o *Quadro Chorographico* era uma propaganda positiva das coisas de Mato Grosso para a juventude em idade escolar. Representações sobre Mato Grosso que colocavam a elite cuiabana como herdeiras e descendentes dos heróis do passado e defensora da fronteira e da integridade do território brasileiro. Povo corajoso, capaz de empreender a dura tarefa de levar o progresso a Mato Grosso e ao Brasil. Procurou ele inserir e conectar Mato Grosso ao Brasil, seja através das similaridades no cenário político, ou pelas suas representações modernas, no caso a ferrovia.

Estevão de Mendonça foi, sem dúvida, um dos mais importantes historiadores matogrossenses do seu tempo. O conjunto de representações elaboradas por ele ganhou força nos anos seguintes, principalmente nos meses que antecederam as comemorações do bicentenário de Cuiabá, em 1919. Conquistou seguidores que partilharam do mesmo pressuposto, de que o branco, culto, descendente dos bandeirantes e habitantes de Cuiabá eram os patronos do progresso, mas, naquele momento, fortalecidos pelas agremiações culturais que fundaram para a consolidar um imaginário social local: o Instituto Histórico de Mato Grosso e o Centro Matogrossense de Letras.

REFERÊNCIAS

a) Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Inês Parolin. **A Nação em A Violeta**: um roteiro de leitura. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária). Universidade Estadual de Campinas, 2003.

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros; CARDOSO, Cancionila Janzkovski. Livros de leitura e cartilhas na escola primária em Mato Grosso: uma análise a partir do papel do Conselho Superior da Instrução Pública (1915-1927). In: **Anais...** IV Congresso Brasileiro de História da Educação: A educação e seus sujeitos na história. Goiânia: Vieira, 2006.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (dir.). Antropos - Homem. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. O conceito de “livros didáticos. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (Orgs.). **Livros escolares de leitura no Brasil**: elementos para uma história. Campinas: Mercado das Letras, 2009, p. 41-73.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; KLINKE, Karina. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 27-47, 2002.

BITTENCOURT, Circe. **Livro Didático e Saber Escolar - 1810-1910**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **Autores e editores de compêndios e livros de leitura. (1810-1910). Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, 2004a.

_____. Livros didáticos entre textos e imagens. In: Circe Maria Fernandes Bittencourt (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004b, p. 69-90.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário Português e Latino...** Vol. 2. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

CARULA, Karoline. **As Conferências Populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incerteza e inquietudes. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002.

_____. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHOPPIN, Alain. O Historiador e o livro escolar. **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 5-24, 2002.

_____. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.

CORRÊA, Valmir Batista. Estevão de Mendonça. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, Cuiabá, a. 71, t. 147, p. 267-268, 1999.

CORRÊA, Valmir Batista. Os Herdeiros de Leverger. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, Cuiabá, n. 66, t. 141-142, p. 271-278, 1994.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultural e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FARIAS, Maricilda do Nascimento. **As representações dos negros nos livros escolares utilizados em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

FERNANDES, Giselle; DIETZSCH, Mary Julia Martins. A Produção de textos em livros de redação do final do século XIX. In: REZENDE, Neide Luzia de; RIOLFI, Claudia Rosa; SIQUEIRA, Idméa Semeghini (Orgs.). **Linguagem e educação**: implicações técnicas, éticas e estéticas. São Paulo: Humanitas, 2006, p. 127-150.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.

FONSECA, Sônia Maria. Aulas Régias (Glossário). In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas: HISTEDBR, 2006.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História & ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FRANCISCO, Adilson José. **Educação & Modernidade**: os salesianos em Mato Grosso (1894-1919). Cuiabá: EdUFMT, 2010.

FRANCO, Gilmar Yoshihara. **O Binóculo e a Pena**: a construção da identidade mato-grossense sob a ótica virgiliana: 1920- 1940. Dourados: UFGD, 2009.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderly Ferreira. **O estado da arte do livro didático no Brasil**. Brasília: INEP/REDUC, 1987.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. Mato Grosso: o estigma da barbárie e a identidade regional. **Textos de História**, Brasília, v. 3, n.2, p. 48-81, 1995.

_____. **Sertão, fronteira, Brasil**: Imagens de Mato Grosso no mapa da Civilização. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Manuais escolares e pesquisa em História. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima (orgs.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 161-188.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. **Construtores de Identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo, Iglu: 2004.

GOMES, Ângela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (Orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2002

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: sua história**. São Paulo: EDUSP, 2005.

HIGA, Tereza Cristina Souza; MORENO, Gislaene. **Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

JUCÁ, Pedro Rocha. **Imprensa Oficial de Mato Grosso: 170 anos de história**. Cuiabá: Aroe, 2009.

LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Em Aberto**, Brasília, a. 16, n. 69, p. 3-9, 1996.

KAGAN, Richard. **Imágenes urbanas del mundo hispánico (1493-1780)**. Madri: El Viso, 1999.

LUCCHESI, Fernanda. Criando a Nação: os livros didáticos de história do Brasil de Rocha Pombo (1857-1933). **Educação on-line (PUCRJ)**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 5-25, 2008.

MATTOS, Selma Rinaldi de. **O Brasil em Lições: A história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo**. Rio de Janeiro: Access Editora, 2000.

MESQUITA, José de. **Ata da instalação solene do Instituto Histórico de Mato Grosso**. Cuiabá: Biblioteca Virtual José de Mesquita, [19--].

MOREIRA, Kênia Hilda. **O ensino de História do Brasil no contexto republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos: análise historiográfica e didático-pedagógica**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

MOREIRA, Kênia Hilda; SILVA, Marilda da. **Um inventário: o livro didático de História em pesquisas (1980-2005)**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. In: **Anais do Seminário Alfabetização e Letramento em Debate**. Brasília: MEC/SEB, 2006, p. 1-14.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

PAIM, Antônio Ferreira (Org.). **Bibliografia Filosófica Brasileira (1808/1930)**. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 2005.

PIAIA, Ivani Inêz. **Geografia de Mato Grosso**. 3 ed. Cuiabá: EdUNIC, 2003.

PINTO, Luís Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832.

RIBEIRO, Renilson Rosa. **Colônia(s) de identidades**: discursos sobre a raça nos manuais escolares de História do Brasil. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

_____. Zumbi e Tiradentes: herói racial versus herói nacional na memória didática. In: FANAIA, João Edson de Arruda; CEREZER, Osvaldo Mariotto; RIBEIRO, Renilson Rosa (Orgs.). **Escrita da História**. Cáceres: Editora UNEMAT, 2010, p. 112-118.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **De criança a aluno**: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1926). Cuiabá: EdUFMT, 2007.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SÁ, Nicanor Palhares. A escola primária mato-grossense no período republicano (1900-1930). In: Sá, Nicanor Palhares; Sá, Elizabeth Figueiredo de. (Orgs.). **Revisitando a história de escola primária**: os grupos escolares em Mato Grosso na Primeira República. Cuiabá: EdUFMT, 2011, p. 29-53.

SÁ, Nicanor Palhares. A profissão docente: do servidor público ao proletário. In: SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; REIS, Rosinete Maria dos (Orgs.). **Instantes & Memória na História da Educação**. Cuiabá: EdUFMT, 2006, p. 99-105.

SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (Orgs.). **Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso**. Campinas: Autores Associados, 2000.

SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Cenário educacional de Mato Grosso (século XIX). In: SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; REIS, Rosinete Maria dos (Orgs.). **Instantes & Memória na História da Educação**. Cuiabá: EdUFMT, 2006, p. 125-140.

SENA, Ernesto Cerveira de. **Entre anarquizadores e pessoas de costumes**: a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870). Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. Fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, Cuiabá, a. 66, t. 141-142, p. 241-264, 1994.

SIQUEIRA, Madureira Elizabeth. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

_____. **Luzes e Sombras**: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889). Cuiabá: EdUFMT, 2000.

ZORZATO, Osvaldo. Alicerces da identidade mato-grossense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a. 161, n. 408, p. 419-435, 2000.

b) documentais

BRASIL. Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909. In: **Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1909**. Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

FOMOS obsequiados. **O Iniciador**, Corumbá, p. 01, 15 mar. 1883.

GRAMÁTICA Bororo. **O Cruzeiro**, Cuiabá, p. 03, 04 jun. 1908.

MATO GROSSO. **Ata** da Sessão Extraordinária do Conselho Superior da Instrução Pública. Cuiabá, 06 de outubro de 1905. Disponível em: APMT, Livro 94, Pg. 12 V a 17 V.

_____. **Ata** da Sessão Extraordinária do Conselho Superior da Instrução Pública. Cuiabá, 21 de agosto de 1915. Disponível em: APMT, Livro 94, Pg. 45.

_____. **Ata** da Sessão Extraordinária do Conselho Superior da Instrução Pública. Cuiabá, 19 de outubro de 1928. Disponível em: APMT, Livro 94, Pg. 142 V a 144 F.

_____. **Decreto n.º 463, de 17 de dezembro de 1906**. Disponível em: APMT, Livro n.º 10, Decretos e Leis, fl. 37v.

_____. **Lei n.º 4.667, de 06 de abril de 1984**. Cuiabá: Diário Oficial, 1984.

_____. **Lei n.º 5.573, de 06 de fevereiro de 1990**. Cuiabá: Diário Oficial, 1990.

_____. **Lei Provincial n.º 10, de 02 de maio de 1839**. Disponível em: APMT, Livro n.º 02, Leis, fl. 10v.

_____. **Livro** de Registro de Materiais Escolares fornecidos pela Secretaria da Instrução Pública de Mato Grosso às Escolas de Instrução Primária e Escola Normal e Modelo anexa. Cuiabá, 1910-1913. Disponível em: APMT, Livro IP003-95.

_____. **Programa** de Ensino para a Escola Modelo anexa à Escola Normal. Cuiabá, 1924. Disponível em: APMT, Biblioteca.

_____. **Programa** de Ensino para as Escolas Isoladas. Cuiabá, 22 de julho de 1916. Disponível em: APMT, Livro n.º 213, p. 155-173.

_____. **Relatório** apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Corrêa da Costa, Presidente do Estado de Mato Grosso, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, José Estevão Corrêa, sobre o estado da Instrução Pública Primária e Secundária do mesmo Estado, no ano de 1896. Cuiabá, 02 de janeiro de 1897. Disponível em: APMT, Livro n.º 90.

_____. **Regulamento** da Instrução Pública. Cuiabá, 07 de novembro de 1891. Disponível em: APMT, Livro n.º 2, Leis e Decretos de 1891 a 1892.

_____. **Regulamento** da Instrução Pública. Cuiabá, 20 de junho de 1896. Disponível em: APMT, Livro n.º 4, Leis e Decretos de 1893 a 1896.

_____. **Regulamento** do Liceu Cuiabano. Cuiabá, 02 de Janeiro de 1903. Disponível em: APMT, Livro 1903, fl. 01 a 24.

_____. **Regulamento** da Instrução Pública. Decreto n.º 265, de 22 de outubro de 1910. Disponível em: APMT, Livro 213, p. 119 a 153.

_____. **Regulamento** da Instrução Pública. Decreto n.º 759, de 22 de abril de 1927. Disponível em: APMT, Decretos e Leis, fl. 163 a 227.

MENDONÇA, Estevão de. Postaes. **O Matto-Grosso**, Cuiabá, p. 2, 1º jul. 1930.

O ENSINO Secundário. **O Matto-Grosso**, Cuiabá, p. 01, 20 mai. 1928.

UM PREFÁCIO. **O Matto-Grosso**, Cuiabá, p. 3, 2 abr. 1933.

UM CUIABANO. Mato Grosso civiliza-se. **O Matto-Grosso**, Cuiabá, p. 1-4, 24 nov. 1936.

c) livros escolares consultados

BRAGA, Creso. **Breves lições de História do Brasil**. São Paulo: Tipografia Piratininga, 1922.

BARRETO, Ernesto Camilo. **Compêndio Elementar de Teologia Dogmática para uso do Seminário Episcopal da Diocese de Cuiabá**. Cuiabá: Tipografia de Sousa Neves e Companhia, 1864.

BITTENCOURT, Feliciano Pinheiro. **Compêndio de Corografia do Brasil**: de acordo com o programa do Ginásio Nacional. 3 ed. Rio de Janeiro [etc.]: Francisco Alves; Paris; Lisboa: Aillaud, Alves, 1911.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Lições de História do Brasil para uso das Escolas de Instrução Primária**. 10ª ed. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro, 1907.

MENDONÇA, Estevão de. **Quadro Chorographico de Matto-Grosso**. Cuiabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1906.

POMBO, Rocha. **História do Brasil para o ensino secundário**. 3 ed. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1919.

_____. **Nossa Pátria**: narração dos fatos da história do Brasil, através da sua evolução com muitas gravuras explicativas. 60. ed. São Paulo: Melhoramentos: [19--].

APÊNDICE A

Relação dos livros didáticos utilizados nas escolas mato-grossenses no período da Primeira República brasileira (1889-1930)

O levantamento abaixo apresenta uma lista dos títulos localizados nos registros de entrada e saída de material no almoxarifado da Diretoria Geral da Instrução Pública para os anos de 1910 a 1927.

Autor	Título	Período
Alípio França	<i>Metodologia</i>	1920-1922
	<i>Pedagogia</i>	1920-1922
Antônio Bandeira Trajano	<i>Aritmética Elementar</i>	1910-1927
	<i>Aritmética Primária</i>	1911-1927
	<i>Aritmética Progressiva</i>	1910
Arnaldo Barreto	<i>Cartilha Analítica</i>	1916-1927
	<i>Cartilha das Mães</i>	1911-1926
Augusto Epifânio da Silva Dias	<i>Gramáticas</i>	1917-1921
Carlos Claudino Dias	<i>Exercícios preparatórios de composição</i>	1911-1927
Edmundo de Amicis	<i>Coração</i>	1916-1927
Erasmus Braga	<i>1º Livro de Leitura</i>	1920-1922
	<i>2º Livro de Leitura</i>	1920-1922
Estevão de Mendonça	<i>Quadro Corográfico de Mato Grosso</i>	1911-1920
Feliciano Pinheiro Bittencourt	<i>Compêndio de Pedagogia Escolar</i>	1916-1927
	<i>Elementos de História do Brasil</i>	1920-1921
Felicíssimo Rodrigues Fernandes	<i>Ciências Naturais e Físicas</i>	1917-1927
Felisberto de Carvalho	<i>1º Livro de Leitura</i>	1925-1927
	<i>2º Livro de Leitura</i>	1912-1925
	<i>3º Livro de Leitura</i>	1911-1912
	<i>4º Livro de Leitura</i>	1911
	<i>Tratado de Metodologia Coordenada</i>	1916-1920
Francisco Dias Martins	<i>ABC do agricultor</i>	1911-1920
Francisco Marcondes Pereira	<i>Aritmética Elementar</i>	1911
Francisco Vianna	<i>1º Livro de Leitura</i>	1927
	<i>Leitura Preparatória</i>	1925-1927

Hilário Ribeiro	<i>1º Livro de Leitura</i>	1910-1927
	<i>2º Livro de Leitura</i>	1910-1926
	<i>3º Livro de Leitura</i>	1910-1926
	<i>4º Livro de Leitura</i>	1910-1926
	<i>Cartilha Nacional</i>	1916-1927
	<i>Educação Moral e Cívica</i>	1916-1920
João Köpke	<i>1º Livro de Leitura</i>	1925-1927
	<i>2º Livro de Leitura</i>	1927
	<i>3º Livro de Leitura</i>	1926
	<i>4º Livro de Leitura</i>	1926-1927
João Pinto e Silva	<i>Minha Pátria (1º, 2º e 3º Livros)</i>	1925-1927
João Ribeiro	<i>Gramática Portuguesa</i>	1913-1927
	<i>Gramáticas</i>	1917-1918
Joaquim José de Menezes Vieira	<i>Gramática Elementar</i>	1910-1920
Joaquim Maria de Lacerda	<i>Geografia</i>	1910-1927
	<i>Geografia da Infância</i>	1913-1927
	<i>Compêndio de História do Brasil</i>	1916-1926
Mariano de Oliveira	<i>Cartilha Analítico-Sintética</i>	1920-1927
	<i>Cartilhas Aritméticas</i>	1923
	<i>Cartilhas Ensino Rápido</i>	1922-1927
	<i>Páginas Infantis</i>	1919-1927
Mário Bulcão	<i>1º Livro de Leitura</i>	1917-1927
	<i>2º Livro de Leitura</i>	1917-1919
	<i>3º Livro de Leitura</i>	1917-1919
	<i>4º Livro de Leitura</i>	1917-1922
Olavo Bilac / Coelho Neto	<i>Contos Pátrios</i>	1916-1926
Olavo Freire	<i>Noções de geometria prática</i>	1917-1927
	<i>Método para o ensino de desenho</i>	1916-1917
Otaviano de Melo	<i>Pequenos trechos</i>	1920-1927
Puiggari-Barreto	<i>1º Livro de Leitura</i>	1916-1927
	<i>2º Livro de Leitura</i>	1916-1926
	<i>3º Livro de Leitura</i>	1916-1927
	<i>4º Livro de Leitura</i>	1916-1927
	<i>Aritmética Infância</i>	1916
	<i>Cartilhas de Leitura</i>	1917
	<i>Coisas Brasileiras</i>	1916

Ramon Roca Dordal	<i>Aritmética Escolar</i>	1918-1927
Rocha Pombo	<i>História do Brasil</i>	1925
	<i>Nossa Pátria</i>	1920-1927
Themístocles Sávio	<i>Geografia Elementar</i>	1912
Theodoro de Moraes	<i>Meu Livro</i>	1920-1927
Thomaz Galhardo	<i>3º Livro de Leitura</i>	1925-1927
	<i>Cartilha da Infância</i>	1925-1927